

Fls.: ___
Rub: ___



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul
Gabinete



I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade das informações constantes do rol de responsáveis contida em banco de dados informatizados ou o rol de responsáveis para os demais.

DECLARAÇÃO

Código da Unidade Gestora	130074 – SFA/RS/MAPA
Nome da Unidade Gestora	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul
CNPJ:	00.396.895/0031-40

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas, exceto no tocante às ressalvas a seguir indicadas, sobre as quais tomei as providências especificadas obtendo os seguintes resultados:

Ressalva	Providências	Resultados
Falta de atualização dos endereços residenciais dos Responsáveis	Estamos providenciando neste exercício a atualização do Rol de Responsáveis.	Até o encerramento do exercício de 2008 o Rol de Responsáveis estará atualizado.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Porto Alegre, 25 de março de 2008.

Francisco Signor
Superintendente Federal de Agricultura no RS



Fls.: _____
Rub: _____



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
RIO GRANDE DO SUL**

ANEXO V RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2007



SUMÁRIO

1. Identificação.....	12
2. Responsabilidades Institucionais.....	13
2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	13
3. Estratégia de atuação.....	16
4. Gestão de programas e ações.....	20
4.1. Programas.....	20
4.1.1 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	22
4.1.1.1. Dados gerais.....	22
4.1.1.2. Principais ações do programa.....	22
4.1.1.3. Gestão das ações.....	23
4.1.1.3.1. Ação 2000 – Administração da Unidade.....	23
4.1.1.3.1.1. Dados gerais.....	23
4.1.1.3.1.2 Resultados.....	25
4.1.2. Programa 1169 – Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural.....	36
4.1.2.1. Dados gerais.....	36
4.1.2.2. Principais ações do programa.....	36
4.1.2.3. Gestão das ações.....	37
4.1.2.3.1. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	37
4.1.2.3.1.1. Dados gerais.....	37
4.1.2.3.1.2. Resultados.....	38
4.1.3. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	42
4.1.3.1. Dados gerais.....	42
4.1.3.2. Principais ações do programa.....	42
4.1.3.3. Gestão das ações.....	44
4.1.3.3.1. Ação 2B17 – fiscalização de Contratos de Repasse.....	44
4.1.3.3.1.1. Dados Gerais.....	44

4.1.3.3.1.2. Resultados.....	44
4.1.4. Programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura.....	46
4.1.4.1. Dados gerais.....	46
4.1.4.2. Principais ações do programa.....	46
4.1.4.3. Gestão das ações.....	47
4.1.4.3.1. Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa.....	47
4.1.4.3.1.1. Dados gerais.....	47
4.1.4.3.1.2. Resultados.....	48
4.1.4.3.2. Ação 4807 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura.....	51
4.1.4.3.2.1. Dados gerais.....	51
4.1.4.3.2.2. Resultados.....	51
4.1.4.3.3. Ação 4766 – Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose.....	54
4.1.4.3.3.1. Dados gerais.....	54
4.1.4.3.3.2. Resultados.....	55
4.1.4.3.4. Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da Vaca Louca).....	58
4.1.4.3.4.1. Dados gerais.....	58
4.1.4.3.4.2 Resultados.....	59
4.1.5. Programa 0371 – Desenvolvimento da Avicultura.....	62
4.1.5.1. Dados gerais.....	62
4.1.5.2. Principais ações do programa.....	62
4.1.5.3. Gestão das ações.....	63
4.1.5.3.1. Ação 4809 – Prevenção, controle e Erradicação das Doenças da Avicultura.....	63
4.1.5.3.1.1. Dados gerais.....	63
4.1.5.3.1.2 Resultados.....	64
4.1.6. Programa 0377 – Desenvolvimento da Caprinocultura, da Equideocultura e da Ovinocultura.....	67
4.1.6.1. Dados gerais.....	67

4.1.6.2. Principais ações do programa.....	67
4.1.6.3. Gestão das ações.....	68
4.1.6.3.1. Ação 4829 – Prevenção, controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais..	68
4.1.6.3.1.1. Dados gerais.....	68
4.1.6.3.1.2 Resultados.....	69
4.1.7. Programa 0367 – Desenvolvimento da Suideocultura.....	72
4.1.7.1. Dados gerais.....	72
4.1.7.2. Principais ações do programa.....	72
4.1.7.3. Gestão das ações.....	73
4.1.7.3.1. Ação 4808 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura.....	73
4.1.7.3.1.1. Dados gerais.....	73
4.1.7.3.1.2 Resultados.....	73
4.1.8. Programa 0354 – Desenvolvimento da Fruticultura.....	76
4.1.8.1. Dados gerais.....	76
4.1.8.2. Principais ações do programa.....	76
4.1.8.3. Gestão das ações.....	78
4.1.8.3.1. Ação 4740 – Erradicação do Cancro Cítrico.....	78
4.1.8.3.1.1. Dados gerais.....	78
4.1.8.3.1.2 Resultados.....	78
4.1.8.3.2. Ação 4742 – Prevenção e Controle da Sigatoka Negra.....	82
4.1.8.3.2.1. Dados gerais.....	82
4.1.8.3.2.2 Resultados.....	82
4.1.8.3.3. Ação 4804 – Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura.....	85
4.1.8.3.3.1. Dados gerais.....	85
4.1.8.3.3.2 Resultados.....	85
4.1.9. Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários.....	88
4.1.9.1. Dados gerais.....	88

4.1.9.2. Principais ações do programa.....	88
4.1.9.3. Gestão das ações.....	88
4.1.9.3.1. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização no Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos – VIGIFITO.....	89
4.1.9.3.1.1. Dados gerais.....	89
4.1.9.3.1.2 Resultados.....	89
4.1.9.3.2. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização no Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos – FISCPLANTA.....	93
4.1.9.3.2.1. Dados gerais.....	93
4.1.9.3.2.2 Resultados.....	93
4.1.9.3.3. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização no Trânsito Interestadual de Animal e seus Produtos – FISCANIMAL.....	101
4.1.9.3.3.1. Dados gerais.....	101
4.1.9.3.3.2 Resultados.....	101
4.1.10. Programa 0363 – Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas.....	108
4.1.10.1. Dados gerais.....	108
4.1.10.2. Principais ações do programa.....	108
4.1.10.3. Gestão das ações.....	109
4.1.10.3.1. Ação 4841 – Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas.....	109
4.1.10.3.1.1. Dados gerais.....	109
4.1.10.3.1.2 Resultados.....	109
4.1.11. Programa 0369 – Desenvolvimento da Horticultura.....	112
4.1.11.1. Dados gerais.....	112
4.1.11.2. Principais ações do programa.....	112
4.1.11.3. Gestão das ações.....	114
4.1.11.3.1. Ação 4806 – Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura.....	114
4.1.11.3.1.1. Dados gerais.....	114
4.1.11.3.1.2 Resultados.....	114
4.1.12. Programa 0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários.....	117

4.1.12.1. Dados gerais.....	117
4.1.12.2. Principais ações do programa.....	117
4.1.12.3. Gestão das ações.....	118
4.1.12.3.1. Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	118
4.1.12.3.1.1. Dados gerais.....	118
4.1.12.3.1.2 Resultados.....	119
4.1.12.3.2. Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	121
4.1.12.3.1.1. Dados gerais.....	121
4.1.12.3.1.2 Resultados.....	121
4.1.12.3.3. Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	126
4.1.12.3.2.1. Dados gerais.....	129
4.1.12.3.2.2 Resultados.....	127
4.1.12.3.4. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	131
4.1.12.3.4.1. Dados gerais.....	131
4.1.12.3.4.2 Resultados.....	132
4.1.12.3.5. Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas.....	141
4.1.12.3.5.1. Dados gerais.....	141
4.1.12.3.5.2 Resultados.....	141
4.1.12.3.6. Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	145
4.1.12.3.6.1. Dados gerais.....	145
4.1.12.3.6.2 Resultados.....	146
4.1.12.3.7. Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal.....	150
4.1.12.3.7.1. Dados gerais.....	150
4.1.12.3.7.2 Resultados.....	150
4.1.13. Programa 0356 – Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	155
4.1.13.1. Dados gerais.....	155
4.1.13.2. Principais ações do programa.....	155

4.1.13.3. Gestão das ações.....	156
4.1.13.3.1. Ação 2487 – Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos.....	156
4.1.13.3.1.1. Dados gerais.....	156
4.1.13.3.1.2 Resultados.....	156
4.1.13.3.2. Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos.....	159
4.1.13.3.2.1. Dados gerais.....	159
4.1.13.3.2.2 Resultados.....	159
4.1.13.3.3. Ação 2120 – Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal.....	164
4.1.13.3.3.1. Dados gerais.....	164
4.1.13.3.3.2 Resultados.....	165
4.1.13.4.1. Ação 4780 – Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária.....	168
4.1.13.4.1.1. Dados gerais.....	168
4.1.13.4.1.2 Resultados.....	168
4.1.13.5.1. Ação 2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.....	171
4.1.13.5.1.1. Dados gerais.....	171
4.1.13.5.1.2 Resultados.....	172
4.1.13.6.1. Ação 2146 – Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal.....	175
4.1.13.6.1.1. Dados gerais.....	175
4.1.13.6.1.2 Resultados.....	175
4.1.13.7.1. Ação 2131 – Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal.	178
4.1.13.7.1.1. Dados gerais.....	178
4.1.13.7.1.2 Resultados.....	178
4.1.13.8.1. Ação 4746 – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais.	182
4.1.13.8.1.1. Dados gerais.....	182
4.1.13.8.1.2 Resultados.....	182

4.1.13.9.1. Ação 4743 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal.....	186
4.1.13.9.1.1. Dados gerais.....	186
4.1.13.9.1.2 Resultados.....	187
5. Desempenho operacional.....	190
6. Previdência complementar patrocinada.....	196
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	197
8. Operações de fundos.....	198
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007).....	199

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no exercício (conforme item I – 1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Anexo F – Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluído aqueles efetuados mediante suprimento de fundos

1. Identificação

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA/RS	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Instituída pelo Decreto n.º 2681 de 21 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da união de 22/07/1998 e Portaria Ministerial n.º 300, de 16 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 20/06/2005, seção I, Página 05.	
CNPJ	00.396.895/0031-40	
Nome e Código no SIAFI	Superintendência Federal de agricultura no Rio Grande do Sul - 130074	
Código da UJ titular do relatório	130074	
Código das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Endereço competente da sede	Av. Loureiro da Silva, 515 7º andar, sala 701 – CEP 90010-420 – Porto Alegre/RS	
Endereço da página institucional na internet	www.agricultura.gov.br	
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Fiscalização agropecuária	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul	130074

2. Responsabilidades Institucionais

2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, SFA/RS é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Foi criada pelo Decreto n.º 2681 de 21 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 22/07/1998, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005.

Com jurisdição no âmbito do estado é competência regimental da SFA/RS executar as atividades e ações de defesa agropecuária, classificação e fiscalização agropecuárias, fomento e desenvolvimento agropecuários, infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, administração de recursos humanos e de serviços gerais, programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

A SFA/RS é responsável pelo controle, por meio da fiscalização e inspeção federal, do terceiro mercado consumidor, do maior porto de escoamento de soja da América Latina e do terceiro maior parque industrial do setor agropecuário. Concentra o terceiro maior número de registros no Ministério da Agricultura de estabelecimentos produtores, importadores, de produtos e insumos agropecuários de todo território nacional. Todo o trânsito internacional (entrada e saída) de produtos de origem animal, vegetal e seus subprodutos, no Aeroporto Salgado Filho, e no Porto de Rio Grande está sob sua inspeção.

Num cenário de crescimento, para promover e acompanhar a demanda do mercado nacional e de exportação, a SFA/RS formula suas estratégias e planos em alinhamento à Missão do MAPA, à sua cultura e aos fundamentos constitucionais e de gestão, visando:

- Garantir produtos e serviços de qualidade;
- Disseminar práticas de responsabilidade pública;
- Garantir a satisfação dos clientes e das pessoas;
- Incentivar a agropecuária gaúcha a adotar ferramentas da qualidade;
- Otimizar a aplicação dos recursos financeiros.

As principais mudanças que estão ocorrendo no ramo e que se constituem desafios às atividades da SFA/RS são:

- Aumento da safra de grãos;
- Maior abertura do mercado internacional às exportações brasileiras;
- Aumento da competitividade dos produtos brasileiros;
- Responsabilidade pela manutenção de alto padrão de sanidade dos alimentos;
- Alinhamento e integração de ações da SFA/RS com órgãos governamentais, representantes de classe e demais envolvidos com o segmento do agronegócio brasileiro.

A SFA/RS tem no setor primário, nos consumidores em geral, nos organismos públicos e privados nos produtores e fabricantes de insumos e produtos agropecuários a sua mais importante clientela. A necessidade de padronizar e sistematizar rotinas e procedimentos, com vistas à modernização da organização e a satisfação dos clientes levou a SFA/RS, a partir de 2003, compatibilizar os fundamentos legais de sua atuação e os princípios constitucionais com os fundamentos da gestão de excelência, o que contribuiu mesmo diante de um quadro de limitações orçamentárias, para a melhoria do desempenho institucional e consequente ao fortalecimento da agropecuária gaúcha.

A ação de fiscalização e inspeção federal não tem caráter de concorrência por tratar - se de função de Estado, exclusiva do Governo Federal, ainda que, algumas de suas funções sejam passíveis de transferência às esferas estaduais ou municipais, por meio de convênios e contratos, é mantida, no entanto, a responsabilidade primária pelas auditorias operacionais e pelos recursos transferidos.

O Estado do Rio Grande do Sul concentra, na atualidade, um terço das empresas e estabelecimentos da cadeia do agronegócio brasileiro que dependem direta ou indiretamente das ações da Superintendência, as quais são realizadas pelos seus Serviços que contemplam as atividades finalísticas:

1. O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) atua no registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos ,que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio. Desta forma a produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, agrotóxicos e afins, a fiscalização de organismos geneticamente modificados, comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados a alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, são controlados pelo SEFAG.

2. O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) atua em três áreas principais: Inspeção de Produtos de Origem Animal, Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, e Fiscalização da Qualidade Vegetal. A Área de Inspeção de Produtos de Origem Animal é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Estado de São Paulo, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos. A Unidade de Gestão (UG) zela pela observância da higiene alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, incutindo confiança nos consumidores com relação à inocuidade e qualidade dos produtos oferecidos ao mercado. A área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres atua no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no Estado do Rio Grande do Sul e seus respectivos produtos.

A Qualidade Vegetal promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público. . A fiscalização da classificação vegetal tem por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade. A atuação da qualidade vegetal, exercida pela SFA e por empresas credenciadas pelo MAPA, fiscalizadas pro esta UG, se dá no comércio em geral, com especial atenção aos produtos destinados a cestas básicas.

3 - o Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) desenvolve atividades de vigilância, prevenção, profilaxia e controle de doenças e combate às pragas em animais e vegetais são atividades desenvolvidas pelo. Tem como parceiro importante na execução de suas atividades a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA/RS, que é o Órgão executor de defesa agropecuária no Estado. Ao SEDESA cabe a incumbência de supervisionar as ações desenvolvidas pela SEAPA/RS, quer sob a forma de

Fls.: ____
Rub: ____

parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

4. - O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – (SEPDAG): no âmbito da produção agropecuária orgânica, está se estruturando para promover o acompanhamento da produção por meio de articulação inter-institucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

5. O Sistema de Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO), executa, com base na legislação que dá competência legal às demais unidades operacionais da SFA e no Manual do VIGIAGRO (IN 36/06) o atendimento ao comércio internacional. Assim, a atuação fundamenta-se na legislação de: defesa e inspeção animal e vegetal; na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários. Essa legislação contempla também os acordos internacionais, como Mercosul e CIPF (Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros.

3. Estratégia de atuação

A formulação das estratégias da SFA/RS é realizada em alinhamento ao Planejamento Setorial para a Agricultura e ao Programa Nacional de Gestão Pública, propostos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, alinhados ao PPA - Plano Plurianual.

Sendo a SFA/RS uma Unidade descentralizada do MAPA, fortemente orientada pela condição de administração direta no atendimento de requisitos da lei, sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, sua atividade de planejamento (e autonomia) se alinhama a diretrizes ou estratégias corporativas, representadas prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelo MAPA.

Entretanto, como compete a SFA/RS executar as ações corporativas, muitas vezes o que é planejado no Estado acaba não sendo realizado da maneira proposta, uma vez que a descentralização de recursos depende do órgão central que estabelece as diretrizes, implicando em reprogramações orçamentárias pelos serviços técnicos. Cada Serviço, gerencia o seu PI correspondente que é programado para atender os indicadores do programa ao qual pertence.

Quanto ao Planejamento Operacional, a programação das atividades, a avaliação das metas e a uniformização dos procedimentos são estabelecidas e comunicadas através de reuniões internas da equipe técnica de cada Serviço com a Divisão Técnica.

Destacamos aqui a edição da Portaria n.º 184, de 13 de julho de 2007 que subordina tecnicamente à Secretaria de Defesa Agropecuária as Divisões Técnicas, os Serviços de Sanidade Agropecuária, os Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários, os Serviços de Fiscalização Agropecuária, os Serviços de Gestão da Vigilância Agropecuária e os Serviços de Vigilância Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura. Nesse contexto, o planejamento e a padronização dos procedimentos e ações que visam dar cumprimento ao PPA, são orientados pela Divisão Técnica, com supervisão da Secretaria de Defesa Agropecuária.

A quase totalidade das ações é executada diretamente pelas diferentes Unidades Gerenciais e outras, executadas indiretamente, pelo Órgão de Defesa Agropecuária do Estado, através de convênio celebrado com o MAPA e supervisionado pelos Serviços técnicos..

A natureza das atividades da SFA/RS é vinculada ao atendimento das necessidades da sociedade, no que diz respeito à garantia da oferta e da qualidade de produtos e serviços agropecuários e à segurança alimentar dos consumidores. A SFA/RS busca atender essas necessidades pautando-se nos fundamentos constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

Os clientes da SFA/RS são identificados a partir das competências institucionais relacionadas às atividades de defesa agropecuária e de desenvolvimento agropecuário, com jurisdição no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

É importante destacar que, a sociedade e o cidadão, de uma forma direta ou indireta, são atingidos pelo efeito preventivo da atuação da SFA/RS (e seu consequente impacto multiplicador) em todos os grupos de clientes. Todas as atividades das áreas de interesse (Serviços) estão voltadas para a garantia da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos produtores e empresas do Estado do Rio Grande do Sul fiscalizadas pela SFA/RS e que se destinam ao cidadão e à sociedade em geral.

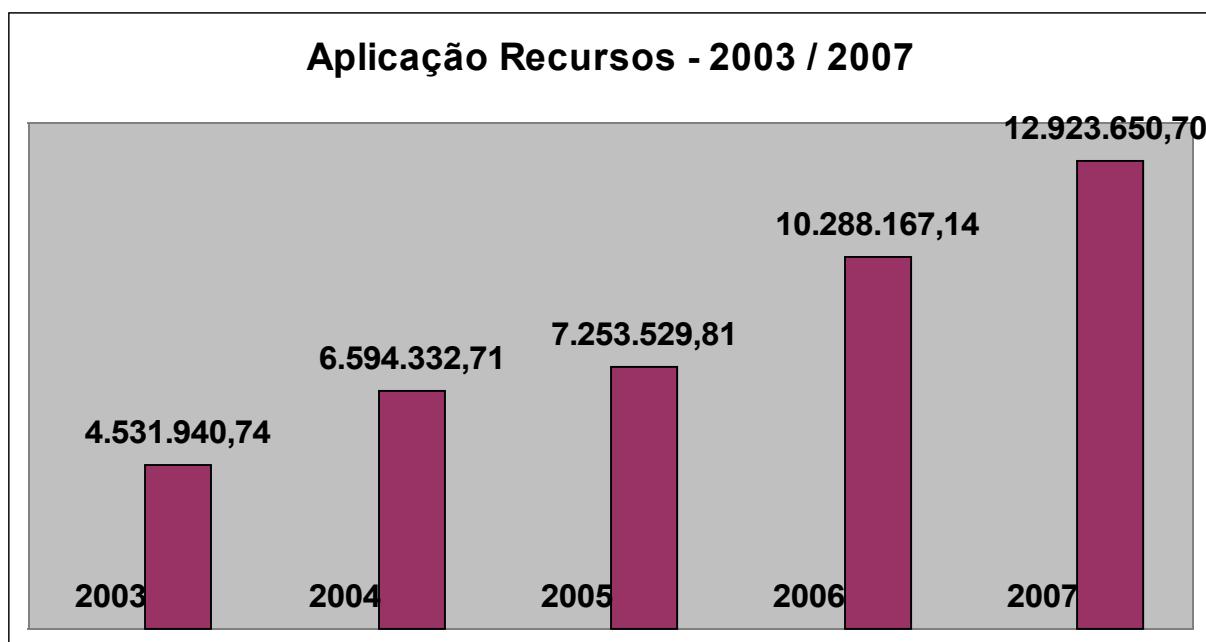
A presença física da SFA/RS, por meio de suas Unidades localizadas no interior do Estado, contribui para que o atendimento seja operante em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda no sentido de melhor conhecer e atender a demanda de serviço, a SFA promove reuniões com grupos específicos de clientes externos, especialmente as entidades representativas de cada categoria, divulgando procedimentos técnicos, normas, e identificando mecanismos para melhor alcançar a expectativa em relação às suas atividades da SFA/RS.

Por intermédio de reuniões, contatos, entrevistas, troca de correspondências convencionais e via Internet, a Administração atua como elemento de captação das necessidades e fornecimento de informações com vistas à introdução de novas medidas de apoio à produção e comercialização e correção de rumos quando desvios e inadequações são detectadas.

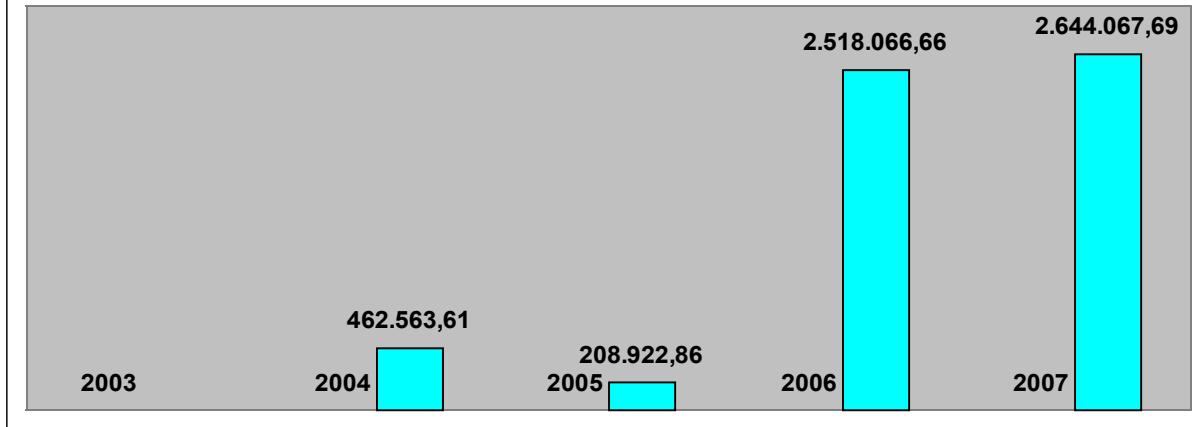
A Superintendência é o canal utilizado pelos produtores e demais integrantes do agronegócio para direcionar questionamentos e obter informações para a condução de seus negócios.

No ano de 2007, a SFA/RS executou um orçamento de R\$ 12.923.650,70 (doze milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e cinqüenta reais e setenta centavos). Representando um aumento de 286% em relação aos recursos geridos no ano de 2003, quando se iniciou a atual Gestão.



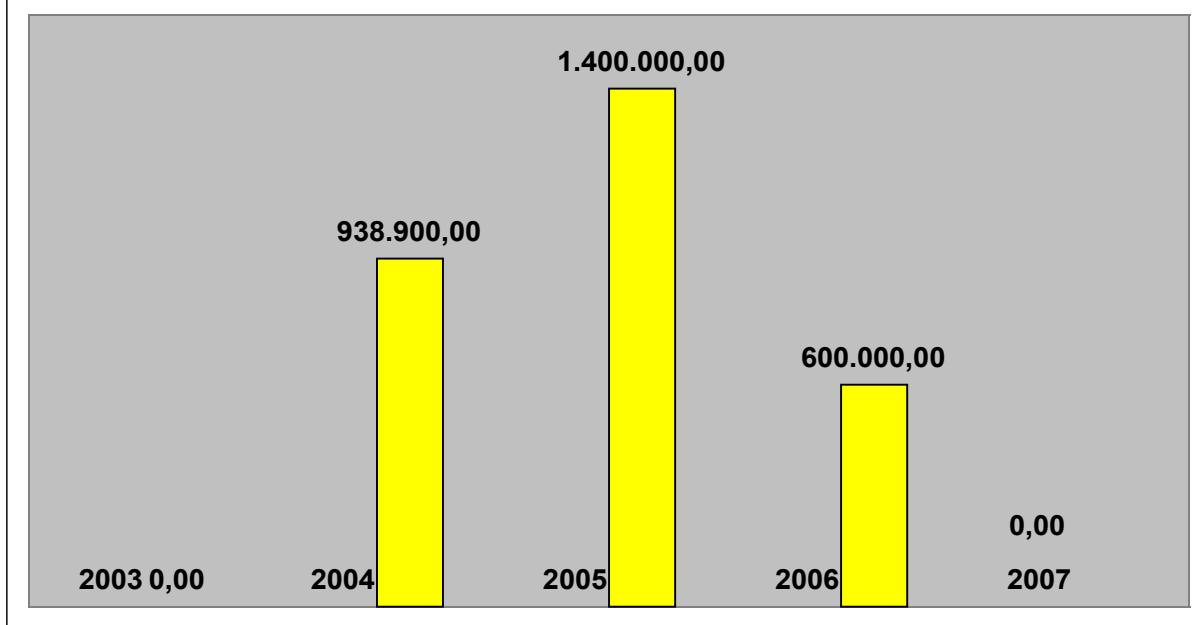
O aumento dos recursos descentralizados permitiu que houvesse uma maior aquisição de materiais permanentes, tais como: equipamentos de informática, mobiliário e automóveis, que possibilitaram o incremento das atividades desenvolvidas pela SFA/RS, especialmente no interior do Estado.

Aquisição de Material Permanente

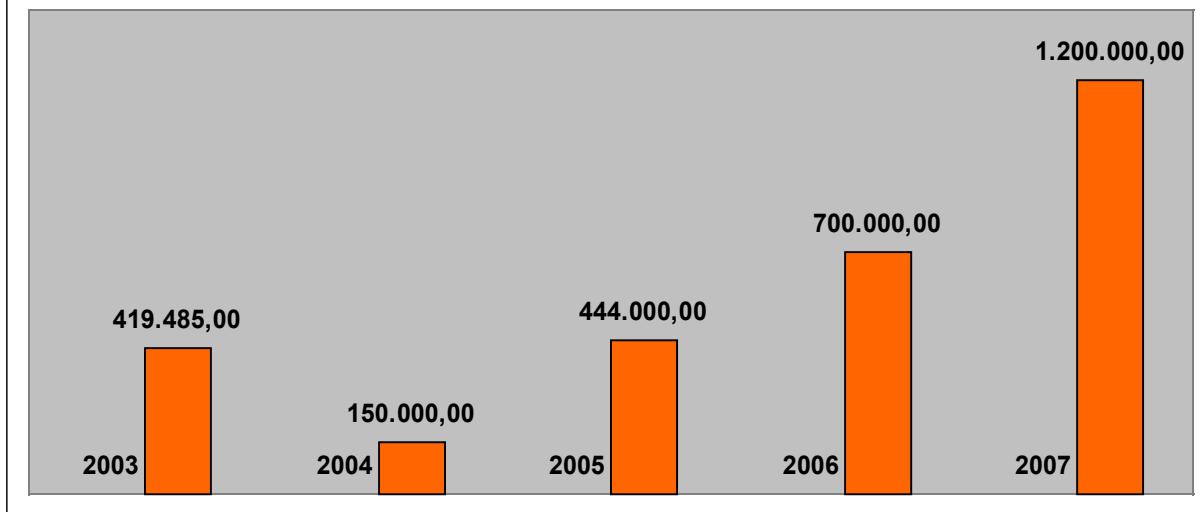


A SFA/RS é responsável também pelo repasse de recursos a órgãos e entidades, que através de Convênios, auxiliam na execução de ações de defesa agropecuária na área animal e vegetal. Atualmente existem 2 convênios firmados com esse fim: a) o primeiro convênio é firmado com a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA/RS, que é o Órgão executor de defesa agropecuária no Estado; b) o segundo convênio é firmado com a Associação Brasileira de Produtores de Maçã – ABPM, que auxilia nas ações de controle e erradicação da *cydia pomonella*.

Convênio SAA/RS - Repasse Recursos



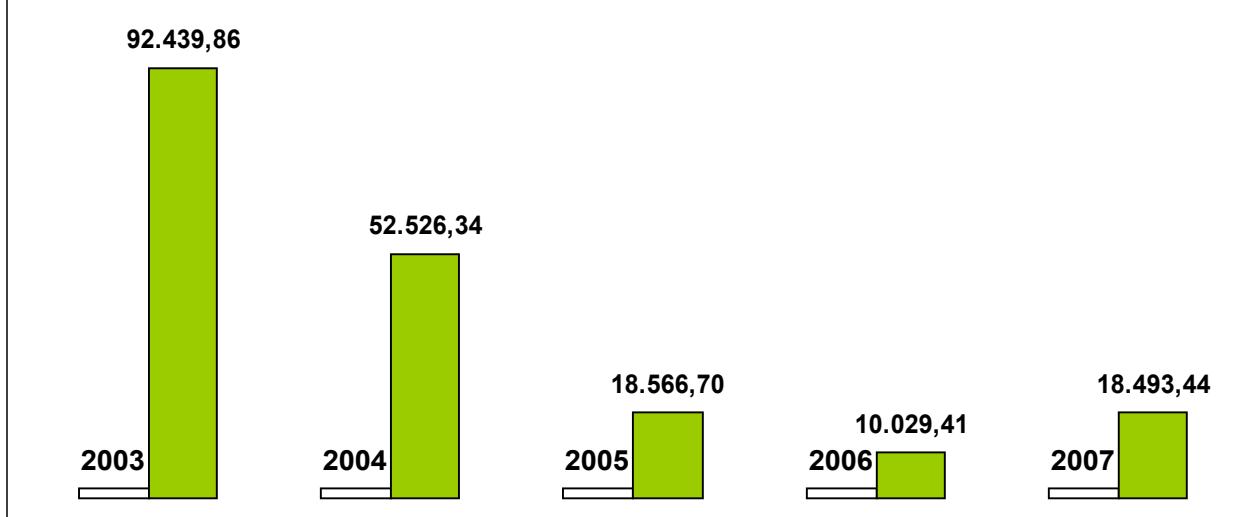
Convênio ABPM - Repasse Recursos



Por outro lado os gastos com Suprimento de Fundos ou Cartões Corporativos nos mesmo período sofreram significativa diminuição, passando R\$ 92.439,86 em 2003, para R\$ 18.493,44 em 2007, representando uma redução de 500%.

A redução na aplicação de recursos através de Suprimento de Fundos ou Cartões Corporativos, foi possível através das ações adotadas pela atual Administração, que prioriza o pagamento de despesas decorrentes de contratos de prestação de serviços licitados, cabendo à modalidade Suprimento de Fundos ou Cartão Corporativo, arcar tão somente com as despesas emergenciais.

Gastos com Suprimento de Fundos / Cartão Corporativo - SFA/RS



4. Gestão de programas e ações

4.1 Programas

A Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul operacionalizou no exercício de 2007 os seguintes programas:

- a) Programa 0750 – Apoio Administrativo: constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico;
- b) Programa 1169 – Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural: tem como objetivo geral: fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
- c) Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário: a infra-estrutura e a logística da produção são insumos indispensáveis ao desenvolvimento rural;
- d) Programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura: o Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação;
- e) Programa 0371 – Desenvolvimento da Avicultura: a competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias;
- f) Programa 0377 – Desenvolvimento da Caprinocultura, da Equideocultura e da Ovinocultura: a demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica numa necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional;
- g) Programa 0367 – Desenvolvimento da Suideocultura: a atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e em estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego e fixar o trabalhador no meio rural, e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional;

- h) Programa 0354 – Desenvolvimento da Fruticultura: muitos fatores afetam o desempenho do Brasil nesse mercado, principalmente, as carências estruturais internas como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa; quanto a ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana; dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os EUA e membros da UE, além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais;
- i) Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários: para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.
- j) Programa 0363 – Desenvolvimento das culturas Oleaginosas e Plantas Fibrosas: atualmente a produção de oleaginosas se restringe principalmente à cultura de soja. O crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda
- k) Programa 0369 – Desenvolvimento da Horticultura: aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional;
- l) Programa 0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários: a qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores;
- m) Programa 0356 – Qualidade de Alimentos e Bebidas: Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional,

Fls.: ____
Rub: ____

contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura.

4.1.1 Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

4.1.1 Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

4.1.1.1. Dados gerais – Brasília

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

4.1.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

.Plano Interno: MANUTRS

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Unidade executora	SFA/RS
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Apoio Administrativo – DAD
Coordenador nacional da ação	Maria Cristina Chaves Silvério
Responsável pela execução da ação no nível local	Sérgio Luiz da Silva Sobrosa

A DAD/SFA/RS é responsável pela execução das atividades de administração em geral e o processamento da execução orçamentária e financeira, consoante às orientações da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva/MAPA.

Tem como missão zelar pela correta aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros, pautando-se na missão institucional e nos fundamentos constitucionais de legalidade, moralidade, imparcialidade e transparência.

Pela estrutura regimental para o desenvolvimento de suas atividades, a DAD é constituída de um serviço e três seções, sendo:

- Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-RS
- Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-RS
- Seção de Recursos Humanos - SRH/DAD/SFA-RS
- Seção de Tecnologia da Informação – STI/DAD/SFA-RS

Desde o exercício de 2007 o Plano Interno MANUTRS é gerenciado pela Divisão de Apoio Administrativo, incorporando todos os gastos de manutenção do edifício sede e das UTRA's e UVAGRO's da SFA/RS.

A Divisão de Apoio Administrativo da SFA/RS tem sofrido acentuada perda de servidores em decorrência de aposentadorias e falecimentos. Esta força-de-trabalho não tem sido reposta desde 1984, prejudicando sensivelmente o desempenho das atividades administrativas.

Este foi o principal motivo para as ressalvas apontadas nos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão em anos anteriores, dificultando dessa maneira a novos procedimentos internos, bem como, muitas vezes, seguir a recomendação da Controladoria-Regional da União -CGU/RS.

A DAD vem executando melhorias nas instalações físicas da Sede, UTRA's e UVAGRO's, como instalação de novos elevadores, aquisição de equipamentos de informática e veículos, buscando sempre a agilidade dos serviços.

Ao MANUTRS compete a gestão dos recursos objetivando a operacionalização dos serviços administrativos da SFA-RS, tais como: pagamento de despesas (luz, água, telefonia); contratações terceirizadas (vigilância, limpeza e apoio administrativo); aquisição de materiais de consumo, bens móveis e imóveis; manutenção dos bens e/ou equipamentos da Sede e das Unidades do Interior do Estado.

Os recursos descentralizados no PI MANUTRS foram utilizados exclusivamente no cumprimento de quase 100% das metas físicas, objetivando o aporte de condições para execução das atividades fim do MAPA.

Apesar da falta de pessoal que ano a ano vem sendo registrada pela falta de concursos públicos para a área administrativa, o desenvolvimento das atividades foi compensado pela disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros em 2007.

A proposta inicial do Plano Operativo - MANUTRS/2006 foi submetida à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – COF/SPOA/SE/MAPA, através do SIOR 2006, elaborado em novembro/2005, obedecendo ao quadro a seguir:

4.1.1.3.1.2. Resultados

SRH – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Principais Ações:

- Controle do arquivo das pastas funcionais dos servidores, aposentados e pensionistas;
- Controle da contratação temporária;
- Elaboração dos Boletins de Pessoal;
- Analisa e processa a concessão de licença prêmio;
- Analisa e processa aposentadorias;
- Analisa e processa a concessão de pensões;
- Analisa, acompanha, processa a adesão, alteração e exclusão dos servidores, aposentados, pensionistas e dependentes no Plano de Assistência a Saúde;
- Controle da declaração de bens e rendas dos servidores com cargos comissionados;
- Analisa e processa a concessão de Abono Permanência para os servidores que detém tempo de serviço para aposentadoria e optam em permanecer em atividade;
- Analisa e instrui, processos Judiciais, Mandados de Segurança, dá cumprimento a Alvarás Judiciais, movidos por servidores aposentados e ativos, beneficiárias de pensão;
- Mantém o controle de férias e freqüência dos servidores atualizados;
- Capacita a força-de-trabalho conforme necessidade demandada da Sede e das unidades do interior do estado.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Servidores ativos	Porto Alegre	653
Terceirizados	Porto Alegre	29
Nomeados Cargos em Comissão – FGR-1	Porto Alegre	04
Nomeados Cargos em Comissão – FGR-2		01
Nomeados Cargos em Comissão – FCT-7		01
Nomeados Cargos em Comissão – FCT-13		01
Nomeados Cargos em Comissão – FCT-15		01
Nomeados Cargos em Comissão – DAS-101.1		01
Nomeados Cargos em Comissão – DAS 101.2		01
TOTAL		10
Servidores aposentados	Porto Alegre	594
Pensionistas	Porto Alegre	900
Estagiários	Porto Alegre	35
Contratos Temporários	Porto Alegre	06
Cargo da Alta Administração	Porto Alegre	04
Cargos Comissionados – DAS 101.1	Porto Alegre	09
Cargos Comissionados – DAS 101.2		03
Cargos Comissionados – DAS 101.3		02
Cargos Comissionados – DAS 101.4		(LANAGRO)
Cargos Comissionados – DAS 102.2		01
TOTAL		16
Funções Gratificadas – FGR 1	Porto Alegre	28
Funções Gratificadas – FGR 2		03
TOTAL		31
Função Comissionada Técnica – FCT-7	Porto Alegre	01
Função Comissionada Técnica – FCT-13		01
Função Comissionada Técnica – FCT-14		10
Função Comissionada Técnica – FCT-15		01

TOTAL		13
Auxílio Funeral	Porto Alegre	25
Licença Prêmio (concedidas)	Porto Alegre	43
Licença Médica	Porto Alegre	125
Auxílio Pré-Escolar	Porto Alegre	07
Licença Maternidade	Porto Alegre	02
Concessão de pensão	Porto Alegre	26
Concessão de aposentadoria	Porto Alegre	06
Servidores cadastrados no PAS/MA	Porto Alegre	311
Portarias	Porto Alegre	350
Lotação de servidores na Capital	Porto Alegre	175
Lotação de servidores no Interior	Porto Alegre	478

SRH-TREINAMENTO

CURSOS OFERECIDOS	HORAS TREINADAS	SERVIDORES ATENDIDOS	ESTAGIÁRIOS/CONTRATADOS ATENDIDOS
Dicção e Oratória (6h)	432h	33	39
Atendimento ao Cliente (2h)	208h	83	21
Atitudes Geradoras de Motivação (2h)	228h	100	14
Estudante Hoje, Profissional Amanhã (2h)	22h	0	11
Desenvolvimento Pessoal no Estágio (2h)	48h	0	14
Planejamento de Carreira (6h)	102	0	17
CATIR (2h)	122h	47	14
CATIR (MODERADOR) (24h)	24h	1	0
SIAPE (24h)	48h	2	0
SISOSP (27h)	81h	3	0
Pensão Alimentícia (2h)	4h	2	0
Power Point (Multiplicador) (8h)	8h	1	0
Windows/Outlook (Multiplicador) (4h)	4h	1	0
Português/Redação (24h)	960h	30	10
TOTAL	2.291h	303	140

Os cursos oferecidos não tiveram custos operacionais, com as seguintes exceções:

- Curso de Português/Redação – Custo de R\$ 2.500,00 (Dispensa de Licitação)
- Cursos de Windows/Outlook e PowerPoint – Custo de 2 diárias e ½ + passagem aérea.
- Cursos promovidos pelo MAPA, em Brasília, para formar um servidor multiplicador.
- Curso CATIR - Custo de 3 diárias e ½ + passagem aérea , solicitado pelo MAPA, em Brasília, para formar um servidor moderador.

SEOF - SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Principais Ações:

- Cálculo de notas fiscais fatura;
- Emissão de ordens bancárias;
- Emissão de nota de empenho para convênios e diárias;
- Analise de processo de suprimento de fundos para viagem;
- Analise e processamento diário da conformidade contábil, e documental no sistema SIAFI;
- Recolhimento de guia de INSS;
- Lançamento dos documentos para pagamento no ATUCPR (Atualização de lançamento de contas a pagar e receber do SIAFI);
- Liberação de cartão de crédito.

Fls.: ___
Rub: ___

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Propostas de Concessão de Diárias	2.958	927.388,41
Propostas de Concessão de diárias para colaborador eventual	576	215.724,03

DESCRÍÇÃO	QUANTIDADE
Suprimentos concedidos	32
Suprimentos prestado contas	32
Auxílio funeral pago – pessoal ativo	04
Auxílio funeral pago – pessoal inativo	27
Ordens bancárias emitidas	5.187
Convênios pagos	1
Prestação de contas de convênios baixadas no sistema	1

Exercício	Recursos recebidos	Recursos aplicados	Recursos não utilizados
2007	R\$ 12.967.424,87	R\$ 12.923.650,70	R\$ 43.774,17

SAG - SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS

Principais Ações:

- Controla e acompanha os contratos de prestação de serviços;
- Controla e certifica as notas fiscais e faturas;
- Orienta como proceder à confecção dos pedidos de compras de material ou serviços;
- Processa e cadastrá todas as inexigibilidades e dispensas de licitações e licitações na modalidade convite, tomada de preços, concorrência pública e pregão eletrônico no sistema SIDEC;
- Cadastra os contratos de prestação de serviços no sistema SICOM;
- Pesquisa os preços no sistema SIREP para as áreas interessadas
- Analisa, cadastrá e acompanha a regularidade da documentação jurídico/fiscal das empresas interessadas em participar de licitações no Governo Federal no sistema SICAF;
- Emissão de nota de empenho para suprimento de fundos para viagem, serviços de terceiros, material de consumo e material permanente.

PESSOAL TERCEIRIZADO			
Empresa	CNPJ	Quantidade	Valores (R\$)
Vigilância (EPAVI)	92.966.571/0001-01	17	768.349,92
Limpeza (SANTOS & ALVES)	00.666.896/0001-42	27	219.009,04
Apoio Administrativo (MARTINS)	00.932.422/0001-03	29	771.724,92
TOTAL			1.759.083,88

NÚMERO DE CONTRATOS	
333.90.30.00 – Material de Consumo	00
333.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.	38
TOTAL	38

NÚMERO DE LICITAÇÕES		
Conta Modalidade	Quantidade	Valores (R\$)
292.410.02.02 - Convite	00	0,00
292.410.02.03 - Tomada de Preços	00	0,00
292.410.02.04 - Concorrência	00	0,00

Fls.: ___
Rub: ___

<u>292.410.02.06 - Dispensa</u>	66	85.298,81
<u>292.410.02.07 - Inexigibilidade</u>	06	774.200,00
<u>292.410.02.08 - Legislação Não Aplic.</u>	00	0,00
<u>292.410.02.12 - Pregão</u>	23	1.364.405,56
TOTAL	95	2.223.904,37

TIPOS DE CONTRATOS	
Contratos de Aluguel	02
Contratos com fornecimento de Bens	00
Contratos de Serviços	38
TOTAL	40

SAG-PROTOCOLO

Principais Ações:

- Receber e movimentar interna e externamente os processos e documentos;
- Autuar e cadastrar os processos no sistema SIGID (sistema de controle da rede externa);
- Recepção e expedição de malotes, correspondências e encomendas simples e Sedex.

 DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Empenhos Emitidos	1.170
Malotes	1.841
Sedex	555
AR's	5.808
Correspondências Simples	26.567
TOTAL	34.771

SAG-PATRIMÔNIO

Principais Ações:

- Escrituração de notas fiscais;
- Controle do recebimento e distribuição dos bens adquiridos;
- Cadastro do material de consumo no sistema informatizado de controle;
- Levantamento dos bens móveis e imóveis;
- Controle da entrada e saída de materiais no almoxarifado;
- Disponibilização do material no sistema informatizado;
- Vistoria in loco dos bens móveis e imóveis;
- Emissão de termos de responsabilidade
- Emissão de relatório mensal de movimentação de bens – RMB no sistema SIAFI
- Compatibilização dos bens imóveis com o SIAFI e SPIUNET;
- Compatibilização físico/contábil com o SIAFI;
- Emissão de relatório mensal do almoxarifado (RMA) e (RMB) no sistema SIAFI;
- Elaboração do inventário de bens móveis e imóveis;
- Emissão de relatório anual do almoxarifado;

Fls.: ___
Rub: ___

MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO				
	Saldo Anterior (R\$)	Entradas (R\$)	Saídas (R\$)	Saldo Final (R\$)
Movimentação do Almoxarifado	98.847,86	128.414,46	96.849,42	130.139,90
Movimentação de Bens Móveis	5.747.597,35	7.162.019,54	4.454.026,80	8.455.590,09

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DOADOS NO EXERCÍCIO DE 2007						
PLACA	UF	MARCA	ANO	COMB.	LOCALIZAÇÃO	OBS.
IGQ 1944	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/SEDESA	Doado
IGY 7593	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/SEDESA	Doado
IFN 6621	RS	GM	1996	Gasolina	SFA/RS/SEFAG	Doado
IFQ 4507	RS	GM	1996	Gasolina	SFA/RS/SEFAG	Doado
IGP 8860	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/SEFAG	Doado
IGP 8859	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/SIPAG	Doado
IGY 7601	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/SIPAG	Doado
IGY 8637	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/SIPAG	Doado
IGZ 5036	RS	Fiat	1997	Gasolina	SFA/RS/SIPAG	Doado
IGY 9166	RS	Fiat	1997	Gasolina	SFA/RS/UTRA-LAJ	Doado
IGP 8866	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UTRA-PEL	Doado
IFX 0783	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UTRA-PFU	Doado
IGX 3339	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UTRA-PFU	Doado
IGY 7599	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UTRA-PFU	Doado
IEF 6770	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UTRA-STM	Doado
IEF 6779	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UTRA-STM	Doado
IGY 9196	RS	Fiat	1997	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-AEC	Doado
IEH 0947	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-AEM	Doado
IGP 8864	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-JAG	Doado
IEF 6809	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-PXV	Doado
IEF 6818	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-QUA	Doado
IGP 8861	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-RGR	Doado
IEH 0932	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-SBJ	Doado
IGP 8870	RS	Volkswagen	1997	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-SBJ	Doado
IEF 6806	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-STL	Doado
IGY 9211	RS	Fiat	1997	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-STL	Doado
IEF 6813	RS	Ford	1995	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-URG	Doado

Fls.: ___
Rub: ___

IGY 9150	RS	Fiat	1997	Gasolina	SFA/RS/UVAGR-URG	Dado
----------	----	------	------	----------	------------------	------

DOAÇÕES DE BENS PATRIMONIAIS ANO DE 2007		
QUANTIDADE DE BENS	DESTINATÁRIO	BENS MÓVEIS
25	Prefeituras Municipais	Veículos
01	Escola Estadual de Ensino Fundamental Dona Hercília Petry	Mesas, cadeiras, etc.
TOTAL		26

SAG-TRANSPORTES

Principais Ações:

- Controle de entrada e saída de veículos;
- Controle de circulação de veículos;
- Controle da frota de veículos da SFA
- Controle do consumo de combustível;
- Liberação de veículos mediante guia de requisição de transporte;
- Autorização para fornecimento de combustível e prestação de serviços;
- Controle da documentação em geral dos veículos;
- Termo de vistoria de veículos;
- Termo de responsabilidade de veículos.

DESPESAS COM VEÍCULOS	
DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	R\$ 276.049,60
DESPESAS COM MANUTENÇÃO	R\$ 96.930,65
TOTAL	R\$ 372.980,25

SAG - SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI

Principais Ações:

- Administrar políticas de usuários nos servidores da rede;
- administrar as condições dos *links* de comunicação entre a SFA/RS e o MAPA/Brasília;
- Avaliar a utilização dos equipamentos;
- realizar intervenções na reestruturação de equipamentos e rede;
- Instalação de microcomputadores;
- Manutenção em equipamentos de rede, computadores, impressoras e monitores;
- manutenção de hardware e sistemas operacionais;
- Backup de arquivos;
- Implantação de Servidores de Rede;
- migração de arquivos e criação de perfis de usuários de rede;
- suporte aos usuários.

Diagnóstico atual da atividade no Estado

A Divisão de Apoio Administrativo tem como objetivo a execução de atividades na área da administração em geral, como: Licitações, Contratos, Transporte, Protocolo, Patrimônio e Almoxarifado, Processamento da Execução Orçamentária e Financeira e de Recursos Humanos, sendo composto e distribuído com suas respectivas responsabilidades da seguinte forma:

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS – SAG:

À Seção de Atividades Gerais – SAG compete:

- I – orientar e controlar a execução das atividades relativas à administração de comunicações administrativas, tais como: logística, transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, almoxarifado, limpeza e conservação, vigilância, bem como as demais atividades auxiliares;
- II – instruir processos administrativos de acordo com a legislação vigente;
- III – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;
- IV – prestar apoio às atividades da Divisão de Apoio Administrativo – DAD/SFA/RS/MAPA;
- V – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

ABRANGÊNCIA E ESTRUTURAÇÃO DA SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS – SAG:

- Setor de Material e Patrimônio - SMP;
- Setor de Transportes - STR;
- Setor de Protocolo e Expedição - SPR;
- Setor de Arquivo Documental - SAD;

Ao Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG compete:

- I – processar os pedidos de compras de materiais e contratação de serviços;
- II – elaborar editais e divulgar licitações, mapas e outros instrumentos licitatórios;
- III – analisar a documentação de fornecedores e prestadores de serviços;
- IV – controlar a entrega de materiais de consumo e bens móveis;
- V – controlar a execução de serviços prestados;
- VI – calcular multas a serem aplicadas, consoantes legislação;
- VII – incluir dados dos fornecedores no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, via on-line e outros sistemas definidos na legislação e pela Secretaria Executiva, arquivar a documentação de referência;
- VIII – classificar, registrar e cadastrar bens patrimoniais, elaborando demonstrativo contábil;
- IX – proceder mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;
- X – manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal;
- XI – executar procedimentos de alienação de bens móveis, conforme legislação vigente específica;
- XII – promover a legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens móveis jurisdicionados à Superintendência Federal junto aos Órgãos competentes;
- XIII – instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;
- XIV – gerenciar os contratos de terceirização de mão-de-obra de serviços e outros, na forma da legislação;
- XV – promover o apoio às atividades da SFA/MAPA;
- XVI – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão Anual da Superintendência Federal.

Ao Setor de Transportes – STR/SAG compete:

- I – gerenciar, orientar e manter o sistema de controle, fiscalizando a utilização dos veículos;
- II – promover a recuperação, manutenção e revisão dos veículos;
- III – levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis;
- IV – acompanhar a execução dos específicos Contratos de Prestação de Serviços;
- V – elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV, bem como a proposta de alienação dos veículos inservíveis ou anti-econômicos;
- VI – instruir processos administrativos de acordo com a legislação específica;
- VII – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas pertinentes;
- VIII – prestar apoio às atividades da SFA/MAPA;

IX – elaborar o relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de Gestão Anual da Superintendência Federal.

Ao Setor de Protocolo e Expedição– SPR/SAG compete:

- I – orientar, manter o controle e executar o sistema de protocolo e expedição;
- II – autuar documentos e constituir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;
- III – coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;
- IV – prestar apoio às atividades da SFA/MAPA;
- V – elaborar o relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de Gestão Anual da Superintendência Federal.

Ao Setor de Arquivo Documental – DAD compete:

Observação: o referido setor ainda não está incluso no novo Organograma da SFA/RS

- I – orientar, manter o controle e executar o sistema de arquivamento de documentos destinados a essa finalidade;
- II – autuar, classificar, arquivar e inserir a documentação no inventário destinado para esse fim de acordo com a legislação pertinente;
- III – elaborar o relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de Gestão Anual da Superintendência Federal.

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

À Seção de Recursos Humanos – SRH compete:

- I - promover a execução das atividades relativas a registros funcionais;
- II - preparo de folha de pagamento de pessoal através do SIAPE (Serviço de Administração de Pessoal);
- III - concessão de benefícios sociais e assistenciais, licença para tratamento de saúde, realização de perícias médicas e treinamento de pessoal, além da aplicação da legislação de pessoal no que tange a direitos e deveres.
- IV - elaborar o relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de Gestão Anual da Superintendência Federal.

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - SEOF:

À Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF compete:

- I - realizar o processamento da Execução Orçamentária e Financeira da SFA-RS;
- II - efetuar pagamentos através do SIAFI (Sistema de Administração Financeira);
- III - controle de diárias, Concessão de suprimentos e análise de Prestação de Contas de Suprimento e Convênios.

Dispositivos Legais

Lei Federal nº 8.666/93 – Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.112/90 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

METAS FÍSICAS			
ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
Passagens Aéreas (todos os Planos Internos)	363.381,99	363.381,99	
Locação de mão-de-obra (limpeza, vigilância e apoio administrativo) – (todos os Planos Internos)	1.759.083,88	1.759.083,88	
Material Permanente	50.000,00	50.000,00	
Material de Consumo	57.523,65	57.523,65	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.136,00	30.136,00	

METAS FINANCEIRAS				
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO (R\$)	LIBERADO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	% DE UTILIZAÇÃO
33.5039 – MANUTRS	189.000,00	189.000,00	189.000,00	100
33.9014 – MANUTRS	56.716,53	56.716,53	56.716,53	100
3390.30 – MANUTRS	57.805,56	57.805,56	57.523,65	99,51
33.9033 – MANUTRS	22.617,24	22.617,24	22.617,24	100
3390.36 – MANUTRS	25.995,10	25.995,10	25.995,10	100
3390.37 – MANUTRS	1.669.850,46	1.669.850,46	1.669.850,46	100
3390.39 – MANUTRS	1.391.248,54	1.391.248,54	1.385.583,27	99,59
3390.47 – MANUTRS	3.932,04	3.932,04	3.932,04	100
3390.92 – MANUTRS	15.012,88	15.012,88	15.012,88	100
3391.47 – MANUTRS	1.100,00	1.100,00	1.100,00	100
3391.39 – MANUTRS	30.136,00	30.136,00	30.136,00	100
4490.51 – MANUTRS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	100
3391.92 – MANUTRS	12.382,33	12.382,33	12.382,33	100

METAS FINANCEIRAS (TODOS OS PLANOS INTERNOS – DAD/SFA/RS)				
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO (R\$)	LIBERADO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	% DE UTILIZAÇÃO
GAPSOLO – 3390.36	437,67	437,67	425,61	97,24
ATIVOS – 3190.08	18.431,06	18.431,06	18.431,06	100
MANUTSFA1 – 3390.14	5.004,00	5.004,00	4.978,85	99,50
MANUTSFA1 – 3390.30	140.420,00	140.420,00	140.204,70	99,85

Fls.: ___
Rub: ___

MANUTSFA1 – 3390.36	2.227,72	2.227,72	2.227,72	100
MANUTSFA1 – 3390.39	825.000,00	825.000,00	825.000,00	100
MANUTSFA1 – 3391.47	500,00	500,00	500,00	100
MANUTSFA1 – 4490.51	27.939,00	27.939,00	27.939,00	100
GAPCOOP – 3390.14	10.378,74	10.378,74	10.378,74	100
GAPCOOP – 3390.30	5.000,00	5.000,00	5.000,00	100
GAPCOOP – 3390.39	10.000,00	10.000,00	10.000,00	100
GAPCOOP – 3390.33	1.200,00	1.200,00	1.200,00	100
GAPCOOP – 3390.39	381,41	381,41	381,41	100
FOMEAGRO – 3390.33	1.754,00	1.754,00	1.754,00	100
FOMEAGRO – 3390.39	2.500,00	2.500,00	2.500,00	100
PROFENAC – 3390.14	4.118,72	4.118,72	4.115,47	99,92
PROFENAC – 3390.30	2.000,00	2.000,00	2.000,00	100
PROFENAC – 3390.33	1.000,00	1.000,00	1.000,00	100
INATPENS1 – 3190.08	59.195,73	59.195,73	59.195,73	100

Comentários Finais

A Divisão de Apoio Administrativo da SFA-RS executou quase que na sua totalidade as metas e objetivos programados para o exercício de 2007. Desta forma, cumpriu com seu papel em dar suporte às atividades finalísticas desta Superintendência com muito esforço para compensar o quadro de pessoal cada vez mais reduzido.

Como expectativa para 2008, fica a melhoria da política de pessoal do MAPA, não só para buscar a valorização do servidor administrativo, como também para que o Planejamento Estratégico do MAPA atinja seus objetivos.

4.1.2 Programa 1169 - DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

4.1.2.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Paulo Roberto da Silva
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Associações rurais e cooperativas.

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

A sociedade organizada social, política e economicamente é fundamental para garantir a democracia de um país. A função do cooperativismo é organizar econômica e socialmente os indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade.

Apesar de tratar-se de política instrumental, trata-se de um meio para, juntamente com outras iniciativas, impactar positivamente em diversas dimensões, a vida dos seus beneficiários. Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação social, econômica e política – conceito formulado pelo principal especialista do Banco Mundial em políticas sociais para países com desenvolvimento tardio, Deepa Narayan (1999). Trata-se, portanto, de um problema coletivo.

Em que pese Alejandro Portes (1998) ter destacado que o capital social também gera benefícios individuais, estes advêm justamente das relações que as pessoas forjam e as habilitam a coordenar ações e alcançar objetivos comuns. Em razão disso, para Deepa Narayan (1999), o Estado pode e deve apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico. E é justamente em virtude disso que se revestem de singular importância às intervenções públicas no sentido de fomentar as estruturas associativas.

Tanto assim que o cooperativismo foi apontado na Orientação Estratégica do Governo como diretriz para viabilizar a transposição de vários dos Desafios identificados para a consolidação da Estratégia de Desenvolvimento, tamanho relevo que se reconheceu no instrumento. Antes mesmo que a atual administração reconhecesse o mérito da organização e da participação social e econômica por meio do cooperativismo, a Carta Magna já contemplava a necessidade de o Governo incentivá-lo.

Como agente efetivo de desenvolvimento, o cooperativismo contribui para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo

produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

4.1.2.3. Gestão das ações

4.1.2.3.1. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

.Plano Interno: GAPCOOP

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividadesmeio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo - SDC
Unidades executoras	SEPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SDC / SEPDAG/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Luiz Carlos Coltrato
Responsável pela execução da ação no nível local	Elton Antônio Mariani

4.1.2.3.1.2. Resultados

O GAPCOOP tem a finalidade de viabilizar a implementação do Programa, custeando as atividades meio necessárias para a representação da SDC em eventos do associativismo e cooperativismo, para a realização dos convênios, bem como para o acompanhamento da execução as metas propostas.

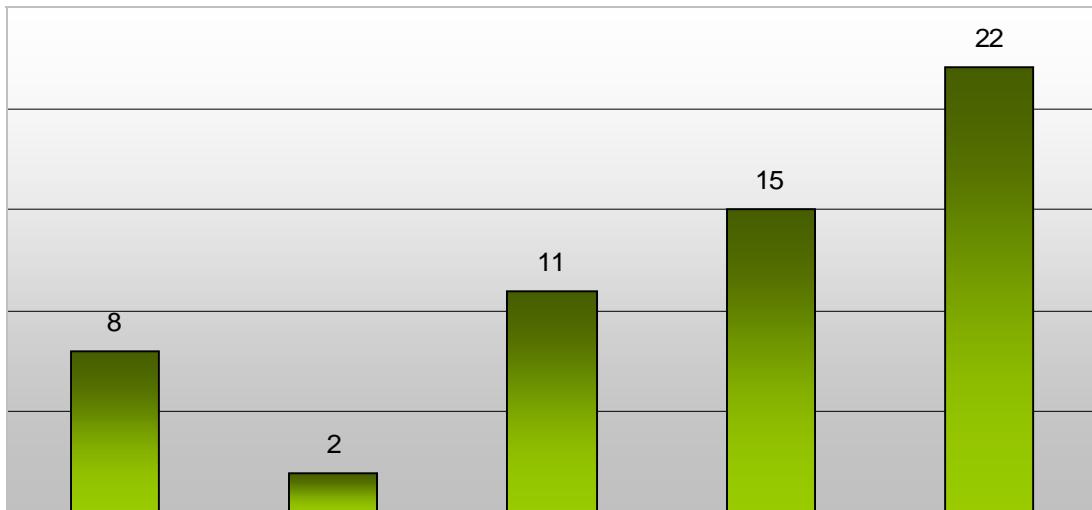
Em relação aos convênios diretos, os recursos repassados, em sua maioria, foram destinados ao apoio do desenvolvimento agropecuário através da aquisição de patrulhas agrícolas, auxílio a feiras, seminários e programas de capacitação, abatedouros e agroindústrias, bem como a aquisição de equipamentos para as agroindústrias e abatedouros, realizar recuperação de estradas vicinais, visando a criação de empregos, geração de renda, intercâmbio técnico e de informações, entre produtores, técnicos, industriais e comerciantes dos municípios e região, mostra de novas tecnologias na agricultura e pecuária com o desenvolvimento e o incremento do agronegócio.

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADITIVOS FORMALIZADOS EM 2007

ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	TOTAL
Termos de Cooperação Técnica	São José do Sul Capitão Roca Sales Barra do Ribeiro Boa Vista do Sul Dom Pedrito Tupanciretã Morro Redondo Encantado Quaraí	10
Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica	Garibaldi Itaqui São Sebastião do Caí Barra do Ribeiro Lajeado Vila Maria Santa Rosa Passo Fundo Serafina Correa Nova Araçá Porto Xavier Apassul	12

Comparativo de execução de TCT's nos últimos 05 anos:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Quant.	08	02	11	15	22



CONVÊNIOS FORMALIZADOS PELA SFA EM 2007

ENTIDADE	MUNICÍPIO	OBJETO	RECURSOS EM R\$
Associação Brasileira de Produtores de Maçã - ABPM	Fraiburgo/SC	Apoiar as ações do Programa de Erradicação da Cydia Pomonella, na área urbana de Lages/SC, Vacaria/RS, Bom Jesus/RS e Caxias do Sul/RS.	1.200.000,00

CONVÊNIOS FORMALIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO

(Com acompanhamento “in loco” dos servidores SFA)

CONVENIADO	MUNICÍPIO	FINALIDADE	RECURSOS EM R\$
Prefeitura Municipal de Canela	Canela/RS	Evento Classificatório ao Freio de Ouro	20.266,00
Prefeitura Municipal de Jaguari	Jaguari/RS	Apoio a Feicoagro 2007	9.900,00
Prefeitura Municipal de Encantado	Encantado/RS	Apoio a Suinofest 2007	16.000,00
Prefeitura Municipal de Soledade	Soledade/RS	Apoio a 7ª EXPOSOL – Feira Agropecuária de Soledade	15.400,00
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	Santo Ângelo/RS	Apoio a Fenamilho – 13ª Edição	33.000,00

Fls.: ___
Rub: ___

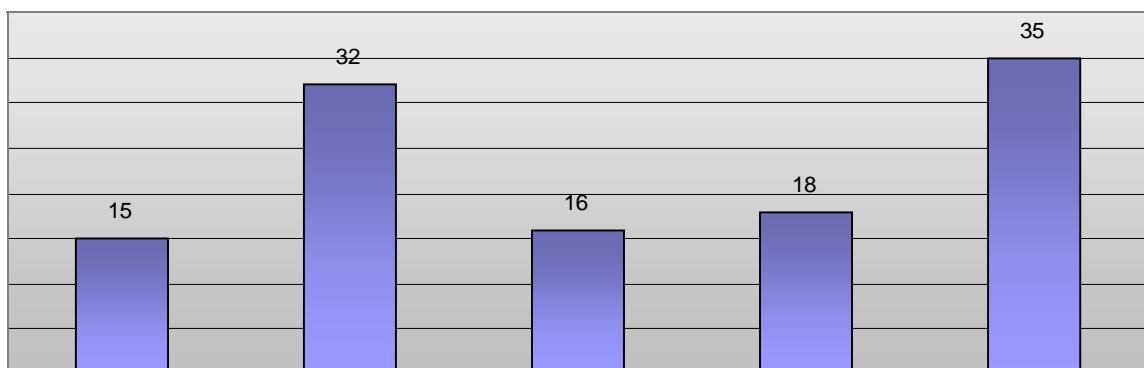
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	Cerro Largo/RS	Apoio a Expocel	24.000,00
Prefeitura Municipal de Três de Maio	Três de Maio/RS	X Expofeira de Agronegócios	18.749,60
Prefeitura Municipal de Paim Filho	Paim Filho/RS	XV Mostra Agropecuária de Paim Filho	20.900,00
Prefeitura Municipal de Venâncio Aires	Venâncio Aires/RS	31ª Festa Municipal do Colono e 3ª Feira Municipal de exposição Agrícola	10.000,00
Prefeitura Municipal de Santa Rosa	Santa Rosa/RS	24º Encontro Estadual de Hortigranjeiros	24.000,00
Prefeitura Municipal de Ijuí	Ijuí/RS	Feira Agropecuária de Ijuí 2007	24.000,00
Prefeitura Municipal de Palmitinho	Palmitinho/RS	Feira da Terneira e da Novilha	16.870,00
Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno	Faxinal do Soturno/RS	Expofax e Mostra do Gado Leiteiro	22.000,00
Prefeitura Municipal de Horizontina	Horizontina/RS	Apoio a exposição e Concurso de gado Leiteiro na Feintch	23.700,00
Prefeitura Municipal de Turuçu	Turuçu/RS	6ª Oktoberfemorango e 1ª Exposição de Gado Leiteiro - RS	11.935,00
Prefeitura Municipal de Dom Pedrito	Dom Pedrito	74ª Exposição Agropecuária, 16ª Exposição da Produção e Tecnologia, 15ª Exposição da Indústria e Comércio e Farm Show	10.060,00
Prefeitura Municipal de Arroio Grande	Arroio Grande	Exposição Feira Agroindustrial, Pecuária e Comercial de Arroio Grande	15.400,00
Prefeitura Municipal de Tio Hugo	Tio Hugo/RS	II Feira Regional Portal Rota das Terras	15.450,00
Prefeitura Municipal de São João da Urtiga	São João da Urtiga/RS	III Mostra de Gado Leiteiro e II Mostra de Suínos	8.672,40
P.M. de Novo Xingu/RS	Novo Xingu/RS	Apoiar a realização da 8ª XINGUFEST	10.000,00
COOCAMPO	Liberato Salzano/RS	Recuperação, conservação e fertilização de solos de áreas de fruticultura em pequenas propriedades de agricultores familiares.	186.000,00
Confederação Brasileira de Apicultura - CBA	Viamão/RS	Apoio ao Programa de treinamento e capacitação em boas práticas agropecuárias de produção, extração do mel e produtos de apis melífera, bom como em apicultura de precisão.	71.608,00
Prefeitura municipal de Salvador do Sul	Salvador do Sul/RS	Apoio a exposição Agropecuária de Salvador do Sul	14.400,00
Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida Ltda - COOPERVITA	Tapejara/RS	Apoio ao Programa de formação e capacitação de agricultores familiares	44.099,00
Prefeitura Municipal de Barra Funda	Barra Funda/RS	Apoio a recuperação de áreas de lavoura para implantação de pastagem para a produção de leite	28.440,00

Fls.: ___
Rub: ___

		a pasto no Sistema Integração Lavoura-Pecuária	
Associação Brasileira de Criadores de Suínos - ABCS	Estrela/RS	Promover a modernização da estrutura de comercialização, distribuição e marketing da carne suína no Brasil.	66.000,00
Cooperativa Agropecuária Industrial - COTRIJAL	Non-Me-Toque/RS	Apoio a gestão conservacionista do solo e da água em escala de microbacia hidrográfica com foco em saneamento do espaço rural em bases cooperativistas.	89.996,00
Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda	Santa Cruz do Sul/RS	Apoio ao Projeto de Capacitação de camponeses para a adoção de prática de desenvolvimento rural sustentável.	80.957,00
Cooperativa Central dos Assentamentos do rio Grande do Sul - COCEARGS	Porto Alegre/RS	Apoio ao Programa de formação e capacitação em formas e cooperação rural	18.760,00
Prefeitura Municipal de Parobé	Parobé/RS	Apoio recuperação de estradas vicinais	184.740,74
Associação Integradora Agroecológica da Região Celeiro - ASCOOPERAR	Braga/RS	Apoio ao programa de capacitação de agricultores familiares agroecológicos associados da ASCOOPERAR	82.400,00
Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai - COTRIMAIO	Passo Fundo/RS	Apoio ao projeto de desenvolvimento e capacitação da mulher agricultora para a gestão da propriedade e do cooperativismo	200.000,00
Cooperativa de pequenos agropecuaristas de Campinas do Sul Ltda	Campinas do Sul/RS	Apoio ao programa de capacitação de produtores e produtoras de leite	33.394,86
Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes/RS	Novo Tiradentes/RS	Apoiar o Projeto de Recuperação de Estradas Vicinais.	4.142,00
Prefeitura Municipal de Sagrada Família/RS	Sagrada Família/RS	Apoiar o Projeto de Recuperação de Estradas Vicinais.	81.000,00
TOTAL			1.536.240,60

Comparativo da execução de convênios no RS nos últimos 05 anos:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Quant.	15	32	16	18	35



4.1.3 Programa 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

4.1.3.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infraestrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	A definir
Indicadores ou parâmetros utilizados	Contrato fiscalizado
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio.

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com um clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse número, cerca de 100 milhões ainda não explorados.

Em que pese o bom desempenho da produção agropecuária brasileira nos últimos 10 anos, o baixo nível de investimento em infra-estrutura e logística já está interferindo de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor. As condições precárias das rodovias e a utilização inadequada dos modais de transporte estão dificultando o escoamento das safras e impactando de forma significativa os custos de fretes das regiões produtoras até os portos, ao mesmo tempo em que alguns portos brasileiros estão apresentando prêmio negativo na exportação de produtos agrícolas, significando um menor preço final para o produtor rural.

Da mesma forma, a defasagem da capacidade estática de armazenagem, o alto percentual de perdas póscolheita e a não garantia da qualidade dos produtos comprometem a competitividade do agronegócio.

É nesse contexto que a infra-estrutura e a logística da produção surgem como insumos indispensáveis ao desenvolvimento rural. Oferecem condições imprescindíveis para o aumento da produção e produtividade, implantação das cadeias produtivas, com a geração empregos, melhoria do bem estar das populações rurais e viabilização do escoamento das safras. Desta forma, um processo articulado do governo e da sociedade civil, direcionando as suas ações políticas, programas e projetos para o espaço rural ampliando a competitividade do setor agropecuário, viabilizando opções duradouras de progresso e desenvolvimento sustentável, utilizando eficientemente as potencialidades existentes na sua dimensão econômica, social, política, espacial, cultural, ambiental e institucional.

Uma das preocupações do programa se refere também ao desenvolvimento sustentável dos corredores de exportação com agregação de valor ao produto agropecuário. Ou seja, o desenvolvimento de alternativas com base nos potenciais produtivos de cada região a partir de ações integradas no âmbito do MAPA e de ações transversais com outros órgãos do Governo Federal, quais sejam, ações de cooperativismo, energia elétrica, mecanização, agroindustrialização e armazenagem que podem ampliar as alternativas de produção das regiões, em especial para os pequenos e médios produtores rurais.

O sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

4.1.3.3. Gestão das ações

4.1.3.3.1. Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Plano Interno: FISCONTRATO

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia..
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo - SDC
Unidades executoras	SEPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SDC / SEPDAG/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Mello
Responsável pela execução da ação no nível local	Elton Antônio Mariani

4.1.3.3.1.2. Resultados

Houve a descentralização de créditos à SFA/RS para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo, fornecendo subsídio a essas atividades e promovendo treinamento e atualizações dos técnicos em quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais.

Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.

O sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

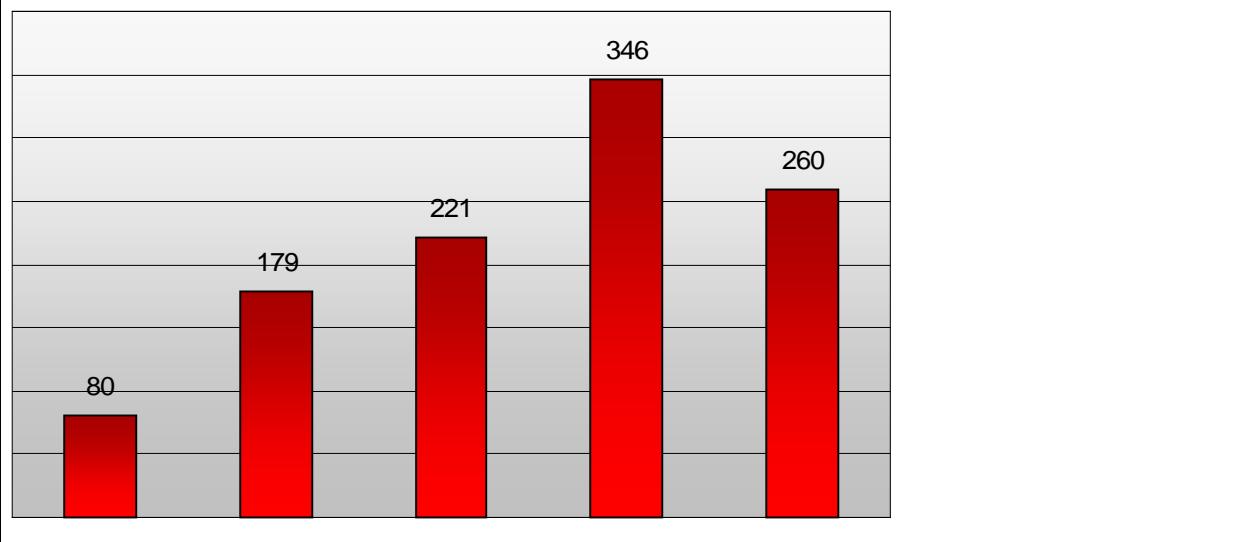
No que diz respeito ao PRODESA (contratos de repasse liberados através de emendas parlamentares), somos responsáveis pela análise e aprovação dos Planos de Trabalho, que posteriormente são repassados à Caixa Econômica Federal, responsável pela execução e fiscalização dos mesmos; que também são acompanhados "in loco" para verificação da correta aplicação dos recursos liberados.

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - PRODESA

NÚMERO CONTRATAÇÕES	DE	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR TOTAL
260		189	R\$ 24.362.420,80

Comparativo do número de contratações nos últimos 05 anos:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Quant.	80	179	221	346	260



4.1.4. Programa 0359 - DESENVOLVIMENTO DA BOVIDECOCULTURA

4.1.4.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Jorge Caetano Júnior
Indicadores ou parâmetros utilizados	Propriedade controlada.
Público-alvo (beneficiários)	Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O país insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre sobretudo da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado.

O Desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, consequentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite.

Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

4.1.4.3. Gestão das ações

4.1.4.3.1. Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Esta ação visa beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia de pecuária de corte e leite. sendo a febre aftosa uma das maiores barreiras sanitárias à exportação de produtos pecuários e ao comércio entre estados, a erradicação desta doença contribui para o aumento da renda dos produtores e a obtenção de superávits comerciais e consequentemente com a geração de empregos diretos e indiretos. um foco de febre aftosa afeta toda a cadeia pecuária, pois além das exportações, o próprio mercado interno impõe restrições entre estados e em consequência disso e da diminuição das exportações, o preço da arroba de carne cai, afetando diretamente o produtor e indiretamente todos os outros elos do seguimento.

Plano Interno: FEBREAFTOSA

Indicador: Área controlada

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete do Ministro
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	GM/DAS/DT/SEDESA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini
---	----------------------------

4.1.4.3.1.2. Resultados

A Febre Aftosa é uma enfermidade que atinge animais biungulados (com casco fendido), caracterizando-se pela alta difusibilidade e morbidade, com graves impactos econômicos e sociais, com grande influência no comércio nacional e internacional de animais e seus produtos e subprodutos.

Destaca-se como principal objetivo deste programa manter a condição sanitária na zona livre de Febre Aftosa com vacinação, visando a erradicação da doença no território nacional e posterior retirada da vacinação

A conclusão dos trabalhos de controle e erradicação dos focos de Febre Aftosa ocorridos em MS e PR em outubro de 2005 e fevereiro de 2006, respectivamente, possibilitou a retirada das barreiras de fiscalização estabelecidas nas divisas entre RS e SC, bem como aquelas de suporte ao estado de SC estabelecidas na divisa daquele estado com o PR, com suporte do Serviço Veterinário Oficial do RS;

As ações cobertas pelo elemento de despesa “3490.36” consistem essencialmente de ações de vigilância em fronteiras internacionais, com foco na fronteira noroeste do estado, bem como no naquelas descritas no item acima;

Considerando-se a epidemiologia da Febre Aftosa, bem como o impacto restritivo de sua ocorrência, o produto “Propriedade Controlada” considera a totalidade de propriedades existentes no estado nas quais existam animais susceptíveis à enfermidade. O quantitativo de propriedades acima referido é obtido a partir dos relatórios de vacinação contra Febre Aftosa, especificamente da etapa de janeiro de 2007, na qual todo rebanho bovídeo foi vacinado;

As quarentenas são realizadas de acordo com a demanda de importadores ou exportadores, sendo possível somente uma programação quantitativa prévia aproximada.

Determinadas metas físicas são definidas com base no ano anterior, e podem ser modificadas de acordo com determinações do Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA/MAPA ou com alterações de status sanitário local ou regional;

O atributo “propriedade controlada” expressa uma situação atual de status sanitário, resultante de uma conjuntura de ações, passadas e presentes, e não necessariamente traduz avanços quanto à segurança sanitária futura do estado;

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangência e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço. O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor numero de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é possível sem um aumento no número de fiscais lotados neste Serviço.

Fls.: ___
Rub: ___

METAS FÍSICAS

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Amostra coletada	2.500	5.188
Propriedade fiscalizada	100	198
Capacitação técnica realizada	10	5
Etapa de vacinação realizada	2	2
Reunião estadual realizada	10	5
Quarentenas realizadas	80	63
Supervisão realizada	4	2

METAS FINANCEIRAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	23.832,13	28.051,63	28.051,63
339030	20.161,00	19.631,00	19.631,00
339033	300,00	4.936,24	4.936,24
339036	19.438,83	20.430,38	20.430,38
339037	1.288,80		
339039	3.800,00	38.535,00	38.031,00
4590.52			
TOTAL	68.820,76	111.584,25	111.080,25

*Dados de controle interno do SEDESA/DT-RS

** Dados obtidos do SIAFI em 11/02/2008

Fls.: ___
Rub: ___

INDICADORES DE DESEMPENHO

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade Controlada (375.965)	VA R\$ (620.825,45) VR 10,7%	CUR R\$ 0,20 CUP R\$ 0,18 VA R\$ 0,02 VR 8,6%	VA 0,0 VR 100,0%	VA 0,0 VR 100,0%

Indicadores calculados de acordo com o documento “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais da Agricultura - DFA” - Coordenação Geral de Planejamento – COP/SPOA/SE/MAPA, de dezembro de 2004

DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE NO ESTADO

Especificação	Unidade	Total
População Bovina e Bubalina do RS	Cabeças	13.251.820
Abate Anual de Bovinos e Bubalinos	Cabeças	2.187.737
Nº. aproximado de propriedades rurais que operam com bovinos/bubalinos/ovinos	Unidades	383.463
Nº. de abatedouros de bovinos e bubalinos	Estabelecimentos	152
Produção de leite	Mil litros	2.384.017
Exportação de carne bovina	Mil toneladas	242.516
Nº de doses de vacina contra Febre Aftosa aplicadas em 2007 no RS	Doses	16.571.399

Fonte: MAPA / SICADERGS/ SINDILAT / SECEX/MDIC

4.1.4.3.2. Ação 4807 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura**Plano Interno: PCEBOV****Indicador: Propriedade controlada****4.1.3.2.1. Dados gerais****Tabela 2 – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Reducir a incidência de doenças na bovideocultura.
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de doenças que atingem o rebanho bovídeo nacional, com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação vigente; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação as zoonoses e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse à sanidade animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.4.3.2.2 Resultados

A Bovinocultura apresenta diversos aspectos sanitários que, não são contemplados por outros PIs destinados a esta cadeia produtiva, e que devem ser observados de acordo com características regionais e aspectos epidemiológicos, com impactos socioeconômicos variáveis dentro de cada região do país. Essa percepção demanda um PI que atenda essas particularidades dentro de um contexto amplo de estratégias, objetivos e resultados.

Destaca-se como principal objetivo deste programa prevenir, controlar e erradicar doenças de bovídeos de impacto econômico e social não contempladas pelos PIs “FEBREAFTOSA”, “TUBERBRUCE” e “VACALOUCA”, de acordo com demandas nacionais e/ou regionais.

Fls.: ___
Rub: ___

As ações compreendidas pelo atributo “Propriedade Controlada” são aquelas referentes a qualquer atividade de investigação de suspeitas, atendimento a notificações e controle de enfermidades que tenham sido realizadas em propriedades de bovídeos, exceto aquelas resultantes de enfermidades vesiculares, nervosas ou relacionadas ao controle e erradicação de Tuberculose e Brucelose. O referido indicador é o mesmo utilizado no Sistema Integrado de Planejamento do MAPA – SIPLAN;

A continuidade das ações relacionadas ao projeto “Fronteiras Integradas Brasil Uruguai”; Projeto Piloto de Erradicação da Mosca da Miíase entre Brasil e Uruguai foi custeada pelo PI PCEBOV;

O atributo “propriedade controlada” expressa uma situação atual de status sanitário, resultante de uma conjuntura de ações, passadas e presentes, e não necessariamente traduz avanços quanto à segurança sanitária futura do estado;

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangência e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço. O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor numero de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é possível sem um aumento no número de fiscais lotados neste Serviço.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Propriedade Atendida	12.000	11.892

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	17.986,57	15.125,68	15.125,68
339030	11.168,00	7.476,00	7.442,00
339033	2.807,71	3.600,00	3.600,00
339036	9.713,52	12.270,40	12.270,40
339037	816,24	816,24	816,24
339039	2.300,00	29.382,34	29.382,34
449052			
TOTAL	44.792,04	68.670,66	68.636,66

*Dados de controle interno do SEDESA/DT-RS

** Dados obtidos do SIAFI em 16/01/2008

Indicadores

Fls.: ___
Rub: ___

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade Controlada (11.892)	VA R\$ (645.679,39) VR 9,6 %	CUR R\$ 5,77 CUP R\$ 3,73 VA R\$ 2,04 VR 54,6%	VA (108,0) VR 99,1 %	VA (364.073) VR 3,2%

Indicadores calculados de acordo com o documento “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais da Agricultura - DFA” - Coordenação Geral de Planejamento – COP/SPOA/SE/MAPA, , de dezembro de 2004

Diagnóstico atual da atividade no Estado

Especificação	Unidade	Total
População Bovina e Bubalina do RS	Cabeças	13.251.820
Abate Anual de Bovinos e Bubalinos	Cabeças	2.187.737
Nº. aproximado de propriedades rurais que operam com bovinos/bubalinos/ovinos	Unidades	383.463
Nº. de abatedouros de bovinos e bubalinos	Estabelecimentos	152
Produção de leite	Mil litros	2.384.017
Exportação de carne bovina	Mil toneladas	242.516

Fonte: MAPA / SICADERGS/ SINDILAT / SECEX/MDIC

4.1.4.3.3 Ação 4766 – Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

Plano Interno: TUBERBRUCE

Indicador: Propriedade controlada

4.1.4.3.3.1 Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.
Descrição	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infra-estrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.4.3.3.2 Resultados

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) foi instituído em 2001 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por meio da Instrução Normativa Ministerial nº 2, datada de 02 de janeiro de 2001 e regulamentado, na mesma data, pela Instrução Normativa nº 2, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, tendo por objetivo diminuir o impacto negativo dessas zoonoses na saúde comunitária e promover a competitividade da pecuária nacional. O PNCEBT introduziu a vacinação obrigatória contra brucelose bovina e bubalina em todo o território nacional e definiu uma estratégia de certificação de propriedades livres ou monitoradas onde essas enfermidades são controladas com rigor. Em 2004, o Regulamento Técnico do Programa passou por revisão, sendo o novo regulamento aprovado pela Instrução Normativa nº 6, da Secretaria de Defesa Agropecuária, datada de 08 de janeiro daquele ano. Demais normas complementares têm sido publicadas ao longo da existência do Programa, desde 2001, sendo a mais recente a Instrução Normativa nº 33, de 24 de agosto de 2007, que regulamenta a comercialização e uso, no Brasil, da vacina não indutora da formação de anticorpos aglutinantes, amostra RB-51.

A brucelose e a tuberculose bovinas são doenças que produzem sérios prejuízos econômicos para os criadores de bovinos e bubalinos, gerando perdas na produtividade e competitividade, bem como mortalidade de animais e elevação de taxas de descarte involuntário. Ambas enfermidades desqualificam a produção animal, sendo barreira técnica ao comércio doméstico e internacional. Além disso, são zoonoses, o que traduz risco à populações humanas, tanto em contato direto quanto consumidores de produtos de origem animal.

Destaca-se como principal objetivo do Programa diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde animal, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos, promover a competitividade da pecuária nacional e proteger a saúde pública.

O atributo “Propriedade Controlada” considera todas aqueles estabelecimentos que estiveram sob ação direta do Serviço Veterinário Oficial - SVO ou sob supervisão deste em ações de controle e erradicação de Tuberculose e Brucelose, incluindo testes diagnósticos, supervisões de vacinação e sacrifício ou abate de animais positivos ou suspeitos.

A expansão do número de propriedades controladas se deveu a um esforço conjunto deste SEDESA e do Departamento de Produção Animal – DPA/SEAPA-RS, que deve ser expandido, pois se tratou de uma fase introdutória do programa. Com a perspectiva de manutenção do controle nas propriedades controladas em 2007, e avaliando-se a necessidade de ingresso de novas propriedades para o efetivo andamento do programa, resta a preocupação quanto à possibilidade do SVO de atender esta demanda.

O SEDESA-RS possui um número extremamente reduzido de Fiscais Federais Agropecuários em seu quadro, situação que mantida será um grave impedimento ao progresso do programa.

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangência e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço.

O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor número de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é viável sem um aumento no número de fiscais lotados nestes Serviços.

Fls.: ___
Rub: ___

METAS FÍSICAS

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	PROGRAMADO	REALIZADO
Propriedade controlada	6.000	7.723
Capacitação técnica realizada	24	18
Propriedade certificada	60	7
Profissionais cadastrados	180	192

METAS FINANCEIRAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	14.053,23	14.877,83	14.875,83
339030	9.707,80	5.565,60	7.219,60
339033	0,00		
339036	1.443,12	3.263,12	3.263,12
339039	2.050,00	1.740,96	1.954,11
449052			
TOTAL	27.254,15	25.447,51	27.312,66

*Dados de controle interno do SEDESA/DT-RS

** Dados obtidos do SIAFI em 16/01/2008

Fls.: ___
Rub: ___

INDICADORES

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade Controlada (3.711)	VA R\$ 15.406,46 VR 254,9%	CUR R\$ 3,28 CUP R\$ 4,54 VA R\$ (1,26) VR (27,7)%	VA 1.723 VR 128,7%	VA (368.242) VR 2,1%

DIAGNÓSTICO ATUAL DA ATIVIDADE NO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
População Bovina e Bubalina do RS	Cabeças	13.251.820
População Humana do RS	pessoas	10.845.087
Abate Anual de Bovinos e Bubalinos	Cabeças	2.187.737
Nº. aproximado de propriedades rurais que operam com bovinos/bubalinos/ovinos	Unidades	383.463
Nº. de abatedouros de bovinos e bubalinos	Estabelecimento s	152
Produção de leite	Mil litros	2.384.017
Produção de leite no RS em 2005	1.000 litros	2.284.017

4.1.4.3.4. Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da Vaca Louca)

Plano Interno: Vaca Louca

Indicador: Propriedade controlada

4.1.4.3.4.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Reducir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da Vaca Louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis.
Descrição	Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais; fiscalização dos processos de graxaria; exames clínicos (inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização; limpeza e desinfecção das áreas de foco; redistribuição dos laboratórios de histopatologia e imunohistoquímica; capacitação de profissionais veterinários, produtores e demais agentes para a identificação de animais com sinais clínicos nervosos e sua diferenciação; e elaboração de instrumentos normativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS /

	SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.4.3.4.2. Resultados

O controle da Raiva dos herbívoros e de outras encefalopatias, entre elas a Encefalopatia Espongiforme Bovina (“Vaca Louca”) e o Scrapie é essencial tanto na proteção das populações humana e animal do país quanto na manutenção dos mercados interno e externo aos bovídeos, seus produtos e subprodutos. Cabe destacar a importância da Raiva e EEB como zoonoses de alto impacto em Saúde Humana.

Destaca-se como principal objetivo do Programa Prevenir e controlar a Raiva dos herbívoros; prevenir o ingresso da Encefalopatia Espongiforme Bovina no território brasileiro; monitorar e controlar outras encefalopatias espongiformes transmissíveis dos herbívoros, como o “Scrapie” de ovinos; certificar o status de ocorrência das enfermidades supramencionadas; monitorar outras encefalopatias espongiformes transmissíveis; dar suporte às certificações relacionadas à estas enfermidades.

A solução dos casos pendentes de Scrapie no RS está dependente de definições relacionadas ao laboratório responsável pelo diagnóstico laboratorial da enfermidade;

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangência e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço.

O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor numero de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é possível sem um aumento no número de fiscais lotados neste Serviço.

METAS FÍSICAS

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Amostra coletada	200	288
Propriedade Controlada	2.500	2.716
Animal sacrificado	-	25
Capacitação técnica realizada	6	2
Indenização de animal realizada	8	2

Fls.: ___
Rub: ___

METAS FINANCEIRAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	15.336,79	12.446,71	12.446,71
339030	9.860,00	4.890,00	6.560,00
339033	500,00	1.775,81	2.000,00
339036	10.607,18	32.050,92	32.050,92
339037	478,56	192,79	478,94
339039	5.609,24	3.720,00	4.029,24
3390.93		8.090,96	8.090,96
4590.52			
TOTAL	42.391,77	63.167,19	65.656,77

INDICADORES

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade controlada (2.716)	VA R\$ 58.887,87 VR 1.476%	CUR R\$ 23,6 CUP R\$ 16,9 VA R\$ 6,3 VR 37,2%	VA 216 VR 108,6%	VA (373.249) VR 0,7%

Indicadores calculados de acordo com o documento “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais da Agricultura - DFA” - Coordenação Geral de Planejamento – COP/SPOA/SE/MAPA, de dezembro de 2004

Fls.: ___
Rub: ___

DIAGNÓSTICO ATUAL DA ATIVIDADE NO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
População Bovina e Bubalina do RS	Cabeças	13.251.820
População caprina e ovina no RS	Cabeças	4.212,318
Abate Anual de Bovinos e Bubalinos 2007	Cabeças	2.187.737
Nº de propriedades rurais que operam com bovinos/bubalinos no RS	Unidades	375.965
Nº. de abatedouros de bovinos e bubalinos habilitados com SIF ou CISPOA	Estabelecimentos	152
Exportação de carne bovina oriunda do RS em 2007	Mil ton	242.516
Nº aproximado de bovinos e bubalinos importados para o RS de países de risco de EEB II ou mais desde 1980	Cabeças	558
Nº de casos de Raiva Herbívora no RS em 2007	Cabeças	21
Nº de caso de Scrapie no RS em 2007	Cabeças	8
Nº aproximado de estabelecimentos com bovinos e bubalinos importados para o RS de países de risco de EEB II ou mais desde 1980	Estabelecimentos	26

Fonte: MAPA / SICADERGS/ SINDILAT / SECEX/MDIC

4.1.5 . Programa 0371 DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

Plano Interno: PCEAVE

4.1.5.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do programa	Edílson Guimarães
Gerente executivo	José Antônio Fagundes Salomão
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Controle da Doença de Newcastle nos Plantéis Avícolas
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, industriais da avicultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

4.1.5.2. Principais Ações do Programa

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

O principal objetivo deste programa é elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas; reduzir e prevenir a incidência de zoonoses nas populações humanas.

4.1.5.3. Gestão das ações

4.1.5.3.1. Ação 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura

Plano Interno: PCEAVE

Indicador: Propriedade controlada

4.1.5.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Reducir a incidência de doenças na avicultura.
Descrição	Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA): registro das propriedades; controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA; vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); e treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças aviárias e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro, sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse do PNSA.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.5.3.1.2. Resultados

O atributo “Propriedade Controlada” considera os estabelecimentos rurais controlados pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) por questões de registro e / ou certificação, bem como aqueles que foram alvo de ações de defesa sanitária animal praticadas pelo SVO, como estabelecimentos de frango de corte investigados por mortalidades superiores à 10% (conforme Ofício Circular DSA nº 07/2007) ou submetidos a investigações por denúncias ou suspeitas de enfermidades. O referido atributo é o mesmo utilizado no Sistema Integrado de Planejamento do MAPA – SIPLAN;

O atributo “propriedade controlada” expressa uma situação atual de status sanitário, resultante de uma conjuntura de ações, passadas e presentes, e não necessariamente traduz avanços quanto à segurança sanitária futura do estado;

A meta “Colheita Realizada” refere-se às colheitas para certificação de estabelecimentos avícolas, de acordo com o Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, bem como aos atendimentos de notificações de mortalidades em frangos de corte superiores a 10% nos quais houve colheita de material;

A estratégia adotada pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA - prevê a concentração de esforços nos estabelecimentos responsáveis pela disseminação de animais ao longo da cadeia produtiva da avicultura, especificamente aqueles que alojam reprodutoras – matrizeiros, avozeiros e bisavozeiros, por intermédio da certificação sanitária dos mesmos;

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangência e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço. O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor numero de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é viável sem um aumento no número de fiscais lotados neste Serviço.

METAS FÍSICAS

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Propriedade atendida	3.320	3.296
Propriedade certificada	250	263
Propriedade registrada	450	414
Reunião estadual realizada	2	1
Colheita realizada	900	2.103

METAS FINANCEIRAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**

Fls.: ___
Rub: ___

339014	22.535,49	27.222,50	27.210,52
339030	23.035,00	14.784,00	15.784,00
339033	8.500,00	10.972,31	11.150,00
339036	22.625,94	30.956,83	30.952,83
339037	1.202,88	1.730,43	1.730,43
339039	19.000,00	10.728,53	13.042,85
449052			
TOTAL	96.899,31	96394,63	99.870,63

*Dados de controle interno do SEDESA/DT-RS

** Dados obtidos do SIAFI em 16/01/2008

INDICADORES

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade Controlada (3.973)	VA R\$ (35.303,23) VR 72,8%	CUR R\$ 23,80 CUP R\$ 24,10 VA R\$ (0,28) VR (1,2)%	VA (47,0) VR 98,8%	VA (7.384) VR 35,0%

Indicadores calculados de acordo com o documento “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais da Agricultura - DFA” - Coordenação Geral de Planejamento-COP/SPOA/SE/MAPA, de dezembro de 2004

DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE NO ESTADO

Especificação	Unidade	Total
Abate de aves	Cabeças	601.511.773
Produção de carne de frango	Mil toneladas	927.815
Exportação de carne de frango do RS	Mil toneladas	669.046
Produção de ovos no RS	Milhões de caixa de 30 dúzias	4,9
Nº. de abatedouros de aves RS	Estabelecimentos	22
Nº. empregos diretos	Unidades	40.000
Nº. de empregos indiretos	Unidades	862.000

Fls.: ___
Rub: ___

Disseminação geográfica da avicultura industrial	Municípios	234
Receita bruta do complexo avícola	Bilhões de Reais	5,0
Receita bruta da exportação do complexo avícola	US\$ Milhões	778,0
Participação no PIB do RS	%	4,5

4.1.6. Programa 0377 DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜÍDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

4.1.6.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Rogério dos Santos Lopes
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos
Público-alvo (beneficiários)	Cooperativas, Associações de Produtores, Pecuaristas e Agroindústrias

4.1.6.2. Principais Ações do Programa

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica numa necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado.

Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento uma atividade economicamente sustentável.

Manter a condição sanitária na zona livre de Febre Aftosa com vacinação, visando a erradicação da doença no território nacional e posterior retirada da vacinação

4.1.6.3. Gestão das ações

4.1.6.3.1. Ação 4829 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

Plano Interno: PCEDPEM

Indicador: Propriedade controlada

4.1.6.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Reducir a incidência de doenças na eqüideocultura, na ovinocaprinocultura e na criação de pequenos e médios animais
Descrição	Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos soroepidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação Sanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica-DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.6.3.1.2. Resultados

O PI “PCEDPEM” inclui ações de saúde animal promovidas com distintas espécies animais e cadeias produtivas (eqüídeos, caprinos, ovinos, animais aquáticos, abelhas etc.)

O atributo “Propriedade Controlada” inclui todas as ações realizadas em estabelecimentos possuidores de ovinos, caprinos, eqüinos, abelhas e animais aquáticos. O referido atributo é o mesmo utilizado no Sistema Integrado de Planejamento do MAPA – SIPLAN;

Algumas demandas existentes enfrentam lacunas de legislação específica para as espécies, resultando em enquadramento genérico na legislação de defesa sanitária;

As capacitações e reuniões assinaladas serviram de base para a formatação de estratégias a serem executadas ao longos de 2007, tais como: criação do Comitê Estadual de Sanidade Eqüídea; criação do Comitê Estadual de Sanidade dos Ovinos; Criação da Câmara Setorial de Apicultura; Criação da Comissão Estadual de Anemia Infectiosa Eqüína.

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangência e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço. O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor número de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é possível sem um aumento no número de fiscais lotados neste Serviço.

METAS FÍSICAS

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	PROGRAMADO	REALIZADO
Fiscalização realizada	100	154
Animal sacrificado	-	11
Capacitação técnica realizada	10	3
Reunião estadual realizada	6	1

Fls.: ___
Rub: ___

METAS FINANCEIRAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	9.228,35	6.359,07	6.359,07
339030	6.564,00	3.060,00	3.060,00
339033	0,00		
339036	1.781,82	618,48	604,97
339039	550,00	50,00	50,00
449052			
TOTAL	18.124,17	10.087,55	10.074,04

*Dados de controle interno do SEDESA/DT-RS

** Dados obtidos do SIAFI em 16/01/2008

INDICADORES

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade Controlada (4.673)	VA R\$ 9.067,48 VR 1.000,8%	CUR R\$ 2,16 CUP R\$ 3,02 VA R\$ (0,86) VR (28,6)%	VA (1.327) VR 77,9%	VA (50.568) VR 8,5%

Indicadores calculados de acordo com o documento “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais da Agricultura - DFA” - Coordenação Geral de Planejamento – COP/SPOA/SE/MAPA, de dezembro de 2004

DIAGNÓSTICO ATUAL DA ATIVIDADE NO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
População Eqüídea do RS	cabeças	492.315
População Ovina do RS	cabeças	3.826.650
População Caprina do RS	cabeças	84.525
Abate Anual de Ovinos e Caprinos no RS	cabeças	121.822
Abate Anual de Eqüídeos no RS	cabeças	38.321
Nº de abatedouros de ovinos e caprinos com SIF no RS	estabelecimentos	14

Fls.: ___
Rub: ___

Nº de abatedouros de ovinos e caprinos com Inspeção Estadual no RS	estabelecimentos	124
Nº de abatedouros de eqüídeos com SIF no RS	estabelecimentos	2

4.1.7. Programa 0367- DESENVOLVIMENTO DA SUÍDEOCULTURA

4.1.7.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	José Barros Cavalcanti Neto
Indicadores ou parâmetros utilizados	Propriedade controlada
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, industriais da suinocultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

4.1.7.2. Principais Ações do Programa

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e em estabilidade social. Dentro das funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego e fixar o trabalhador no meio rural, e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional.

Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do programa.

As populações suídeas são bastante susceptíveis à incidência de doenças em função dos sistemas intensivos de produção adotados. As estratégias de prevenção dessas enfermidades oferecem segurança aos plantéis suinícolas, tanto no sentido da sanidade das populações quanto na manutenção e expansão de mercados consumidores.

Destaca-se como principal objetivo deste Programa elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

4.1.7.3.1. Ação 4808 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura**Plano Interno: PCESUIDEO****Indicador: Propriedade controlada****4.1.7.3.1.1. Dados gerais****Tabela 2 – Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Reducir a incidência de doenças na suídeocultura.
Descrição	Promoção e participação em reuniões, acompanhamento de estudos epidemiológicos e campanhas de educação sanitária; elaboração de normas e procedimentos técnicos para diagnóstico de enfermidades; criação de zonas livres de doenças para certificação de granjas de reprodutores; controle da utilização de imunobiológicos e demais insumos para a atividade; auditorias e supervisões técnicas em órgãos oficiais de defesa sanitária animal nos estados; fiscalizações de estabelecimentos de produção e reprodução de suídeo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.7.3.1.2. Resultados

O elemento de despesa 4590.52 é programado de acordo com a comunicação, por parte da coordenação nacional, da disponibilidade de recursos;

o atributo “propriedade controlada” é utilizado pela coordenação nacional do PNSS (Programa Nacional de Sanidade Suína), e inclui tanto as propriedade atendidas em investigações de suspeitas de enfermidades ou atenção à focos e quanto aquelas atendidas em programas de certificação. O referido atributo é o mesmo utilizado no Sistema Integrado de Planejamento do MAPA – SIPLAN;

Fls.: ___
Rub: ___

As metas físicas são definidas pelo SEDESA/DT-RS com base na sua capacidade de ação e deveriam ser expandidas para que as ações de saúde animal tivessem a abrangencia e sustentabilidade necessárias. Para tal, no entanto, é fundamental o aporte de novos Fiscais Federais Agropecuários neste Serviço. O SEDESA/DT-RS opera atualmente com 5 FFA, sendo esse o menor numero de FFA dentre todos os SEDESA das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cabe comentar os SEDESA daqueles estados operam com um mínimo de 7 FFA, e que a expansão das ações do SEDESA/DT-RS não é possível sem um aumento no número de fiscais lotados nestes Serviço.

METAS FÍSICAS

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Propriedade atendida	840	1.115
Capacitação técnica realizada	4	2
Propriedade certificada	50	53

METAS FINANCEIRAS

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	11.751,12	10.967,16	10.445,42
339030	9.162,00	6.416,89	9.014,00
339033	0,00		
339036	22.246,68	20.700,48	20.700,48
339037	687,36		797,37
339039	32.500,00	2.001,26	4.274,13
449052			
TOTAL	76.347,16	40.085,79	45.231,50

*Dados de controle interno do SEDESA/DT-RS

** Dados obtidos do SIAFI em 16/01/2008

INDICADORES

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Propriedade controlada (1.168)	VA R\$ (14.225,26) VR 73,2%	CUR R\$ 33,20 CUP R\$ 42,42 VA R\$ (9,22) VR (21,7)%	VA 632 VR 64,9%	VA (20.832) VR 5,3%

Indicadores calculados de acordo com o documento “Proposta de Indicadores de Desempenho para as Delegacias Federais da Agricultura - DFA” - Coordenação Geral de Planejamento – COP/SPOA/SE/MAPA, de dezembro de 2004

DIAGNÓSTICO ATUAL DA ATIVIDADE NO ESTADO

Especificação	Unidade	Total
Abate de suídeos no RS	Cabeças	6.384.00
Produção de carne suína no RS	Mil toneladas	465.578
Nº. aproximado de propriedades rurais que operam com suídeos no RS	Unidades	22.000
Nº. de abatedouros de suídeos no RS	Estabelecimentos	146
Nº. de empregos diretos	Unidades	14.047
Nº. de empregos indiretos	Unidades	114.747
Exportação de carne suína do RS	Mil toneladas	271.314
Receita bruta da exportação do complexo suinícola	US\$ Milhões	532,8

4.1.8. Programa 0354- DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA

4.1.8.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional
Gerente do programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Luiz Carlos Bhering Nasser
Indicadores ou parâmetros utilizados	Área controlada
Público-alvo (beneficiários)	Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

4.1.8.2. Principais Ações do Programa

A fruticultura brasileira, com produção de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,2 milhões ha, é a 3a maior produção de frutas frescas do mundo, sendo superado apenas pela China e Índia.

A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas.

Em razão de intensa tecnificação, que vem sendo introduzida desde a década de 80, sobretudo em pré e pós-colheita, a fruticultura brasileira, hoje, é capaz de ofertar frutas, ao longo das quatro estações do ano, a exemplo da laranja, manga, uva, banana, inclusive, maçã.

No entanto, a participação brasileira no mercado mundial de frutas frescas, atualmente avaliado em cerca de US\$ 45 bilhões, ainda deixa muito a desejar, registrando exportação no valor de US\$ 248,3 milhões em 2002, o que reflete a tímida participação de 0,6% desse mercado.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil nesse mercado, principalmente, as carências estruturais internas como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa; quanto a ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e

50% no setor da banana; dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os EUA e membros da UE, além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

As frutas cítricas são hospedeiras de pragas que implicam restrições fitossanitárias impostas pelos países importadores. Além disso, a ocorrência dessas pragas nos cultivos ocasiona quedas na produção aumentando ainda o risco de disseminação para áreas indenes no mercado interno.

No Rio Grande do Sul, ações voltadas ao combate do Cancro Cítrico têm sido objeto da defesa vegetal. A citricultura gaúcha está mais direcionada aos mercados de laranjas de mesa e principalmente bergamotas.

Novas áreas de produção são as da Fronteira Oeste, em que há um sistema produtivo diferenciado sendo iniciado, ou seja, citros sem sementes. Essas áreas buscam um *status* diferenciado para a ocorrência de cancro cítrico.

Há um prognóstico favorável para a citricultura gaúcha, tendo em vista a redução dos cultivos de citros em SP (principal produtor nacional) devido aos inúmeros problemas fitossanitários, dentre eles o *greening*, e a substituição dos pomares de citros por lavouras de cana de açúcar naquele Estado.

Esforços do Profruta priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do País, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados.

Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o do sistema da produção integrada de frutas – PIF, que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica.

Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas.

O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, consequentemente, maior competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração, registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, 3 instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas.

A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio MAPA/CNPq, sendo 27 na área da Produção Integrada de Frutas – PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e 5 da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância sócio-econômica nos principais pólos do País.

4.1.8.3.1. Ação 4740 – Erradicação do Cancro Cítrico

Plano Interno: ERRADICC

Indicador: Área controlada

4.1.8.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar a produtividade, as exportações e a geração de emprego e renda da cadeia citrícola.
Descrição	Realização de levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, adoção de barreiras fitossanitárias, elaboração de normas e celebração de acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Bernardo Todeschini

4.1.8.3.1.2. Resultados

Foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2007: levantamento fitossanitário em viveiros de cancro cítrico; Reuniões Técnicas na nova região de produção (fronteira oeste) para definir ações relacionadas à área livre de cancro; Construção de proposta conjunta para RS, SC e PR para implementar o Sistema de Mitigação de Riscos na região Sul; Treinamento para fiscais federais e estaduais sobre doenças de citros; Reuniões Técnicas com a Secretaria de Agricultura para implementar o sistema informatizado sobre a Certificação Fitossanitária de Origem e Permissão de Trânsito.

O Rio Grande do Sul é o sexto maior Estado produtor de laranjas do País e o segundo de tangerinas, com área colhida de 27,4 e 13,1 mil hectares, respectivamente. A produção gaúcha de laranjas é em torno de 335 mil toneladas por ano (2% da nacional) e a de tangerinas de 175 mil toneladas (15%) (Agriannual, 2007). Além destes dois pólos de citricultura, o Vale do Caí, em que se destaca a produção de tangerinas e o Alto Uruguai, com laranjas, os citros também vêm sendo cultivados em outras regiões de forma crescente. Praticamente em quase todos os municípios, com exceção daqueles localizados nas áreas mais frias, existem pomares fazendo com que estas frutas sejam as mais populares no Rio Grande do Sul.

Novas áreas de produção são as da Fronteira Oeste, em que há um sistema produtivo diferenciado sendo iniciado, ou seja, citros sem sementes. A produção de tangerinas, além do abastecimento estadual, tem proporcionado exportações a outros estados do país em um volume entre oito e dez mil toneladas anuais, com destaque para a variedade Montenegrina.

O Estado apresenta um grande potencial para produção de citros para o consumo in natura, por apresentar condições climáticas e edáficas favoráveis para o desenvolvimento do fruto com coloração acentuada e balanço açúcares-acidez adequado. Quanto às questões sanitárias, as frutas cítricas são hospedeiras de pragas que implicam restrições fitossanitárias impostas pelos países importadores.

Além das barreiras impostas pelos importadores, a ocorrência dessas pragas nos cultivos ocasiona quedas na produção e aumenta o risco de disseminação para áreas indenes no mercado interno. Já presentes no RS e classificadas como quarentenárias estão o cancro cítrico e a pinta preta. O *greening*, apesar de não ter sido detectado, será objeto de controle, pela proximidade geográfica de outros Estados em que a praga já foi detectada, como Paraná e São Paulo, e pelo fluxo comercial de vegetais hospedeiros que o RS possui com estes Estados.

Um dos maiores desafios no RS ainda é a conscientização do setor produtivo sobre a importância da aquisição de mudas cítricas produzidas em sistemas que garantam a sanidade vegetal das mesmas. O cultivo em ambientes protegidos é essencial para garantir a isenção de pragas. Em São Paulo, por exemplo, já é obrigatoriedade garantida por lei. No RS, ainda há muito que se avançar na produção de mudas, haja vista a enorme quantidade de viveiros a céu aberto produzindo à revelia das recomendações fitossanitárias, apesar de muitos deles possuírem responsáveis técnicos. Essa realidade foi confirmada em levantamento fitossanitário realizado pelo SEDESA nos meses de abril e maio deste ano, no qual foram inspecionados 76 viveiros, totalizando cerca de 1 milhão de mudas, constatando-se 33% de contaminação dos viveiros por cancro cítrico.

O SEDESA Vegetal convocou os produtores à erradicação conforme determinado na Portaria Federal 291/1997. Dado que os produtores não se prontificaram à erradicação, e tendo em vista que a Portaria 291/1997 não prevê multas nem outras penalidades em caso de não-cumprimento da erradicação, buscamos como alternativa o enquadramento dos casos segundo a Lei de Sementes e Mudas. Há 16 processos em tramitação aguardando o enquadramento dos viveiristas nas penalidades previstas na Lei de Sementes e Mudas.

A muda cítrica é o insumo mais importante na formação de um pomar. O caráter perene da cultura de citros coloca fundamental importância na escolha da muda, que é plantada e cuidada por 6 a 8 anos antes de revelar seu máximo potencial na produtividade e qualidade da fruta. Outros aspectos, como a longevidade do pomar, só serão conhecidos em um intervalo ainda maior após o plantio. Mesmo assim, uma parcela do segmento de produção de mudas no RS ainda segue alheio às recomendações fitossanitárias, e permanece sistematicamente vendendo um produto de baixa qualidade que somente irá revelar-se inadequado anos depois da implementação do pomar.

Assim, é indefensável a argumentação de que a erradicação de viveiros contaminados provoca a desestabilização econômica e social de um setor (viveirista) pois a permanência de maus viveiristas na atividade de produção fatalmente ocasionará perdas econômicas ao fruticultor, que de boa fé adquiriu as mudas contaminadas para a formação de seus pomares.

Fls.: ___
Rub: ___

Por outro lado, felizmente, estão surgindo iniciativas para qualificar a produção de mudas e já existem alguns viveiros telados no Estado. Dados do XIV Ciclo de Palestras de Citricultura contabilizam 10 viveiros telados, os quais possuem capacidade anual de produção de aproximadamente 500 mil mudas certificadas de citros por ano, o que corresponde a aproximadamente 25% da demanda do Estado.

Os desafios do SEDESA/RS consistem na busca de soluções para o setor incrementar a qualidade fitossanitária das mudas produzidas, na diminuição da incidência do cancro cítrico e da pinta preta (sem perder de vista a possibilidade de implementação de sistemas de mitigação de riscos para estas pragas), na fiscalização do trabalho dos responsáveis técnicos (engenheiros agrônomos) que atuam na certificação fitossanitária de origem para estas pragas, na articulação com o OEDSV/RS, que é o órgão estadual de defesa sanitária vegetal. E o maior deles, talvez, a profissionalização da cadeia produtiva dos citros quanto às práticas fitossanitárias.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Reunião realizada	3	10
Supervisão realizada	25	51
Fiscalização realizada	76	78
Total	104	139

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	16.647,98	15.592,32	13.086,44
339030	4.580,00	4.500,00	4.500,00
339033	3.500,00	2.700,00	2.700,00
339036	10.073,94	9.998,76	9.998,76
339039	5.500,00	5.150,00	5.150,00
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	40.301,92	37.941,08	35.435,20

* Valores obtidos na Programação do SEDESA/SFA/RS – Área Vegetal;

** Valores obtidos no SEOF/SFA/RS;

Fls.: ___
Rub: ___

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Reunião, Supervisão e Fiscalização Realizada	VA: 1.565,74 (R\$)	VA: - 145,41 (R\$)	VA: 35	VA: - 3.000 ha
	VR: 4,9 %	VR: - 37,5 %	VR: 33,7 %	

Obs: No cálculo da efetividade considerou-se como universo da ação a área total de citros no Estado.

Diagnóstico atual da situação no Estado

PRODUTO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (ton)
Laranja	27.217	311.745
Limão	1.779	23.147
Tangerina	13.030	170.776
Total	42.026	505.668

4.1.8.3.2. Ação 4742 – Prevenção e Controle da Sigatoka Negra

Plano Interno: SIGATOKA

Indicador: Área controlada

4.1.8.3.2.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação da sigatoka negra.
Descrição	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias) e celebração de acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Roque Danielli

4.1.8.3.2.2 Resultados

A sigatoka negra (*Mycosphaerella fijiensis*) (Morelet) Deighton, é uma doença relativamente nova no Brasil, sendo constatada em 1998 a qual se expandiu rapidamente, causando grandes prejuízos, tendo em vista a alta capacidade de destruição que apresenta. A presença da sigatoka negra no Rio Grande do Sul - RS foi constatada em análise laboratorial de amostras coletadas em lavouras comerciais no ano de 2004. Contudo, em novos levantamentos não foi confirmada sua presença, gerando controvérsias quanto à identificação do seu agente causal.

Contribuir para um levantamento da ocorrência da Sigatoka negra nas lavouras comerciais de banana de diferentes regiões produtoras do RS e, supervisionar os procedimentos para caracterização de área livre de sigatoka negra e a produção em sistema de mitigação de risco.

O MAPA, através de legislação específica incentivou os Estados a declararem área livre de sigatoka negra, através de levantamentos fitossanitários. Todavia, observa-se que no RS, não houve grande interesse por parte do setor produtivo, uma vez que a produção é basicamente destinada ao consumo interno, e em alguns locais é uma atividade secundária, não trazendo desta forma maiores benefícios com este status fitossanitário, na visão destes. Contudo, pelos prejuízos que a sigatoka pode causar, torna-se importante o monitoramento da mesma e evitar a sua dispersão. Em face disto, foi realizado um levantamento durante duas semanas, que envolveu cerca de 20 Fiscais do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/RS (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA) e 10 Fiscais do SEDESA/RS. O levantamento foi concentrado nos municípios de maior produção, que juntos abrangem 85% da área produtiva e mais de 90% da produção estadual. Como todos estes municípios se localizam no litoral norte do RS, optou-se fazer alguns levantamentos em municípios de menor expressão produtiva mas localizados em pontos estratégicos do estado, como beira de rodovias e região de fronteira, obtendo-se com isso um panorama amplo e seguro da distribuição da praga. Para maior segurança destas vistorias, foram realizados 02 treinamentos, através de cursos ministrados por pesquisadores com amplo conhecimento sobre a praga. Nestes cursos abordou-se técnicas para identificação a campo, coleta e amostragem com utilização de GPS. Nas propriedades visitadas, foram coletas 62 amostras com suspeita da praga, todavia os exames laboratoriais apresentaram resultados negativos para a presença da mesma.

Em levantamentos anteriores foi comprovada a presença da praga nos bananais do RS, através de laudos laboratoriais. Este ano, contudo, os laudos apontaram resultados negativos para sigatoka negra, todavia positivos para a sigatoka amarela. Isto tem causado controvérsias entre especialistas da área, pois os sintomas observados a campo não correspondem com aqueles característicos da praga provocados em outras regiões do País.

Urge a necessidade de estudos específicos do comportamento desta praga nas condições climáticas do RS, até mesmo para se traçar à necessidade de estratégias de controle e ou erradicação.

A pedido do Ministério da Agricultura, realizou-se um levantamento com o objetivo de verificar a presença ou não da praga denominada o moko-da-bananeira, cujo agente causal é a bactéria *Ralstonia solanacearum*. Neste levantamento estiveram envolvidos 19 Fiscais do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/RS (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA) e 11 Fiscais do SEDESA/RS. Foram realizadas vistorias em propriedades rurais nos 10 principais municípios produtores de banana do RS, que junto concentram cerca de 85% da área plantada. Como estes municípios se localizam na mesma região, optou-se fazer algumas vistorias em municípios de pouca expressão produtiva, mas localizados em pontos estratégicos, por estarem perto de rodovias e nas fronteiras do estado. Algumas amostras suspeitas foram coletadas, todavia o resultado deste levantamento foi negativo para a presença do moko-da-bananeira.

Para o próximo ano, o SEDESA/RS desenvolverá novo levantamento e monitoramento em diferentes épocas do ano para verificar a possível presença e comportamento da praga(sigatoka- negra), juntamente com o OEDSV/RS.

Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Levantamento Fitossanitário	2	2
Capacitação Técnica	1	2
Total	3	4

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
3490.14	2.600,00	2.464,04	2.464,04
3490.30	2.500,00	2.190,00	2.190,00
3490.33	0,00	938,24	528,68
3490.36	1.500,00	1.855,44	1.847,47
3490.39	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.600,00	7.447,72	7.030,19

* Valores obtidos na Programação do SEDESA/SFA/RS – Área Vegetal;

** Valores obtidos no SEOF/SFA/RS;

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDAD E	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Total das Metas Físicas	-	VA: - 442,45 R\$	VA: 1 UN	VA: - 2296 ha
	-	VR: - 20,1 %	VR: 33,3 %	VR: 133,33 %

Os indicadores de economicidade não foram calculados pois não houve atividades executadas diretamente pelo SEDESA/RS no ano de 2006.

Para os cálculos da eficiência, eficácia e valor relativo da efetividade levou-se em conta as atividades programadas (3) e as realizadas (4).

Para o cálculo do valor absoluto da efetividade, tomou-se a área dos 10 maiores municípios produtores, que abrange aproximadamente 85% da área total e 90% da produção. Todos estes municípios tiveram propriedades visitadas com coletas de amostras suspeitas de vincularem a praga.

Diagnóstico atual da atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Área cultiva com bananais no RS	hectares	12.273
Produção anual de Banana no RS	toneladas	110.133

4.1.8.3.3. Ação 4804 – Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura

Plano Interno: CPFRUTI

Indicador: Área controlada

4.1.8.3.3.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal da fruticultura.
Descrição	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias), celebração de acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Luciana Guerra de Gusmão

4.1.8.3.3.2. Resultados

Garantir a sanidade na fruticultura, tendo em vista o alto risco de introdução de pragas exóticas no Brasil, devido principalmente ao incremento do trânsito de mercadorias do agronegócio mundial, além de contribuir significativamente para evitar a perda da competitividade dos produtos exportados, principalmente os ligados à fruticultura.

Contribuir para realização de levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas, Portarias, etc), acompanhamento de convênios, educação fitossanitária e campanhas de erradicação de pragas da fruticultura

As atividades neste PI concentram-se basicamente em 3 ações: a) verificar a dispersão da praga *Melodogyne ethiopica*, visando a adoção de medidas de controle e contenção da mesma; b) manter a *Cydia pomonella* como praga quarentenária A2 (presente no país com distribuição restrita e programa oficial de controle) no Brasil que atualmente é o único país integrante do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE) que apresenta esse “status” fitossanitário para esta praga; e c) monitorar dois pomares que estão sob

Fls.: ___
Rub: ___

quarentena vegetal em virtude da detecção de mudas importadas de pomáceas infestadas com *Nectria galligena* no ano de 2002.

Os recursos deste PI foram voltados principalmente para reuniões e cursos de capacitação realizados.

Neste ano, as principais ações do Programa de Erradicação da *Cydia pomonella* consistiram, mais uma vez, na eliminação de plantas hospedeiras nas áreas urbanas das cidades de Vacaria, Bom Jesus e Caxias do Sul, além do monitoramento dos pomares, através de armadilhas com feromônio. Foram instaladas 2.800 armadilhas no RS que resultou na constatação de uma redução em torno de 22% no número de focos da praga, sendo que em Bom Jesus, pelo segundo ano consecutivo o registro de captura foi “zero”. A eliminação de plantas hospedeiras ainda segue como objetivo, ratificando a necessidade de medidas judiciais para o andamento das atividades no caso das residências cujos proprietários não aceitaram eliminá-las voluntariamente. Os resultados do programa continuam sendo positivos, indicando a importância da sua continuidade, visando a manutenção do *status fitossanitário* da praga, as divisas geradas com a exportação e a geração de emprego e renda.

É necessário estabelecer qual o universo da ação do PI para que se possa calcular a efetividade.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Capacitação de técnicos	1	3
Fiscalização realizada	8	4

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
335030		201.000,00	201.000,00
335039		999.000,00	999.000,00
339014	8.803,34	15.494,62	15.465,38
339030	6.412,50	6.812,50	6.812,50
339033	5.400,00	2.240,00	2.240,00
339036	1.855,44	2.783,16	2.783,16
339039	0,00	600,00	600,00
TOTAL	22.471,28	1.227.930,28	1.227.901,04

* Valores obtidos na Programação 2007 do SEDESA/SFA/RS – Área Vegetal

** Valores obtidos no SEOF/SFA/RS

Fls.: ____
Rub: ____

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Capacitação Técnica e Fiscalização Realizada	VA: 3.849,78 VR: 3.378,18%	VA: 1.466,93 VR: 1.466,93	VA: -2 VA: -22,2%	

4.1.9. Programa 0357 Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

4.1.9.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária, viabilizando a produção, o comércio e as exportações.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Partida inspecionada
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, comerciantes, importadores, exportadores, passageiros e demais envolvidos com o trânsito de animais e vegetais.

4.1.9.2. Principais Ações do Programa

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

O controle de pragas, principalmente aquelas de importância quarentenária, é essencial para a manutenção da condição fitossanitária do RS, da geração de emprego e renda e das divisas geradas com as exportações.

O RS é um estado essencialmente agrícola, sendo o terceiro maior exportador, para isso o controle do trânsito interestadual de vegetais e suas partes, torna-se de extrema importância visando a minimização dos riscos de introdução de novas pragas e a garantia do comércio dos vegetais e seus produtos

Contribuir para a implementação das ações de defesa e vigilância vegetal, da produção e do trânsito interestadual que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras, móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias e a constante capacitação técnica.

4.1.9.3. Gestão das ações

4.1.9.3.1. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produto

Plano Interno: VIGIFITO

Indicador: Partida inspecionada

4.1.9.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; e capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Jairo João Carbonari

4.1.9.3.1.2. Resultados

O SEDESA/RS juntamente com o OEDSV/RS aprovou e realizou quatro cursos de Certificação Fitossanitária de Origem, visando o credenciamento de profissionais para a emissão de Certificados Fitossanitários de Origem. Devido a implementação das novas legislações sobre certificação fitossanitária de origem e trânsito de vegetais, foi grande a demanda de novos cursos, que certamente terá continuidade em 2008.

Visando o treinamento de Fiscais do MAPA/RS e do OEDSV/RS, o SEDESA/RS realizou um curso sobre as pragas quarentenárias presentes para o RS. Para cada praga – quatro no total – especialistas palestraram sobre aspectos de biologia, sintomatologia,

distribuição e controle. Foram quatro dias de intensa discussão técnica onde conjuntamente técnicos do MAPA/RS e do OEDSV/RS tiveram oportunidade de troca de experiências e padronização de procedimentos na certificação, rastreabilidade e no trânsito interestadual e internacional dos vegetais, veiculadores de pragas quarentenárias.

O SEDESA/RS juntamente com o OEDSV/RS auxiliou na elaboração e implementou as novas legislações que regulamentam a certificação fitossanitária de origem e o controle do trânsito interestadual de vegetais e suas partes. Com essas novas regulamentações o OEDSV/RS com apoio do SEDESA/RS vem depreendendo um grande esforço para informatizar todo o processo de certificação, rastreabilidade e comércio dos vegetais e seus produtos veiculadores de pragas quarentenárias, bem como todas àquelas que exigem certificação para a exportação. A informatização completa deste processo, certamente trará segurança e agilidade em todas as etapas de certificação e rastreabilidade.

Avanços também foram obtidos na infraestrutura das barreiras fitossanitárias e unidades do OEDSV/RS, todavia é urgente a necessidade de novas melhorias na infraestrutura e na capacitação técnica, visando qualificar o trabalho e minimizar os riscos de introdução e disseminação de novas pragas. Na reestruturação das barreiras sanitárias a SEAPA/RS (OEDSV/RS) deveria utilizar a mesma estrutura física, para atendimento tanto da área vegetal como da área animal, otimizando com isso a infraestrutura existente.

Foi dada continuidade aos levantamentos fitossanitários de delimitação do nematóide *Meloidogyne ethiopica* em pomares de kiwi do RS. Em todos os levantamentos amostras de solo e raízes foram coletadas e enviadas para o laboratório de nematologia da Embrapa Clima Temperado de Pelotas/RS, para identificação da praga, sendo que parte destas amostras ainda está sendo processada. Esta é uma atividade que vem sendo realizada há três anos e após os resultados destas análises, será elaborado um relatório geral e enviado ao Departamento de Sanidade Vegetal (MAPA/DSV), para definição de ações futuras. Entretanto, via processos administrativos ao DSV, já foram realizadas sugestões de adoção de procedimentos para contenção da praga, sem retorno até o momento.

No período de 01 a 05/10/07, este SEDESA/RS realizou um Levantamento Fitossanitário Oficial do ácaro *Aceria tosichella* no Estado do RS conjuntamente com a EMBRAPA/Trigo nos seguintes municípios: Passo Fundo, Panambi, Palmeira das Missões, Três de Maio, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Santiago, São Borja, Santo Ângelo, Catuípe, Ijuí, Jóia, Tupanciretã, Julio de Castilhos, Cruz Alta e Tapera. Esse levantamento foi uma das providências que deveriam ser tomadas pelo Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/RS) desta Superintendência Federal de Agricultura (SFA/RS) antes da publicação de qualquer informe sobre a ocorrência do ácaro *Aceria tosichella* no Brasil. Num trabalho conjunto com pesquisadores da EMBRAPA/Trigo e com técnicos do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/RS (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA/RS), foram coletadas 28 amostras que foram enviadas para EMBRAPA/CENARGEN para a correta e segura identificação do material.

Em 2007, Fiscais do SEDESA/RS acompanharam uma missão técnica da China, composta por técnicos da Divisão de Quarentena da China (AQSC), com o objetivo de inspecionar o fumo processado nas indústrias do RS, visando verificar as condições fitossanitárias do produto destinado a exportação àquele país, quanto a presença do fungo denominado mofo azul (*Peronospora tabacina*). A exemplo das missões dos anos anteriores, não foi detectada a referida praga, continuando a China sendo um dos principais destinos do tabaco produzido no RS;

O SEDESA/RS em 2007, emitiu pareceres técnicos fitossanitários em 340 processos de importação de sementes e mudas, em 360 processos de exportação de sementes e mudas, em 190 pedidos de importação de produtos vegetais destinados à

Fls.: ___
Rub: ___

alimentação animal, 15 processos de importação de material de pesquisa e 6 processos de importação de turfa, perfazendo um total de mais de 1.000 pareceres fitossanitários. Para emissão destes pareceres é necessária sempre uma minuciosa busca, atualização e interpretação da legislação vigente, bem como a interpretação dos requisitos fitossanitários exigidos pelos Países importadores.

Ao longo do ano, inúmeras orientações técnicas sobre os requisitos fitossanitários exigidos tanto na importação como na exportação (via e-mail, telefone e/ou documento) são constantemente repassadas aos Fiscais Federais Agropecuários lotados nas Unidades de ingresso e egresso (UVAGROS/RS) de produtos vegetais e suas partes e empresas importadoras e exportadoras. Este trabalho é de difícil mensuração, mas é uma importante demanda de rotina realizada pelos Fiscais do SEDESA/RS;

O SEDESA/RS, atuou na devolução e destruição de diversas partidas de vegetais importados com presença de pragas quarentenárias. Estas ações são essenciais para evitar a disseminação e estabelecimento de novas pragas no território nacional, o que poderiam acarretar prejuízos incalculáveis, tanto na produção como nas possíveis barreiras fitossanitárias impostas pelos Países importadores.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Levantamentos fitossanitários	2	3
Cursos Realizados	3	5
Supervisões Realizadas	8	7
Partidas Inspecionadas *	35.000	38.500
Total	35.013	38.515

* Dados estimados pelo OEDSV/RS.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	19.025,44	28.644,76	28.644,76
339030	6.380,00	9.683,86	9.410,18
339033	5.000,00	20.402,00	20.402,00
339036	28.810,76	18.966,62	18.647,41
339039	5.450,00	51.550,00	51.550,00
449052	0,00	39.320,00	39.320,00
TOTAL	64.666,20	168.567,24	167.974,35

* Valores obtidos na Programação do SEDESA/SFA/RS – Área Vegetal;

** Valores obtidos no SEOF/SFA/RS.

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDAD E	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDAD E
Partidas Inspecionadas	VA: 34.696 R\$	VA: 0,29 R\$	VA: 3.502 UN	VA: -
	VR: 132,9 %	VR: 15,7 %	VR: 10,0 %	VR: 110 %

OBS. No ano de 2006, os valores financeiros dos PIs VIGIFITO e VIGITRANS foram liberados em separado, todavia em 2007, apesar da programação ser realizada também em separado, os valores foram liberados apenas no PI VIGIFITO, ficando muito afetado portanto, os valores dos indicadores. Para a Efetividade não é possível determinar-se a totalidade da ação, pois estas

são dependes de ações emergenciais (típicas da defesa sanitária vegetal) e da demanda do setor produtivo.

Diagnóstico atual da atividade no Estado

O Rio Grande do Sul é um importante estado produtor de grãos destacando-se a soja com 4 milhões de ha, milho 1,5 milhões de ha, arroz 1,1 milhões de ha e trigo 840 mil ha. O fumo é outra importante atividade do Estado que ocupa cerca de 400 mil ha. Quanto a fruticultura o Estado participa com cerca de 80% da produção de frutas de clima temperado do Brasil, com destaque para uva, com cerca de 40 mil ha, citros com 53 mil ha, pêssego com 15 mil ha e maçã com 15 mil ha. A fruticultura ocupa no RS, uma área aproximada de 180 mil ha. A atividade agrícola no Estado, considerando as diferentes fases da cadeia de produção, é um dos principais itens da sua economia, gerando emprego, renda e divisas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 52, de 21 de novembro de 2007, o Rio Grande do Sul possui quatro pragas classificadas como Quarentenárias Presentes, que são pragas de importância econômica, presentes no território nacional e com ações oficiais de controle e/ou erradicação; sendo elas *Cydia pomonella* em rosáceas, principalmente maçã, *Sirex noctilio* – Vespa da Madeira, em pinus; *Xanthomonas axonopodis* pv. *Citri* – Cancro Cítrico e *Guignardia citricarpa* – mancha negra dos citros, ambas em citros e *Mycosphaerella fijiensis* - Sigatoka Negra em banana.

Para o controle oficial destas pragas, o MAPA juntamente com o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/RS (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA/RS), possui cadastrados profissionais - Engenheiros Agrônomos e Florestais - autônomos ou da Iniciativa privada, que executam as ações de monitoramento e controle; e emitem para cada partida (carga) de vegetais e suas partes, hospedeiras destas pragas, no trânsito interestadual, um Certificado Fitossanitário de Origem – CFO, ou Certificado de Origem Consolidado – CFOC (Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007), que subsidia a emissão, pelos Fiscais do OEDSV/RS, da Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV (Instrução Normativa nº 54, de 06 de dezembro de 2007), viabilizando com isso o comércio destes produtos, e minimizando os riscos de disseminação das pragas quarentenárias presentes.

O controle do trânsito interestadual é executado pelo OEDSV/RS, em seis barreiras fitossanitárias localizadas nos seguintes municípios na divisa com Santa Catarina: Irai (BR 386), Nonoai (RS 406), Marcelino Ramos (RS 331), Barracão (RS 343), Vacaria (BR 116) e Torres (BR 101). Além destas barreiras o OEDSV/RS possui unidades localizadas estrategicamente no interior do RS que possuem infra-estrutura para realização do controle interestadual dos vegetais e suas partes.

O MAPA/RS, através do Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/RS, realiza supervisões/auditorias periódicas, visando o aprimoramento e a constante implementação das novas normatizações.

4.1.9.3.3. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produto

Plano Interno: FISCPLANTA

Indicador: Partida inspecionada

4.1.9.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; e capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	VIGIAGRO
Unidades executoras	VIGIAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / VIGIAGRO/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	José de Ribamar da Costa Júnior

4.1.9.3.1.2. Resultados

Destacam-se como objetivos desta Ação: a) atender acordos fitossanitários internacionais em consonância com a legislação fitossanitária brasileira, tanto na importação quanto na exportação de vegetais e seus produtos; b) impedir a entrada no País de pragas vegetais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, como também, garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.

A vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país por meio de análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, produtos e subprodutos, é importante instrumento para a geração de emprego e renda e divisas geradas com o agronegócio no comércio internacional.

Para dar suporte na harmonização e padronização às ações do VIGIAGRO, suas rotinas operacionais foram organizadas em documento específico, aprovado

por meio da Instrução Normativa do MAPA nº 36/2006 (Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras), elaborado com base em Leis, Decretos e legislações complementares estabelecidas pelos Departamentos Técnicos do Órgão Central, podendo ser citadas:

- Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal (Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1034) e legislação complementar;
- Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004;
- Decreto nº 5.351, de 24 de janeiro de 2005;
- Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006;
- Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994;
- Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005 – Regimento Interno das SFA;
- Instrução Normativa nº 4, de 29 de maio de 2005;
- NIMF nº 12, de abril de 2001;
- Instrução Normativa nº 6, de 13 de março de 2000;
- Instrução Normativa nº 11, de 27 de março de 2000;
- Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006;
- Legislações específicas de: Sementes e mudas – material de propagação; Agrotóxicos e afins; Fertilizantes, corretivos e inoculantes; Vinhos, bebidas e vinagres; Padronização e classificação de vegetais;
- Demais legislações pertinentes.

O Programa é gerido e executado no estado do Rio Grande do Sul pelo Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/RS e pelas 14 Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGRO, sendo uma (Porto de Rio Grande) em nível de Serviço.

As Unidades de Vigilância Agropecuária de Porto Xavier, São Borja, Itaqui e Uruguaiana, se localizam na fronteira do Brasil com a Argentina. A UVAGRO de São Borja fica localizada Centro Unificado de Fronteira no lado argentino e funciona, tanto para importações quanto exportações vegetais, pelo sistema de aduana integrada com os técnicos argentinos. A UVAGRO de Uruguaiana realiza inspeções de mercadorias em três aduanas distintas, sendo uma Estação Aduaneira Interior-EADI/Ferroviária, uma EADI/Rodoviária e uma dedicada às exportações brasileiras localizada no lado argentino, com inspeção de mercadorias no sistema de aduana integrada com técnicos argentinos. As UVAGRO de Quaraí, Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí, fazem fronteira com o Uruguai, sendo que Livramento e Jaguarão também atuam pelo sistema de aduana integrada com os técnicos uruguaios e a de Quarai que se distingue das outras por realizar inspeções no lado uruguai. Nas UVAGRO de Aceguá e Jaguarão, existem quarentenários autorizados à importação de animais vivos. O SVA Porto de Rio Grande realiza inspeções vegetais em seis locais distintos: no Porto Novo, no Terminal de Containeres, nos três Terminais Graneleiros e na Central de Exportações de Frutas. Existem ainda as UVAGRO Aeroporto de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, essa atendendo exclusivamente exportações de fumo, além de duas Aduanas Especiais, Metropolitana de Porto Alegre, (responsável pelos Portos de Porto Alegre e Triunfo e, pelas EADI de Novo Hamburgo e Canoas) e, a de Caxias do Sul, responsável pela EADI Caxias do Sul e pela central de exportações de maçã em Vacaria. No total, há no Rio Grande do Sul, 26 locais distintos para exames de vegetais e seus produtos, a maioria localizados a mais de 5 km um dos outros.

O VIGIAGRO/RS e suas Unidades subordinadas à Divisão Técnica da SFA-RS faz parte de um sistema vinculado a Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, participando com nove FFA nos comitês de fronteira, de aduanas especiais, de aeroportos, de portos, alem do comitê de gestão. No ano de 2007, foram realizadas cinco reuniões nacionais desses comitês.

Mais uma vez, assim como já fizemos em relatórios anteriores destacamos a situação crítica no que se refere à FFA Engenheiros Agrônomos que deveria ser

parcialmente resolvida com as contratações do último concurso, durante o ano de 2007, todavia, as movimentações que ocorreram paralelamente -- São Borja, saída de um FFA EA, transferido para SFA/SC; Itaqui: saída de dois FFA EA removidos para (UTRA/Santa Maria/RS e para UVAGRO/Caxias/RS) e chegada de uma nova FFA EA; Uruguaiana, saída de dois FFA EA (SEDESA e SEFAG/RS), e chegada de dois novos FFA EA; Quarai: saída de um FFA EA (UTRA/Santa Maria/RS) e chegada de um FFA EA; Aceguá: saída de FFA EA (SVA/Rio Grande) e chegada de um FFA EA; Chuí: saída de um FFA EA (SVA/Rio Grande) e chegada de um FFA EA; Rio Grande saída de um FFA EA (SFA/SC) e chegada de quatro FFA EA, além de Caxias: chegada de mais um FFA EA -- resultaram que o VIGIAGRO/RS iniciou 2007 com uma equipe de 35 FFA EA e terminou o ano com 37 FFA, quase 50% do mínimo necessário, assim distribuídos:

Pessoal responsável pelo atendimento nas UVAGRO e SVA/RS

Unidade Vigiagro	Pessoal						Infraestrutura		
	Eng. Agrônomos			Téc. Nível Médio			Suficiente p/ atividade		
	Exist.	Nec.	Df ct.	Exist.	Nec.	Df ct.	Rampa	Laborat.	Equipam.
Serviço/gestão	1	1	0	1	1	0	---	---	SIM
Metropolitana	3	6	3	1	6	5	NÃO*	NÃO	NÃO**
Aeroporto POA	5	6	1	0	6	6	NÃO*	NÃO**	NÃO**
Caxias do Sul	3	3	0	0	3	3	NÃO	NÃO	NÃO**
Sta Cruz do Sul	1	3	2	1	3	2	NÃO	NÃO	NÃO**
Porto Xavier	1	4	3	0	4	4	SIM	SIM	NÃO**
São Borja	2	6	4	2	6	4	SIM	SIM	SIM
Itaqui	1	2	1	0	2	2	NÃO	NÃO**	NÃO**
Uruguaiana	5	8	3	0	6	6	NÃO*	SIM	SIM
Quaraí	1	2	1	0	2	2	NÃO	NÃO**	NÃO
Livramento	3	4	1	0	2	2	NÃO	SIM	NÃO**
Aceguá	1	2	1	0	2	2	NÃO	SIM	SIM
Jaguarão	2	4	2	0	2	2	NÃO*	SIM	SIM
Chuí	1	2	1	0	2	2	NÃO	SIM	NÃO**
Rio Grande	7	12	5	0	8	8	NÃO*	SIM	SIM
Total	37	65	28	5	55	50			

* - Apenas parte das atividades pode ser realizada em rampa ou local de exame coberto;
** - Salas de exame e equipamentos que precisariam ser mais bem adequados ao fim que se destinam.

Comentários:

1-Embora algumas salas de exames fitozoossanitários estejam consideradas como suficientes nessa tabela, na maioria dos casos são inadequadas para exames especializados e/ou mal localizadas em relação aos locais de coletas de amostras. Em Uruguaiana, Quaraí, Chuí, Jaguarão, Aceguá, Rio Grande, Itaqui, Metropolitana e Santa Cruz do Sul, não há locais cobertos para inspeção de mercadorias o que impede o trabalho em dias de chuva.

2-O déficit em número de servidores (28 Engenheiros Agrônomos e 50 Técnicos de Nível Médio) prejudica a realização das atividades da vigilância agropecuária internacional, podendo contribuir para diminuir a segurança, a agilidade e a qualidade dos serviços prestados pelo MAPA aos seus clientes. Estamos deixando de relacionar Administrativos devido à inexistência total dos mesmos em todas as UVAGRO/RS.

3-Durante o ano de 2007 foram adquiridos 19 veículos novos, 31 computadores (4 notebook), 6 fotocopiadoras, 5 microscópios, 15 lentes, 3 tratores com roçadeiras, 10 detectores de gases, 28 rádios transceptores, 5 multifuncionais com fax, além de mobiliário completo para todas as UVAGRO/RS. Estão sendo reformados os quarentenários de Jaguarão e Aceguá e em fase de conclusão as licitações para reformas dos laboratórios de São Borja, Caxias do Sul e

compras de materiais de consumo (caixas de coletas de amostras, lacre, coletes, bonés, lanternas, etc). Diversas outras compras foram concluídas no final de 2007, com prazo de entrega das mercadorias posterior a elaboração desse relatório.

Metas Físicas

PI	Produto					
	Partida Inspecionada		Supervisão Realizada		Capacitação Técnica	
	Programado	Realizado	Programado	Realizado	Programado	Realizado
FISCPLANTA	54.000	67.198	28	32	4	5

Observações:

Total programado somatório de todos os produtos: **54.032**

Total realizado somatório de todos os produtos: 67235

Total de Termos de Ocorrências fitossanitárias: 1860

(*) Algumas capacitações técnicas lançadas como realizadas, participaram técnicos da área vegetal e animal.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO**
3490.14	70.433,00	101.571,28	101.571,28
3490.30	45.000,00	56.250,00	56.250,00
3490.33	25.000,00	54.300,00	54.300,00
3490.36	1.200,00	1.200,00	1.200,00
3490.39	25.000,00	122.250,00	122.250,00
4590.52	450.000,00	357.524,43	357.524,43
TOTAL	616.633,00	693.095,71	693.095,71

** Valores executados controle do SEOF/SFA/RS, não disponíveis no VIGIAGRO;

Observações:

Com exceção do mês de agosto, durante todos os meses foram descentralizados os recursos programados. As diferenças acentuadas se devem às programações de Brasília para reuniões nacionais que não constavam das programações do VIGIAGRO/RS. Os valores muito acima do programado no elemento 39 embora descentralizados em deslocamentos foram utilizados para reformas de UVAGRO.

Gráfico demonstrativo/comparativo dos recursos financeiros para deslocamentos programados pelo VIGIAGRO/RS, área vegetal e disponibilizados pela COF, no PI FISCPLANTA, em 2007.

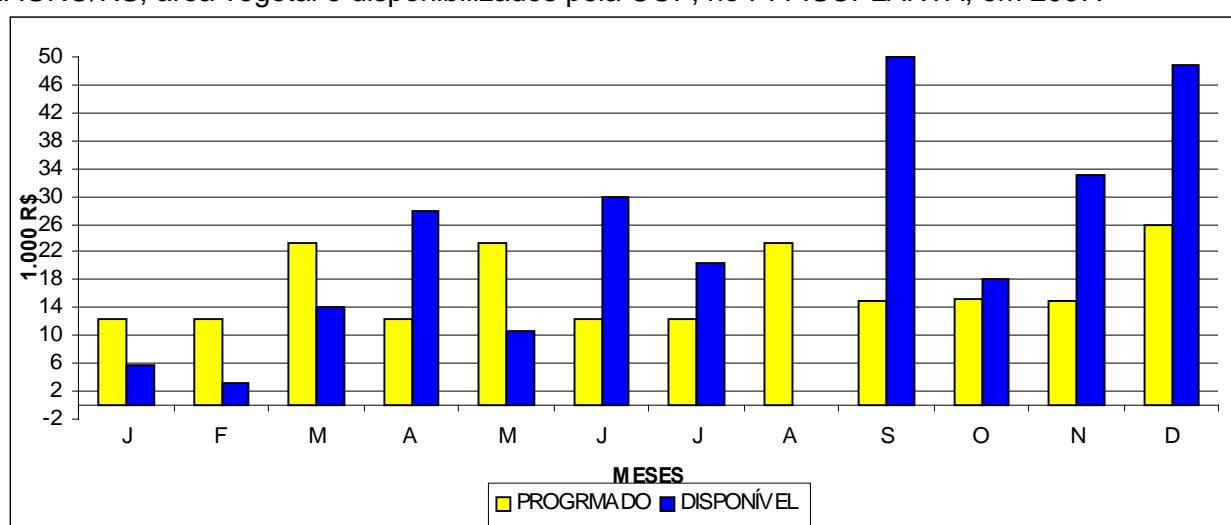
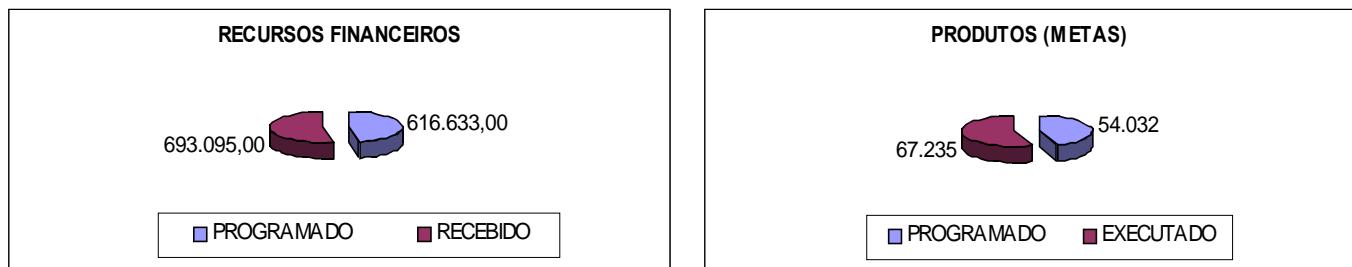


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO GERAL DO FISCPLANTA EM 2007



Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Partidas Inspecionadas	VA: 194.185,27 (R\$)	VA: 0,42 (R\$)	VA: 13.198 UN	VA: 13.198 UN
	VR: 469,2 %	VR: 13,63 %	VR: 24,44 %	VR: 97,30 %

Partidas Inspecionadas Programadas QP 2007 = 54.000
 Partidas Inspecionadas Realizadas QR 2007 = 67.198
 Partidas Inspecionadas Programadas QP 2006 = 45.000
 Partidas Inspecionadas Realizadas QR 2006 = 49.031
 Partidas Apresentadas Total (Inspecionadas + Ocorrências Fitossanitárias) QT = 69.058

Custo Programado CP 2007 = R\$166.633,00
 Custo Realizado CR 2007 = R\$235.571,28
 Custo Programado CP 2006 = R\$8.649,34
 Custo Realizado CR 2006 = R\$41.386,01

Nos índices de custo, só consideramos recursos programados para deslocamento.

Para o indicador Economicidade:
 Variação Absoluta=
 $VA2007/2006 = CR2007 - CR2006 = 235.571,28 - 41.386,01 = 194.185,27$
 Variação Relativa=
 $VR2007/2006 = (CR2007:CR2006).100 = (235.571,28:41.386,01).100 = 469,20.$

Para o Indicador de Eficiência:
 Custo Unitário Realizado=
 $CUR2007 = (CR2007:QR2007) = (235.571,28:67.198) = 3,50$
 Custo Unitário Programado=
 $CUP2007 = (CP2007:QP2007) = (166.633,00:54.000) = 3,08$
 Variação Absoluta=
 $VA2007 = CUR2007 - CUP2007 = 3,50 - 3,08 = 0,42$
 Variação Relativa=
 $VR2007 = [(CUR2007:CUP2007).100] - 100 = [(3,50:3,08).100] - 100 = 13,63$

Para o Indicador de Eficácia:
 Variação Absoluta=
 $VA2007 = QR2007 - QP2007 = 67.198 - 54.000 = 13.198$
 Variação Relativa=

$$VR2007 = [(QR2007:QP2007).100] - 100 = [(67.198:54.000).100] - 100 = 24,44$$

Para o Indicador de Efetividade:

Variação Absoluta=

$$VA2007 = QR2007 - QP2007 = 67.198 - 54.000 = 13.198$$

Variação Relativa=

$$VR2007 = (QR2007:QT2007).100 = (67.198:69.058).100 = 97,30$$

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1- Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho propostos foram: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Para avaliação desses indicadores foi utilizado o produto PARTIDA INSPECIONADA, vista que o mesmo foi eleito dentro do Sistema como aquele que melhor reflete as ações.

O produto Partida Ispencionada se refere ao somatório dos Termos de Fiscalização e Termos de Apreensão, pois, operacionalmente, cada partida inspecionada gera um Termo de Fiscalização (carga e encomenda) ou Termo de Apreensão (bagagem), de acordo com o que estabelece o Manual do VIGIAGRO.

1.1 - ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e EFETIVIDADE:

Estão deixando de ser relatadas como produtos realizados duas reuniões técnicas realizadas sob a coordenação do VIGIAGRO/RS, envolvendo Chefes e FFA lotados nas UVAGRO/RS e 16 reuniões com chefes das estações aduaneiras, delegados da Receita Federal, ANVISA e outros órgãos intervenientes nas ações da vigilância agropecuária do RS, visando harmonização de procedimentos, melhoria nas condições de infraestrutura das UVAGRO e atendimento às normas estabelecidas em 2007.

Não estão computadas igualmente, as participações de FFA do VIGIAGRO/RS nas reuniões dos subcomitês de gestão do VIGIAGRO (6 reuniões) e uma reunião do comitê gestor nacional.

Houve ainda participação de dois FFA na inspeção conjunta Brasil/Argentina para controle da cydia pomonella.

O cálculo da efetividade precisa ser melhor discutido pois efetivamente todas as solicitações de inspeções são realizadas pelos FFA, o que realmente precisa ser calculado é o tempo gasto com essas operações. A maioria das UVAGRO/RS têm FFA trabalhando acima da capacidade de atendimento das solicitações de partidas, tanto nas importações quanto nas exportações. O volume de trabalho realizado pelos FFA EA nas partidas é muito superior aos dos FFA MV e esse fator não está sendo computado em nenhum indicador. Adicionalmente, precisa ser concluída uma fórmula que permita diferenciar inspeções documentais (embalagens e suportes de madeira) das inspeções de sementes e mudas, muito mais complexas e demoradas e que são consideradas como de mesmo peso quando a informação coletada é apenas o número de partidas inspecionadas, mascarando a real necessidade de FFA nas UVAGRO.

ÁREA VEGETAL: EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO VIGIAGRO/DT/SFA-RS:

UVAGRO	Nome	Cargo	Horário de funcionamento
Aceguá	Maria Angélica Moreira Silveira	FFA – EA	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

Fls.: ___
Rub: ___

Aeroporto	Jeanice Jung de Andrade	FFA – EA	
Aeroporto	Nara Lis Friedrich Martins	FFA – EA	
Aeroporto	Antônio Ernesto Diel	FFA – EA	
Aeroporto	Antônio Augusto	FFA – EA	
Aeroporto	Cezar Rodrigues de Araujo	FFA – EA	
Chuí	Henrique Vieira Faria (Chefe)	FFA – EA	Segunda à Segunda das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 18:30
Chuí	Maria Sabocinski	Administrativo	
Caxias	Amarildo Nespolo	FFA – EA	
Caxias	Mauro Miguel dos Santos Cirne	FFA – EA	
Caxias	Miguel Angel Pons Pascual	FFA – EA	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:00
Caxias	Gelson Luis Scalabrin	Administrativo	
Itaqui	Lúcia Lopes Carneiro Leão (Chefe)	FFA - EA	
Itaqui	Flávio Zanir Bonorino Figueiredo (TCT)	EA	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:00
Itaqui	Mariele Camila Brum (TCT)	Administrativo	
Jaguarão	Luis Carlos Brenner	FFA – EA	
Jaguarão	Cláudio Pinto Corrêa	FFA – EA	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
Jaguarão	Maria Rosângela Ança Evaristo	Administrativo	
Livramento	Edson Fernando Madruga	FFA – EA	
Livramento	Joel Nunes Moreira	FFA – EA	
Livramento	José Lemes Brites	FFA – EA	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Livramento	Adail Silva dos Santos	Administrativo	
Metropolitana	Alcídio Jacob Witeck (Chefe)	FFA – EA	
Metropolitana	Joé do Amaral Campos	FFA – EA	
Metropolitana	Fernando Mata	FFA – EA	
Metropolitana	Nereu Chanan	Técnico	
Metropolitana	Nara Terezinha Pires Soares	Administrativo	
Porto Xavier	Alan Cristiano Eric (Chefe)	FFA - EA	
Porto Xavier	Fábio Lucas Coelho (TCT)	EA	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Porto Xavier	Otomar da Rosa (TCT)	Administrativo	
Gerência	José de Ribamar Costa Júnior (Chefe)	FFA - EA	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Gerência	Odila Maria Darós	Técnico NM.	
Quaraí	Alvimar Bavaresco (Chefe)	FFA - EA	
Quaraí	Elton Santana de Oliveira (TCT)	EA	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
Quaraí	Ana Paula Montano dos Santos (TCT)	Administrativo	
Rio Grande	Glênio Moraes Altenbernd (Chefe)	FFA - EA	
Rio Grande	Lindomar de Freitas Lopes	FFA - EA	
Rio Grande	Paulo Roberto dos Santos	FFA - EA	
Rio Grande	Roberto Rodrigues Molina	FFA - EA	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30
Rio Grande	Paulo José de Oliveira Timm	FFA - EA	
Rio Grande	Ricardo Figueiredo Cavalheiro Leite	FFA - EA	
Rio Grande	Sérgio de Paula Pereira	FFA - EA	
Rio Grande	Euzébio Francisco Maia Coelho	Administrativo	
Rio Grande	Laura Macedo Pereira da Silva	Administrativo	
Santa Cruz	Ramon José Lavich	FFA - EA	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Santa Cruz	Jone Bedinoto de Menezes	Técnico NM.	
São Borja	Luis Carlos da Silva Schorn	FFA - EA	
São Borja	Camilo José Santini	FFA - EA	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
São Borja	Alvarino Saraiva Dutra	Técnico NM.	
São Borja	Milton Jauri Viana de Araújo	Técnico NM.	

Fls.: ___
Rub: ___

Uruguaiana	Clari Camatti	FFA - EA
Uruguaiana	Jorge Alberto R. De Vargas	FFA - EA
Uruguaiana	Rozendo Fagundes Neto	FFA - EA
Uruguaiana	André Luiz da Cunha Coutinho	FFA - EA
Uruguaiana	Sérgio Alberto Kirch	FFA - EA
Uruguaiana	Hieronides Teixeira da Silva	Administrativo
Uruguaiana	Jorge Luiz de Souza Burdullis	Administrativo

Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 20:00 e
Sábado das 08:00 às 12:00

Observações:

(TCT) – Técnico cedido ao MAPA em Termo de Cooperação Técnica com Prefeituras.

4.1.9.3.3. Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produto

Plano Interno: FISCANIMAL

Indicador: Partida inspecionada

4.1.9.3.3.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação..
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	VIGIAGRO
Unidades executoras	VIGIAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / VIGIAGRO/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	José de Ribamar da Costa Júnior

4.1.9.3.3.2. Resultados

Destacam-se como objetivos desta Ação: a) atender acordos zoossanitários internacionais em consonância com a legislação zoossanitária brasileira, tanto na importação quanto na exportação de animais e seus produtos; b) impedir a entrada e disseminação no País, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e saúde da população, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, como também, garantir a sanidade e a qualidade dos produtos nacionais e sua exportação.

A vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira do país por meio de análise documental e da inspeção de partidas de animais,

produtos e subprodutos, é importante instrumento para a geração de emprego e renda e divisas geradas com o agronegócio no comércio internacional.

Para dar suporte na harmonização e padronização às ações do VIGIAGRO, suas rotinas operacionais foram organizadas em documento específico, aprovado por meio da Instrução Normativa do MAPA no. 36/2006 (Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras), elaborado com base em Leis, Decretos e legislações complementares estabelecidas pelos Departamentos Técnicos do Órgão Central, podendo ser citadas:

- Regulamento de Defesa Sanitária Animal (Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934) e legislação complementar;
- Regulamento de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal (Decreto nº 1.255, de 25 de junho de 1962) e legislação complementar;
- Decreto nº 5.351, de 24 de janeiro de 2005;
- Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006;
- Decreto Legislativo nº 30, de 15.12.94, que cria a Organização Mundial do Comércio e estabelece normas, inclusive de ordem sanitária;
- Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005 - Regimento Interno das SFA;
- Instrução Normativa MAPA nº 4 de 29 de maio de 2005;
- Lei 10.883, de 16 de junho de 2004;
- Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952;
- Instrução Normativa SDA nº 33, de 12 de junho de 2003;
- Legislações específicas de: Insumos pecuários; Produtos biológicos para uso animal; Medicamentos de uso veterinário; Alimentação animal.
- Legislações e Atos Normativos Relacionados.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1- Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho propostos foram: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Para avaliação desses indicadores será utilizado o produto PARTIDA INSPECIONADA, vista que o mesmo foi eleito dentro do Sistema como aquele que melhor reflete as ações.

O produto Partida Inspeção se refere ao somatório dos Termos de Fiscalização e Termos de Apreensão, pois, operacionalmente, cada partida inspeção gera um Termo de Fiscalização (carga e encomenda) ou Termo de Apreensão (bagagem), de acordo com o que estabelece o Manual do VIGIAGRO.

1.1- ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e EFETIVIDADE:

Estão deixando de ser relatadas como produtos realizados três reuniões técnicas realizadas sob a coordenação do VIGIAGRO/RS, envolvendo Chefes e FFA lotados nas UVAGRO/RS e 6 reuniões com chefes das estações aduaneiras, delegados da Receita Federal, ANVISA e outros órgãos intervenientes nas ações da vigilância agropecuária do RS, visando harmonização de procedimentos, melhoria nas condições de infraestrutura das UVAGRO e atendimento às normas estabelecidas em 2007.

Não estão computadas igualmente, as participações de FFA do VIGIAGRO/RS nas reuniões dos subcomitês de gestão do VIGIAGRO (quatro reuniões) e uma reunião do comitê gestor nacional.

ÁREA ANIMAL EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO VIGIAGRO/DT/SFA-RS:

UVAGRO	Nome	Cargo	Horário de funcionamento
--------	------	-------	--------------------------

Fls.: ___
Rub: ___

Aceguá	Ibagé Costa Simões Pires	FFA – MV	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
Aceguá	Pedro Alcântara Dias Ávila	FFA – MV	
Aeroporto	Paulo César Bonoto Comiran (Chefe)	FFA – MV	Segunda à Segunda das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 18:30
Aeroporto	Nelson Andrade de Azevedo	FFA – MV	
Aeroporto	José Antonio de Azevedo Neto	FFA – MV	
Aeroporto	Antônio Ângelo Pacheco do Amaral	FFA – MV	
Aeroporto	Bruno Joaquim C. Priante	FFA – MV	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
Chuí	Édson Eckert Fauth	FFA - MV	
Chuí	Luiz Carlos Rosa Fettermann	FFA - MV	
Chuí	Pedro Alencar Rodrigues Bermudez	Técnico	
Chuí	Maria Sabocinski	Administrativo	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:00
Caxias	Fábio Urruth do Amaral	FFA – MV	
Caxias	José Manoel Teixeira de Freitas Júnior	FFA – MV	
Caxias	Luiz Carlos Pessin (Chefe)	FFA – MV	
Caxias	Marília Bierman Pinto	FFA - MV	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
Caxias	Gelson Luis Scalabrin	Administrativo	
Jaguarão	Carlos Dutra Marques	FFA – MV	
Jaguarão	Flávio Roberto Moura Ramalho	FFA – MV	
Jaguarão	João Rouget Pérez Wrage	FFA – MV	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Jaguarão	Maria Rosângela Ança Evaristo	Administrativo	
Livramento	Cláudio N. Echeverria (Chefe)	FFA – MV	
Livramento	Gelon Garragory	FFA – MV	
Livramento	Guilherme Alves Pinto	FFA – MV	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Livramento	Antônio Apotia	Técnico	
Livramento	Daniel Silva	Técnico	
Livramento	Gilberto da Silva	Técnico	
Livramento	Hamilton Ribeiro dos Santos	Técnico	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30 (necessidade de plantão 24 horas)
Livramento	Joel Ribeiro Maciel	Técnico	
Livramento	Adail Silva dos Santos	Administrativo	
Metropolitana	Ângela Escosteguy	FFA – MV	
Metropolitana	Geanete Hemandorena Gigena	FFA – MV	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30 (necessidade de plantão 24 horas)
Metropolitana	André Vargas de Olivaira	FFA – MV	
Metropolitana	Roberto Vittola	FFA – MV	
Metropolitana	Nereu Chanan	Técnico	
Metropolitana	Nara Terezinha Pires Soares	Administrativo	Segunda à Sexta das 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30
Gerência	José de Ribamar Costa Júnior (Chefe)	FFA - EA	
Gerência	Odila Maria Darós	Técnico	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
Quaraí	Eduardo Flores da Cunha Garcia	FFA - MV	
Quaraí	Ana Paula Montano dos Santos	Administrativo	

Fls.: ___
Rub: ___

Rio Grande	Álvaro Silveira Pereira	FFA - MV	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 (área animal faz plantões aos finais de semanas)
Rio Grande	Bartolomeu Sulzbach	FFA - MV	
Rio Grande	Bercílio Osvaldo Luiz da Silva(Licenciado)	FFA - MV	
Rio Grande	Francisco Fernando Vaucher Marques	FFA - MV	
Rio Grande	Maria Helena Altenhofen	FFA - MV	
Rio Grande	Umberto Luís Miozzo	FFA - MV	
Rio Grande	Euzébio Francisco Maia Coelho	Administrativo	
Rio Grande	Laura Macedo Pereira da Silva	Administrativo	
Rio Grande	Ligia Maria Capella Allce	Administrativo	
São Borja	Mirela Janice Eidt (Chefe)	FFA - MV	
São Borja	Alvarino Saraiva Dutra	Técnico	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00
São Borja	Milton Jauri Viana de Araújo	Técnico	
Uruguaiana	Luis André Pereira Jaureguy (Chefe)	FFA - MV	
Uruguaiana	Enioscar Blanco Claus	FFA - MV	Segunda à Sexta das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 20:00 e Sábado das 08:00 às 12:00
Uruguaiana	José Edevard Isbarrola	FFA - MV	
Uruguaiana	Mauro E. Gonçalves dos Santos	FFA - MV	
Uruguaiana	Nelson A. Gonçalves de Barros	FFA - MV	
Uruguaiana	Ricardo Souza Pessano	FFA - MV	
Uruguaiana	Rafael Caprioli Martins	FFA - MV	
Uruguaiana	Eder da Rosa Peres	Técnico	
Uruguaiana	João Pedro Ilarreguy	Técnico	
Uruguaiana	Jorge Fatimo S. Aguiar	Técnico	
Uruguaiana	José Íris Goulart Nery	Técnico	
Uruguaiana	José Newton S. da Silva	Técnico	
Uruguaiana	José Oscar Tubino Lucho	Técnico	
Uruguaiana	Luiz Antonio Santana Pereira	Técnico	
Uruguaiana	Neide Marlene Pinto dos Santos	Técnico	
Uruguaiana	Nilton Sabino Jardim	Técnico	
Uruguaiana	Rosane T. Nogueira Miguens	Técnico	
Uruguaiana	Sergio Rene Pina Duarte	Técnico	
Uruguaiana	Hieronides Teixeira da Silva	Administrativo	
Uruguaiana	Jorge Luiz de Souza Burdullis	Administrativo	

Metas Físicas

PI	Produto					
	Partida Inspeccionada		Supervisão Realizada		Capacitação Técnica	
	Programado	Realizado	Programado	Realizado	Programado	Realizado
FISCPLANTA	37.200	40.159	28	36	6	4

Observações:

Total programado somatório de todos os produtos: **37.234**

Total realizado somatório de todos os produtos: **40.199**

Total de Termos de Ocorrências Zoossanitárias: **1.040**

(*) As capacitações técnicas lançadas como realizadas, foram de caráter agropecuário, sendo uma em Rio Grande/RS, uma em Porto Alegre/RS e duas em Brasília, envolvendo FFA da área animal. Contribuíram de forma negativa para realização das programações relacionadas a capacitações técnicas os movimentos paredistas que ocorreram em 2007.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO**
---------------------	------------	----------	-------------

Fls.: ___
Rub: ___

3490.14	48.546,00	31.545,12	31.545,12
3490.30	20.600,00	32.672,93	32.672,93
3490.33	29.000,00	6.700,00	6.700,00
3490.36	0,00	856,00	856,00
3490.39	56.000,00	21.500,00	21.500,00
3490.39(funcionamento)	0,00	342.837,62	342.837,62
4590.52(outras despesas)	250.000,00	252.750,00	252.750,00
TOTAL	404.146,00	688.861,67	688.861,67

** Valores controle de empenhos do VIGIAGRO/RS pendentes de informação no SEOF/SFA/RS;

Observações:

Total Programado 2007 no PI FISCANIMAL1 = R\$404.146,00

Total Recebido em 2007 R\$688.861,67

Em todos os meses (exceção de agosto) os recursos foram descentralizados independentemente do PI, muitas das ações foram financiadas com recursos liberados no PI FISCPLANTA1.

Gráfico demonstrativo/comparativo dos recursos financeiros programados pelo VIGIAGRO/RS, e disponibilizados pela COF, no PI FISCANIMAL, em 2007.

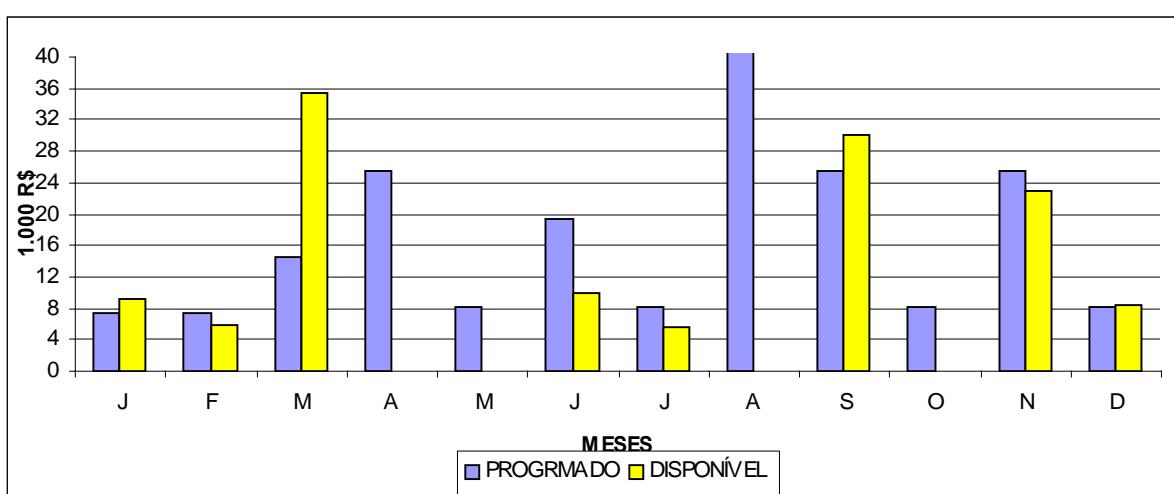
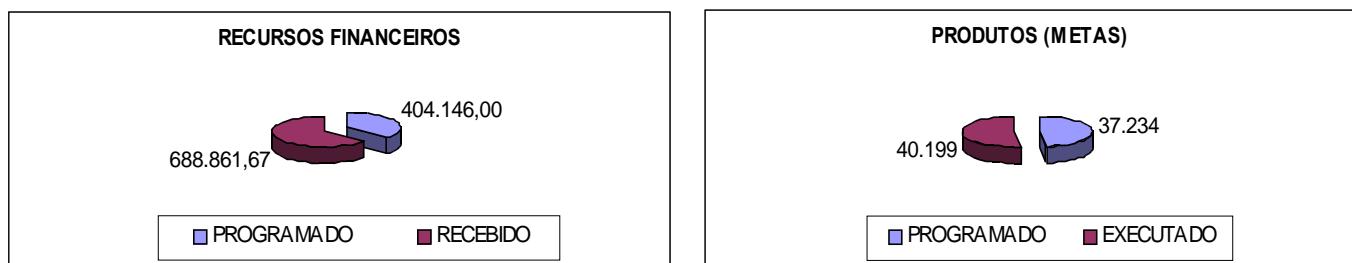


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO DESEMPENHO GERAL DO FISCPLANTA EM 2006



Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR
----------	-----------

Fls.: ___
Rub: ___

PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Partidas Inspecionadas	VA: 40.055,54 (R\$)	VA: 0,98 (R\$)	VA: 6.394 UN	VA: - 1.040 UN
	VR: 76,5 %	VR: 68,5 %	VR: 19,98 %	VR: 97,47 %

Obs:

Partidas Inspecionadas Programadas QP 2007 = 37.200
 Partidas Inspecionadas Realizadas QR 2006 = 40.159
 Partidas Inspecionadas Programadas QP 2006 = 32.000
 Partidas Inspecionadas Realizadas QR 2006 = 36.550
 Partidas Inspecionadas mais Ocorrências Zoossanitárias QT = 41.199

Custo Programado CP 2007 = R\$154.146,00
 Custo Realizado CR 2007 = R\$93.274,05
 Custo Programado CP 2006 = R\$60.197,83
 Custo Realizado CR 2006 = R\$92.415,92

Nos índices de custo, não consideramos valores descentralizados para funcionamento e outras despesas.

Para o indicador Economicidade:

Variação Absoluta=

VA2007/2006 = CR2007 – CR2006 = 93.274,05 – 92.415,92 = 858,13

Variação Relativa=

VR2007/2006 = (CR2007:CR2006).100] – 100 = (93.274,05:92.415,92).100] – 100 = 0,9.

Para o Indicador de Eficiência:

Custo Unitário Realizado=

CUR2007 = (CR2007:QR2007) = (92.415,92:40.159) = 2,30

Custo Unitário Programado=

CUP2007 = (CP2007:QP2007) = (154.146,00:32.200) = 4,79

Variação Absoluta=

VA2007 = CUR2007 – CUP2007 = 2,30 – 4,79 = -2,49

Variação Relativa=

VR2007 = [(CUR2007:CUP2007).100] – 100 = [(2,30:4,79).100] – 100 = -51,98

Para o Indicador de Eficácia:

Variação Absoluta=

VA2007 = QR2007 – QP2007 = 40.159 – 37.200 = 2.959

Variação Relativa=

VR2007 = [(QR2007:QP2007).100] – 100 = [(40.159:37.200).100] – 100 = 7,95

Para o Indicador de Efetividade:

Variação Absoluta=

VA2007 = QR2007 – QT2007 = 40.159 – 41.199 = -1040

Variação Relativa=

VR2007 = (QR2007:QT2007).100 = (40.159:41.199).100 = 97,47

Diagnóstico Atual da atividade no Estado

O Programa é coordenado e executado no estado do Rio Grande do Sul pelo Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/RS e realizado em 14 Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROS, (maior número de UVAGRO/UF em fronteira

internacional do Brasil). Dessas Unidades destacam-se Uruguaiana (maior porto seco da América Latina) e Rio Grande (segundo maior porto em movimentação de cargas do Brasil)

Transitam efetivamente animais e seus produtos regularmente pelas Unidades de Vigilância Agropecuária de São Borja e Uruguaiana que se localizam na fronteira do Brasil com a Argentina e atuam pelo sistema de aduana integrada com os técnicos argentinos. As UVAGRO de Quaraí, Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí, fazem fronteira com o Uruguai, sendo que Livramento e Jaguarão também atuam pelo sistema de aduana integrada com os técnicos uruguaios. Ainda o SVA Porto de Rio Grande e as UVAGRO Aeroporto de Porto Alegre, além das Aduanas Especiais Metropolitana de Porto Alegre, (responsável pelos Portos de Porto Alegre e Triunfo e, pelas EADI de Novo Hamburgo e Canoas além do Collis Posteaux) e A.E. Caxias do Sul, responsável pela EADI Caxias do Sul.

O VIGIAGRO/RS e suas Unidades subordinadas à Divisão Técnica da SFA-RS fazem parte de um sistema vinculado a Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, participando ativamente dos comitês de gestão do sistema de gestão da vigilância agropecuária nacional.

Ressaltada em todos os relatórios de auditorias como de extrema carência em pessoal infraestrutura e equipamentos, a equipe disponível nas UVAGRO e SVA é a seguinte:

Pessoal responsável pelo atendimento nas UVAGRO e SVA/RS

UNIDADE	PESSOAL						INSTALAÇÕES	
	Med. Vet.		Niv. Médio		Administrativo		Salas de Exames	
	Exist.	Nec.	Exist.	Nec.	Exist.	Nec.	Regular	Inadeq.
Serviço/gestão	0	1	1	2	0	2	-----	-----
Metropolitana	5	5	1	3	1	3		X
Aeroporto POA	5	5	0	2	0	2		X
Caxias do Sul	2	4	0	2	0	2		X
Sta Cruz do Sul	0	0	1	2	0	1		X
Porto Xavier	0	2	0	4	0	2	X	
São Borja	1	6	2	4	0	2	X	
Itaqui	0	1	0	2	0	2	X	
Uruguaiana	6	8	11	12	2	6	X	
Quaraí	1	2	0	2	0	2		X
Livramento	3	4	5	5	1	2	X	
Aceguá	2	3	0	2	0	2	X	
Jaguarão	3	3	0	2	1	2	X	
Chuí	1	2	0	2	1	2		X
Rio Grande	7	8	0	12	4	6	X	
Total	36	54	21	58	10	38		

Obs em relação às salas de exame de produtos agropecuários:

a) Embora algumas salas de exames zoossanitários estejam consideradas como regulares nessa tabela, na maioria dos casos é insuficiente tanto em equipamentos, quanto nas instalações físicas geralmente inadequadas para exames e mal localizadas em relação aos locais de coletas de amostras.

b) O déficit em número de servidores (18 Médicos Veterinários, 37 Técnicos de Nível Médio e 28 Agentes Administrativos), impede a realização de atividades indelegáveis e que podem contribuir para diminuir a segurança, a agilidade e a qualidade dos serviços prestados pelo MAPA aos seus clientes.

c) Destarte amparo legal da IN 4/2005, os pátios aduaneiros administrados pela Receita Federal no RS, com raras exceções, vêm apresentando maiores problemas no atendimento às normas legais que determinam o fornecimento de condições de

infraestrutura para realização dos trabalhos da vigilância agropecuária. As aduanas administradas pela iniciativa privada, com exceção da EADI/Canoas, são mais ágeis no atendimento das solicitações mínimas apresentadas para operação do VIGIAGRO.

4.1.10. Programa 0363- Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

4.1.10.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.
Gerente do programa	Edílson Guimarães
Gerente executivo	Sávio Rafael Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados	Área controlada
Público-alvo (beneficiários)	Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores

4.1.10.2. Principais Ações do Programa

Atualmente a produção de oleaginosas se restringe principalmente à cultura de soja. O crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda.

As condições edafoclimáticas do país são consideradas favoráveis para a produção das espécies mencionadas, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes. As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal. Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o NBB – National Biodiesel Board, relatam que o Brasil é o país com maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo a capacidade de substituir com biodiesel, até 60% da demanda mundial atual de óleo diesel mineral.

4.1.10.3. Gestão das ações

4.1.10.3.1. Ação 4841 – Prevenção e Controle de Pragas em, Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Plano Interno: PCPOPLAN

Indicador: Área Controlada

4.1.10.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade nas culturas de oleaginosas e plantas fibrosas.
Descrição	Levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias), celebração de acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Jairo João Carbonari

4.1.10.3.1.2. Resultados

O RS cultiva anualmente cerca de 4 milhões de ha de soja, sendo o principal produtor gerador de emprego e renda para o Estado. Nos últimos anos a ferrugem asiática da soja tem se constituído o principal problema fitossanitário, a exemplo dos demais estados produtores da oleaginosa, acarretando prejuízos (perda de produção mais controle) aproximados de U\$ 2,2 bilhões, segundo estimativas da Embrapa Soja. Dado a importância deste produto para a economia do Estado, e com fulcro na IN nº 2, de 29 de janeiro de 2007, a SFA/RS constituiu o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, composto por 19 instituições públicas e privadas representativas dos setores envolvidos na cadeia produtiva da soja

Contribuir para a capacitação técnica, prevenção monitoramento e controle da ferrugem asiática da soja, por constitui-se na principal praga desta oleaginosa, que

apresenta a maior área cultivada no RS, dentre as espécies vegetais, e participa com importante parcela na geração de emprego e renda do Estado

Com fulcro na Instrução Normativa nº 2, de 29 de janeiro de 2007, a SFA/RS constituiu o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, composto por 19 instituições públicas e privadas representativas dos setores envolvidos na cadeia produtiva da soja.

O Comitê definiu em reunião pela não adoção do Vazio Sanitário (período sem o cultivo de soja) para o RS, uma vez que por questões climáticas não se cultiva esta oleaginosa no período que compreende os meses de maio a outubro.

O mesmo Comitê priorizou para 2007 a ampliação da rede de laboratórios credenciados junto ao Consórcio Antiferrugem para identificação da ferrugem asiática da soja. Para tanto foram definidas 10 instituições distribuídas nas principais regiões produtoras de soja, para primeiramente averiguar as condições mínimas existentes e a intenção em participar. Em seguida foi realizado um treinamento na Embrapa Trigo de Passo Fundo, onde técnicos destas instituições foram capacitados para identificação da doença, além de conhecimentos relativos aos aspectos de monitoramento, controle e tecnologia de aplicação.

O Comitê também priorizou a capacitação de técnicos da Extensão Rural, o qual foi viabilizado por meio de 9 treinamentos realizados nas principais regiões produtoras de soja do RS (Santa Maria, Santa Rosa, Passo Fundo, Erechim, Ijuí, Santiago, São Gabriel, Pelotas e Estrela). Nestes treinamentos foram abordados, por Pesquisadores da Embrapa Trigo de Passo Fundo, Embrapa Soja de Londrina e Embrapa de Pelotas; e por professores das Universidades de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Passo Fundo (UPF), aspectos da distribuição, identificação, monitoramento e tecnologia de aplicação. Nestes 9 eventos foram capacitados cerca de 600 técnicos que atuam diretamente da Extensão Rural, principalmente da EMATER/RS e de Cooperativas Agrícolas. Foi uma ação que teve muita receptividade e solicitação para que outras atividades semelhantes sejam realizadas nos próximos anos.

No período de 27 de fevereiro a 02 de março, o SEDESA/RS realizou um Levantamento Fitossanitário Oficial do novo Cancro da Haste da Soja *Diaporthe phaseolorum* var. *caulivora* no Estado do RS conjuntamente com a EMBRAPA/Trigo e com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA/RS (Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV), abrangendo 90 municípios das principais regiões produtoras de soja do RS, por meio de 3 equipes. Esse levantamento foi uma das providências que deveriam ser tomadas pelo Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/RS) desta Superintendência Federal de Agricultura (SFA/RS), para verificar a dispersão desta nova praga e antes da publicação de qualquer informe sobre a ocorrência de *Diaporthe phaseolorum* var. *caulivora* no Brasil. Foram coletadas 15 amostras de plantas com sintomas em 71 locais inspecionados, localizados aleatoriamente em lavouras comerciais, sendo estes registrados em GPS. As 15 amostras foram analisadas pelos centros das Embrapa Trigo de Passo Fundo e Embrapa Soja de Londrina/PR. Quatro amostras foram positivas para a presença da nova praga, evidenciando sua distribuição no Estado.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Reuniões Técnicas	10	10
Técnicos Capacitados	450	600
Levantamento Fitossanitário	0	1
Total	460	611

Fls.: ___
Rub: ___

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	6.726,32	6.033,62	6.033,62
339030	2.150,00	1.775,00	1.775,00
339033	0,00	3.875,00	3.875,00
339036	9.741,06	6.648,66	6.597,52
339039	750,00	750,00	683,10
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	19.367,38	19.082,28	19.031,14

* Valores obtidos na Programação do SEDESA/SFA/RS – Área Vegetal;

** Valores obtidos no SEOF/SFA/RS;

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Total das Metas Físicas	VA:	VA: - 11,11 R\$	VA: 151 UN	VA: 151 UN
	VR:	VR: - 26,4 %	VR: 32,8 %	VR: 132,8 %

OBS. **Economicidade:** Indicador não calculado pois em 2006, não houve descentralização de recursos diretamente no PI PCPOPLAN.

Diagnóstico atual da atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Soja - Área cultivada	ha	3.950.000
Soja – Produção	Ton.	9.390.000

4.1.11. Programa 0369- DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

4.1.11.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.
Gerente do programa	Marcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Maria Mazzarello Fonseca Boquad
Indicadores ou parâmetros utilizados	Área controlada
Público-alvo (beneficiários)	Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias.

4.1.11.2. Principais Ações do Programa

OLERÍCOLAS:

Preparar o horticultor para o mercado moderno por meio de organização dos produtores em comitês, consórcios, associações e cooperativas com a finalidade de proporcionar ao seguimento da produção informações da pesquisa, da defesa agropecuária, do mercado, de classificação, empacotadora.

PLANTAS MEDICINAIS:

Embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, grande setor da população dos países em desenvolvimento depende dos profissionais tradicionais, das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária (Zhang, 2000). Além do mais, durante as últimas décadas, o interesse do público nas terapias naturais tem aumentado enormemente nos países industrializados e acha-se em expansão o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos (OMS, 2000). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, 80% da população dos países em desenvolvimento utiliza-se das práticas tradicionais na atenção primária e, desse total, 85% usa plantas medicinais ou preparação destas.

O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US\$ 19,6 bilhões e a previsão que somente a Europa registre volume de vendas de US\$7,5 bilhões. A Alemanha lidera o uso de fitoterápicos, com vendas de US\$2,7 bilhões, sendo o valor gasto por habitante/ano é de US\$84,00 (Phitopharm Consulting Berlin), significando que 40% de todos os remédios prescritos por médicos são fitoterápicos.

No Brasil as estatísticas sinalizam que os laboratórios privados produzirão mais produtos, com aumento de 20% ao ano. Uma vez que, enquanto os medicamentos éticos em geral, incluindo drogas sintéticas, cresceram 4% em 1999 para 2000, totalizando US\$6,2 bilhões, os fitomedicamentos cresceram 15%, metade do valor do mercado

de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos naturais, mas sem respaldo científico.

Atualmente, segundo a auditora internacional IMS, comercializam-se no Brasil US\$260 milhões em fitomedicamentos, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos ditos naturais, mas sem respaldo científico.

Dois fatores relevantes animam o mercado de fitoterápicos: A Federal Drugs Administration, dos Estados Unidos, finaliza estudos para regulamentação de fitoterápicos, o que ajudaria a incrementar o mercado mundial; Além da lei das patentes, a resolução 17 de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária contribui com as pesquisas de novos fitomedicamentos no Brasil.

Observa-se que, diante do cenário do mercado mundial de plantas medicinais que sinaliza possibilidades reais de se ampliar, a participação brasileira nesse negócio ainda é muito singela diante das condições privilegiadas que o país possui em termos de biodiversidade e de variações edafoclimáticas que favorecem o cultivo das mais variadas espécies de plantas medicinais. As oportunidades desse negócio são amplas e as chances de geração de renda e de emprego são reais, haja vista que essa atividade tem grande identidade com o modo de produção da agricultura familiar, pois, exige pequena área, possui elevada rentabilidade econômica, precisa de muita mão-de-obra, seu cultivo é basicamente com orgânicos. Hoje esse cultivo vem sendo desenvolvido basicamente por agricultores familiares. Mesmo com a oportunidade de se adentrar no mercado mundial, esse setor encontra-se bastante desorganizado, carece de informações sistematizadas sobre sistemas de produção, beneficiamento e comercialização. A articulação e troca de experiência entre equipe de pesquisadores e de profissionais das ciências agrárias, principalmente extensionistas rurais sobre o cultivo de plantas medicinais, continuam incipientes. Seu cultivo ainda é muito empírico, disperso, isolado em termos de informação. Faltam pessoas capacitadas nessa área para difundir conhecimentos tecnológicos aos produtores e orienta-los na condução dessa atividade. Praticamente inexiste material instrucional publicado sobre esse assunto, de cunho prático ao alcance dos produtores familiares.

ESPECIARIAS:

Especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, gerador de emprego e renda, que se encontra a margem das prioridades do MAPA a despeito do Brasil ser membro da Comunidade Internacional de Pimenta do Reino (CIP). Há necessidade de realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias com prioridade para pimenta do reino, para que este Ministério se posicione no futuro com um programa de desenvolvimento para o setor. Simultaneamente, por serem produtos alimentares da pauta de exportação suscetíveis à contaminação é recomendável de imediato.

4.1.11.3. Gestão das ações

4.1.11.3.1. Ação 4806 – Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura

Plano Interno: PCPHORT

Indicador: Área controlada

4.1.11.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade na horticultura.
Descrição	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias), celebração de acordos internacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	Jairo João Carbonari

4.1.11.3.1.2. Resultados

A implementação de um Sistema de Mitigação de Risco para a Mosca-das-Frutas *Anastrepha grandis*, é exigência da Instrução Normativa nº 16, de 05 de março de 2006, resultado dos acordos fitossanitários realizados com Argentina e Uruguai. Portanto, seu cumprimento é uma pré-condição para que produtores do RS possam exportar cucurbitáceas para estes Países

Viabilizar a implementação de um Sistema de Mitigação de Risco para a Mosca-das-Frutas *Anastrepha grandis*, visando a exportação de cucurbitáceas para a Argentina e Uruguai; com isso ampliar as alternativas de comércio destes produtos, incorporando além de divisas para o País, renda e emprego para os produtores rurais e municípios envolvidos

Desde o primeiro contato realizado pelo SEBRAE/RS e EMATER/RS dos escritórios de Bagé/RS, sobre a implementação de um Sistema de Mitigação de Risco – SMR para a Mosca-das-Frutas *Anastrepha grandis*, com intuito de viabilizar a exportação de

Fls.: ___
Rub: ___

cucurbitáceas (melão, melancia e abóbora) para a Argentina e Uruguai, o SEDESA/RS tem se empenhado ao máximo na efetivação deste sistema.

Primeiramente foi realizada uma reunião técnica com a presença de representantes do MAPA/DSV, SEDESA/RS, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA/RS (Órgão Executor da Defesa Sanitária Vegetal no RS – OEDSV/RS), EMBRAPA Clima Temperado de Pelotas/RS, EMATER/RS, SEBRAE/RS, produtores rurais e técnicos da região, onde foram apresentados e debatidos, de forma minuciosa todos os aspectos envolvidos para a implementação do SMR. Na oportunidade também foi realizada uma visita técnica ao laboratório de Entomologia e Fitopatologia da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEEM/UFPEL) de Pelotas, laboratório este credenciado pelo MAPA e que poderá auxiliar na identificação da praga objeto do SMR.

O SEDESA/RS em conjunto com o OEDSV/RS, realizou um curso de Certificação Fitossanitária de Origem para *Anastrepha grandis* em cucurbitáceas, visando a capacitação e credenciamento de Engenheiros Agrônomos que atuarão no SMR. Neste curso a exemplo dos demais cursos de certificação, foram abordados, pelo SEDESA/RS e SEAPA/RS, aspectos da legislação fitossanitária pertinente; aspectos da bioecologia, monitoramento e controle da praga objeto do curso, pela Embrapa Clima Temperado. O SEDESA/RS também viabilizou neste curso a participação de uma profissional do SEDESA/GO, com grande experiência em SMR de *Anastrepha grandis*, já que Goiás há alguns anos implementou este sistema, e está efetivamente exportando cucurbitáceas (melancia e abóbora) para a Argentina e Uruguai.

Uma vez implantado o SMR haverá certamente uma grande demanda de ações do SEDESA/RS, já que outros municípios da região já demonstraram interesse em também implantar este mesmo sistema. É necessário ressaltar também o grande envolvimento que o OEDSV/RS deverá ter na implementação, manutenção e fiscalização do SMR.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Curso Realizado	1	1
Reunião Técnica	1	2
Total	2	3

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO*	LIBERADO**	EXECUTADO**
339014	1.391,58	1343,08	1.343,08
339030	500,00	420,00	420,00
339033	2.500,00	2060,00	2.060,00
339036	927,00	515,40	515,40
339039	0,00	0,00	0,00
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.318,58	4.338,48	4.338,48

* Valores obtidos na Programação do SEDESA/SFA/RS – Área Vegetal;

** Valores obtidos no SEOF/SFA/RS.

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Total das Metas Físicas	VA:	VA: - 1.213,29 R\$	VA: 1 UN	VA: 1 UN
	VR:	VR: - 45,63 %	VR: 50 %	VR: 150 %

OBS. O indicador de Economicidade não foi calculado, pois em 2006 não foram descentralizados recursos financeiros diretamente neste PI.

Diagnóstico atual das atividades no Estado

No PI PCPHORT em 2007, as ações concentraram-se na tentativa de implementação de um Sistema de Mitigação de Risco – SMR para a Mosca-das-Frutas *Anastrepha grandis*, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 16, de 05 de março de 2006, como exigência para exportação de cucurbitáceas (melão, melancia e abóbora) para a Argentina e Uruguai.

O RS cultiva anualmente uma área aproximada de 22 mil ha de melancia, 2,5 mil ha de melão e 1 mil ha de abóbora. Um grupo de produtores localizados nos municípios de Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Candiota, com tradição na produção de melão, melancia e abóbora, com apoio do SEBRAE/RS e EMATER/RS, mostraram interesse em exportar estes produtos, já que Estados como Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará, possuem reconhecimento de áreas livres ou com SMR, e há anos viabilizaram a exportação para Países com estas exigências fitossanitárias. O RS, apesar da proximidade dos Países importadores e tradição na produção de cucurbitáceas, atualmente, serve apenas de corredor de exportação para estes outros Estados, que apesar da grande distância viabilizaram economicamente o comércio destes produtos.

4.1.12. Programa 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

4.1.12.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Álvaro Antônio Nunes Viana
Indicadores ou parâmetros utilizados	Fiscalização realizada.
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

4.1.12.2. Principais Ações do Programa

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

4.1.12.3. Gestão das ações

4.1.12.3.1. Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Plano Interno: FISAGROTOX

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de agrotóxicos efetivos no controle de pragas e doenças das plantas e que apresentem baixo impacto ambiental e baixos níveis de resíduos nos alimentos, mantendo-os adequados ao consumo humano.
Descrição	Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins na produção, comercialização, importação, exportação e utilização; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agronômica dos produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SDA / SEFAG / SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Responsável pela execução da ação no nível local	Luciana Guerra de Gusmão

4.1.12.3.1.2. Resultados

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas é um importante fator na produtividade e exportação da produção agrícola brasileira. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

A indústria mundial de agrotóxicos apresenta um faturamento global de cerca de US\$ 26,0 bilhões/ano. Em 2006, as indústrias de defensivos que atuam no Brasil encerraram o ano com um faturamento conjunto de US\$ 3,9 bilhões.

Destaca-se como principal objetivo desta Ação: salvaguardar a produção agropecuária, o meio ambiente e a segurança alimentar da população pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos agrotóxicos colocados à disposição dos produtores rurais e daqueles utilizados nos tratamentos quarentenários e fitossanitários realizados no trânsito internacional de vegetais e suas partes.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	87	27
PRODUTOS FISCALIZADOS	55	2
ESTABELECIMENTOS RECREDENCIAIS	32	25
ANUÊNCIAS DE IMPORTAÇÃO CONCEDIDAS	-	296
TREINAMENTO REALIZADO	0	4

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO ¹	LIBERADO ¹	EXECUTADO ¹
33.90.14	12.163,44	10.541,61	8.682,84
33.90.30	5.600,00	3.940,00	3.940,00
33.90.33	1.400,00	6.740,00	6.740,00
33.90.36	-	-	-
33.30.39	-	200,00	200,00
33.91.39	9.000,00	9.000,00	4.500,00
TOTAL	28.163,44	30.421,61	24.062,84

¹ DADOS DA SFA/RS

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VA = -20.092,67 VR = - 45,12	VA = 460,53 VR = 140,5%	VA = - 56 VR = - 64,37 %	VA = - 157 VR = 35,63%

Fls.: ___
Rub: ___

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

especificação	unidade	total
estabelecimentos de produção, importação e exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins no estado do rs.	estabelecimentos	15
produção de agrotóxicos, seus componentes e afins no estado do rs (1º semestre de 2007).	toneladas	4.045,87
autorizações para importação de agrotóxicos, seus componentes e afins realizadas pelo sefag/rs.	autorizações	296
importações de agrotóxicos, seus componentes e afins realizadas no estado do rs.	toneladas/ litros	16.364,899 t 9.069. 790,00 I
estabelecimentos credenciados para realizar tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes no estado do rs.	estabelecimentos	31
entidades credenciadas para realização de laudos de eficácia e praticabilidade agronômica de agrotóxicos e afins no estado do rs	estabelecimentos	4

4.1.12.3.2. Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Plano Interno: FISPROVET1

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.2.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEDESA/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Flordivina mikani
Responsável pela execução da ação no nível local	Adroaldo Schulz Machado

4.1.12.3.2.2. Resultados

O produto veterinário é um instrumento de trabalho a serviço da saúde humana e animal, tanto na clínica veterinária, para benefício da saúde animal, quanto nas medidas de profilaxia sanitária e de combate às zoonoses, no âmbito da garantia da saúde pública, sobretudo, a sua importância no contexto da segurança alimentar. Portanto, o controle da origem dos produtos de uso veterinário torna-se fundamental, já que influencia diretamente na produtividade, qualidade e segurança, maximizando a competitividade do agro-negócio brasileiro. Para a manutenção destes padrões de eficácia e segurança, desde o registro de novos produtos de uso veterinário até a sua fabricação e comercialização final, são efetivadas fiscalizações contínuas e enérgicas por parte do poder público.

Garantir a qualidade, eficácia e segurança dos produtos de uso veterinário comercializados. Aprovar tecnicamente os novos produtos (biológicos, farmacêuticos e/ou farmoquímicos) e garantir que a indústria preze pela qualidade de sua produção. Verificar o que está sendo comercializado no Rio Grande do Sul, tendo em vista que o MAPA é o responsável pela fiscalização de todo o comércio de produtos veterinários do Estado. Desta forma, atuar de forma a permitir a comercialização somente de produtos veterinários devidamente registrados, bem como garantir as condições de conservação e acondicionamento destes produtos, dando especial atenção ao acondicionamento de produtos biológicos. Através das ações citadas, contribui-se para garantir o nível de sanidade do rebanho nacional e, assim, aumentar a competitividade do agro-negócio brasileiro.

Em 2007 o setor de fiscalização de produtos de uso veterinário, do Estado do Rio Grande do Sul, recebeu o aporte de recursos de que necessitava para a realização das fiscalizações programadas. Além disso, recebeu mais dois novos fiscais federais agropecuários, o que contribui para a implementação de fiscalizações mais eficientes e abrangentes dentro do Estado.

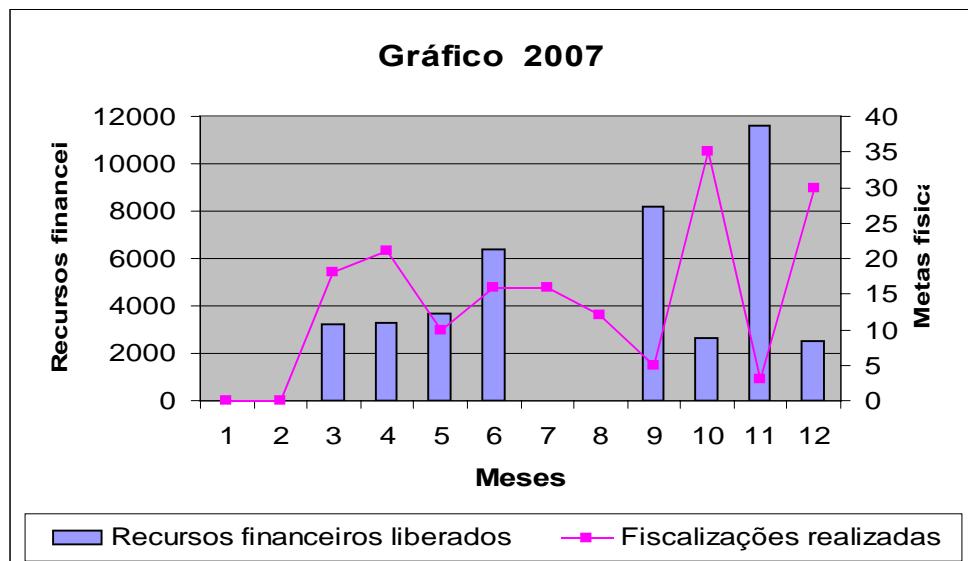
Importante salientar que as programações atenderam plenamente as necessidades do Setor, que inclusive, esteve mais atuante em Farmácias de manipulação veterinárias e Laboratórios de controle de qualidade, além de poder ampliar o controle sobre as indústrias e casas comerciais do Estado.

As fiscalizações só não foram mais abrangentes, em função da greve dos fiscais federais agropecuários ocorrida em 2007 e também, devido à participação dos novos fiscais em treinamentos técnicos com fins de aprimoramento.

Enfatizamos que a realização dos cursos técnicos a respeito de assuntos relevantes para o setor de produtos veterinários foi de extrema importância para a atuação fiscais federais agropecuários.

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos para 2008 dentro do programado, esperamos cumprir as metas em sua totalidade e realizar as fiscalizações da maneira mais eficiente possível.

Gráfico de recursos financeiros liberados/metas físicas mensalmente, visando dar maior visualização ao relatório.



Fls.: ___
Rub: ___

Nos meses de janeiro e fevereiro/07, não houve verba liberada para o FISPROVET, em razão disso, somada ao período de férias do Fiscal Federal Adroaldo Schulz, não houve fiscalizações no setor de produtos veterinários.

Importante salientar que durante os meses de julho, agosto e setembro/07, houve uma redução no número de fiscalizações em função da greve dos fiscais federais agropecuários. Além disso, em setembro ocorreu um treinamento técnico em São Paulo para os novos fiscais, o que contribuiu para reduzir mais ainda as fiscalizações.

Em outubro/07, se pode perceber um aumento significativo no número de fiscalizações em função da colaboração dos novos fiscais agropecuários no setor de produtos veterinários e também, pela disponibilidade de recurso para o FISPROVET.

Em novembro/07, os fiscais participaram de Força-tarefa da CPV, visando à redução de passivo de processo de registro de produtos de uso veterinário em Brasília. Houve ainda a participação no VI Seminário de resíduos de Medicamentos Veterinários e Contaminantes em suínos, e também na II Reunião Nacional do DFIP. Desta forma, mediante a participação nos cursos citados, se pode perceber uma queda significativa nas fiscalizações do mês.

Em dezembro/07, houve muitas solicitações de registro inicial e renovações de licenças de estabelecimentos fabricantes. Sendo assim, este fato contribuiu para o acréscimo das fiscalizações neste período.

Metas Físicas

especificação	programado	realizado
estab. fabricante fiscalizado	15	15
estab. comercial fiscalizado	128	137
auditorias *	15	14
treinamentos	--	5
autorização prévia de importação	--	331
autorização de transporte de vacinas **	--	55
autos de infração	--	18
autorização de partida-piloto	--	9
licença inicial de produto veterinário	--	6

* Estab. Fabricante, Farmácia de manipulação veterinária e Laboratório de controle de qualidade.

** Febre Aftosa e Raiva.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	24.663,00	18.237,00	18.237,00
339030	8.222,00	9.865,00	9.865,00
339033	20.155,00	10.200,00	10.200,00
339036	0,00	500,00	448,23
339039	0,00	1.800,00	1.800,00
449052	0,00	8.641,00	8.641,00
TOTAL	53.040,00	49.243,00	49.191,23

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Realizada	VR= 251,31%	VR= - 32,79%	VR= 5,06%	VR= 33,46%
Fiscalização Realizada	VA= R\$ 26.790,23	VA = R\$ -110,09	VA= 8	VA = -330

ECONOMICIDADE

VA: VARIAÇÃO ABSOLUTA: CR 2007 – CR 2006

VR: VARIAÇÃO RELATIVA: (CR 2007/ CR 2006) X 100 – 100

CR: CUSTO REALIZADO

VA = 37450,23 - 10660= R\$ 26.790,23

VR= (37450,23/10660) X 100 – 100 = 251,31%

EFICIÊNCIA

CU: CUSTO UNITÁRIO

R: REALIZADO

P: PROGRAMADO

Q: QUANTIDADE

CUR= CR/QR = (37450,23/166) = R\$ 225,60

CUP= CP/QP = (53040/158) = R\$ 335,69

VA 2007= CUR 2007 – CUP 2007 = 225,60- 335,69 = R\$- 110,09

VR = (CUR/CUP) X 100 – 100 = (225,60/335,69) X 100 – 100 = - 32,79%

EFICÁCIA

VA 2007 = QR 2007 – QP 2007 = 166 – 158 = 8

VR= (QR/QP)X100 = (166/158)X100 – 100 = 5,06%

EFETIVIDADE

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO

VA: 2007 = QR 2007 – QT 2007 = 166 – 496 = - 330

VR: (QR/QT)x 100 = (166/496)x 100 = 33,46 %

Comentários sobre os resultados dos indicadores:

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Realizada	VR= 251,31%	VR= - 32,79%	VR= 5,06%	VR= 33,46%
Fiscalização Realizada	VA= R\$ 26.790	VA = R\$ -110,09	VA= 8	VA = -330

Economicidade: o aporte de recursos foi maior em relação a 2006, sendo compatível com o aumento no número de ações executadas.

Eficiência: demonstra que o custo programado para atendimento das metas foi minimizado em função do aumento no número de fiscalizações.

Eficácia: houve um maior número de fiscalizações de realizadas em comparação com as fiscalizações programadas, maximizando a eficácia.

Efetividade: os resultados estão dentro do esperado. O preconizado pela Coordenação de Produtos Veterinários é que sejam realizadas fiscalizações a cada ano no mínimo quando da

Fls.: ____
Rub: ____

renovação de licença, principalmente de estabelecimentos fabricantes e laboratórios de controle de qualidade. Conforme os resultados, pode-se concluir que foram fiscalizados ao longo de 2007 todos os estabelecimentos industriais, farmácias de manipulação veterinárias e laboratórios de controle de qualidade registrados, além de um número significativo de estabelecimentos comerciais.

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
ESTAB. FABRICANTE FISCALIZADO	ESTABELECIMENTOS	15
ESTAB. IMPORTADOR FISCALIZADO	ESTABELECIMENTOS	18
ESTAB. COMERCIAL FISCALIZADO	ESTABELECIMENTOS	456
FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO VETERINÁRIA	ESTABELECIMENTOS	04
LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE	ESTABELECIMENTOS	03
PRODUTOS VETERINÁRIOS REGISTRADOS	PRODUTOS	434

4.1.12.3.3. Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Plano Interno: FISCAGRIC1

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.3.1 Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo – SDC
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo – SDC / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEFAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Maria auxiliadora de Souza
Responsável pela execução da ação no nível local	Ricardo Dourado Furtado

4.1.12.3.3.2 Resultados

No ano de 2007, o setor SEFAG/Aviação Agrícola concentrou seus esforços na fiscalização dos relatórios mensais de atividades (sede na SFA) e nas fiscalizações (de campo e sede das empresas) dos Planejamentos/Relatórios de aplicações, onde conseguimos, com um aumento de esforço de fiscalização visitar 90 % das empresas registradas no MAPA. Resultados destes esforços mostraram-se com a registro de 4 novas empresas prestadoras de serviço aeroagrícola no estado, e somente 1(uma) ter solicitado ou perdido seu registro. Os frutos destas fiscalizações só não foram maiores devido o deslocamento de recursos (diárias e transporte) para o atendimento das solicitações de outras entidades, principalmente do Ministério Público, da EMATER e da participação em reuniões junto a órgãos do Meio Ambiente (estadual e federal) e de avaliação e fiscalização a campo para avaliar danos ambientais frutos de deriva provocada por aviões.

Quanto aos Cursos para Pilotos Agrícolas, foram 4 turmas realizadas na Escola de Aviação Santos Dumont (Cachoeira do Sul), sendo formados 28 pilotos agrícolas; Cursos de Executores em Aviação Agrícola , 1 turmas no CAVG /UFPel - com 30 alunos. Ainda 1 turma de Coordenadores em Aviação Agrícola, com 25 alunos de 5 estados brasileiros, ministrada em convênio MAPA-CBB Treinamento de Sorocaba(SP), devemos ainda chamar atenção pois foi a primeira turma de CCAA realizada após 8 anos.

Destaca-se como objetivo geral desta Ação: fiscalização das empresas operadoras de aviação agrícola e das escolas que formam pessoal especializado (Pilotos, Engenheiros Agrônomos – Coordenadores e Técnicos Agrícolas - Executores em Aviação Agrícola). Sendo os objetivos específicos: a) a fiscalização das diversas atividades que um avião agrícola tem capacidade de realizar, principalmente pulverização de agrotóxicos, semeadura, adubação e atualmente combate a incêndios em campos e florestas; b) a fiscalização das consequências da aplicação, inclusive possíveis danos ao meio ambiente ou a terceiros resultantes da deriva de agrotóxicos; c) fomentar a atividade aeroagrícola, no que tange a disseminação de novas tecnologias.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Fiscalização de Sede	58	75
Fiscalização de Aplicação de Produtos	6	10
Fiscalização de Escolas de Aviação Agrícola	2	4
Fiscalização de Cursos de Coordenadores em Av. Agrícola	0	1
Fiscalização de Cursos para Executores e em Av. Agrícola	1	1
Total de esforço de Fiscalização	67	91
Reuniões com outras entidades e Ministério Público	10	12
Total esforço trabalho	77	103

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	26.903,88	15.850,00	15.245,37
339030	9.100,00	7.200,00	7.188,00
339033	1.600,00	8.400,00	8.400,00
339036	3.200,00	3.000,00	3.000,00
339039	0,00	0,00	0,00

Fls.: ___
Rub: ___

TOTAL	40.803,88	34.550,00	33.833,37
-------	-----------	-----------	-----------

Indicadores

A) Indicadores Quantitativos:

ATRIBUTO	INDICADOR	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
PRODUTO	ECONOMICIDADE			
Número de Fiscalizações Realizadas (987)	Custo de fiscalização de 2006 em relação ao ano anterior.	Custo Unitário da Fiscalização em relação à estimativa inicial	Número de Fiscalizações Realizadas como um percentual do número de fiscalizações programado	Percentual de Fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos e produtos registrados no RS
Unidade de medida	R\$	R\$	Percentual	Percentual
Fonte	DFA	DFA	DFA	DFA
Fórmula de cálculo	<p>Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007:</p> $\text{CR 2007} - \text{CR 2006} = \\ R\$ 24.134,00 - 20.320,00 \\ = R\$ 3.813,00$ <p>Variação percentual do custo realizado de 2005 para 2006:</p> $[(\text{CR 2007} : \text{CR 2006}) - 1] \cdot 100$ $[(R\$ 24.134,00 : R\$ 20.320,0) - 1] \cdot 100 = 18,76\%$	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007:</p> $\text{CUR} = (\text{CR} : \text{NFR 2007})$ $\text{CUR} = (R\$ 24.134,00 : 991) = R\$ 265,20$ <p>Variação percentual entre Custo Unitário realizado e programado em 2007:</p> $[(\text{CUR2007} : \text{CUP 2007}) - 1]$ $[(R\$ 265,20 : 609,00) - 1] \cdot 100 = - 56,5 \%$	<p>Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2007:</p> $(\text{NFR2007} : \text{NFP 2007}) \cdot 100$ $(91 : 67) \cdot 100 = 135,82 \%$	<p>Relação percentual entre o Número de Fiscalizações Realizadas e o Número Total de Estabelecimentos e Produtos (NFR 2007: NTEP). 100</p> $(91 : 103) \cdot 100 = 88,0\%$
CR = custo realizado	CP= Custo Programado	NFR= Número de Fiscalizações Realizadas	NFP=Número de Fiscalizações Programadas	NTPE= Número Total de Produtos e Empresas

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDAD E	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDAD E
Fiscalização Realizada	VA: 3.813,00 (R\$)	VA: 265,20 (R\$)	VA: 91 (UN)	VA: 103 (UN)
	VR: 18,76 %	VR: -56,45 %	VR: 135,82 %	VR: 88,00 %

VA: Valor absoluto

VR: Valor relativo

O índice de Economicidade (VR=18,76%) mostrou-se compatível, refletindo diretamente o aumento das atividades deste PI. O VA=(R\$) 3.813,00 refletiu o aumento dos gastos em relação ao ano anterior, já que houve treinamento para FFA para cursos de Coordenação em Aviação Agrícola. Com relação a viagens para fora do estado, foram 1 à Brasília para participar das alterações do no Manual de Aviação Agrícola. Houve um aumento das atividades no 2º semestre/2007, o aumento da quantidade de serviço demandado é reflexo do período dos cursos de aviação agrícola (Piloto, Executor e Coordenador) e da própria atividade-fim desta fiscalização, fiscalizar a aplicação durante a safra, que ocorre basicamente neste período. Houve também a participação no Curso de Combate a Incêndios Florestais para Fiscais Federais Agropecuários, realizado em parceria com a UNESP/Botucatu.

O índice de Eficiência mostrou uma relação negativa, principalmente porque houve uma melhor alocação dos recursos e maximização nas ações, demonstrando o esforço do setor para fiscalizar todas as empresas localizadas no estado, apesar de não ter sido programado, o peso do VA= 265,20 está baixo; quanto ao VR=-56,45%, ficou visível esta diferença entre o programado e o realizado.

O índice de Eficácia mostrou-se positivo, VA=91 UN e VR=135,82%, portanto, valor positivo é desejável, pois neste indicador, quanto maior é este valor acima de zero, melhor será. Observando o VR , que reflete exatamente o que já foi comentado no índice de eficiência, onde ocorreu um aumento da produtividade na fiscalização.

O índice de Efetividade mostrou-se muito bom, pois o VR=88,00%, onde o valor desejável é acima de O(zero)% assim, afirma-se que este PI mostrou-se efetivo sobre suas ações. O VA=103UN representa que ocorreu uma variação positiva nas atividades realizadas.

O PI Fiscagric1 apresentou uma melhora geral em relação aos gastos decorrentes quando comparados aos realizados no ano de 2006, apresentando um avanço consistente e uma melhoria na qualidade da fiscalização.

Desafios a superar:

Promover o ingresso de pelo menos mais 1 FFA com CCAA, para poderem atuar diretamente na fiscalização da aviação agrícola, na sede ou em uma UTRA.

Promover o ingresso de pelo menos um estagiário diretamente ligado à Aviação Agrícola, para desafogar o volume de trabalho, principalmente da colega Celiâna e para poder ajudar na produção de produtos e no gerenciamento de informações.

A necessidade também de equipamentos, que hoje são bastante acessíveis como um software SIG(sistemas de informações geográficas) , máquina fotográfica digital, binóculo, bússula, mapas , cartas, pás, facões, etc

Está no Rio Grande do Sul a maior frota de aviões agrícolas do Brasil, contamos com 284 aeronaves distribuídas em 86 empresas operadoras, realizando atividades de extrema importância para o agronegócio brasileiro, influenciando diretamente na produtividade agrícola, são serviços como: pulverização de agroquímicos, semeadura, adubação, combate a incêndios florestais, etc., em uma área trabalhada de aproximadamente 4,0 milhões de hectares. Na safra 2006/2007 houve um aumento de área trabalhada, em relação ao ano anterior, pois com a entrada da ferrugem asiática, praga da soja, cujo para seu controle, o avião agrícola é um equipamento extremamente importante, também devemos considerar que o clima correu bastantes favorável, originando uma safra muito grande, que demandou bastantes horas/avião.

A fiscalização realizada pelo SEFAG/Aviação Agrícola vai desde o registro da empresa como operadora aeroagrícola, passando pela inspeção da documentação na sede administrativa até a fiscalização de campo com o aferimento das condições atmosféricas, tecnologia de aplicação, planejamento operacional e o relatório de aplicação do trabalho realizado e receituário agronômico. Este ano a fiscalização buscou atender a questão de deriva de agrotóxicos, que com o aumento da fragmentação de lavouras, com a diversificação de cultivos e o crescimento dos plantios orgânicos apresentou um aumento dos conflitos de interesses.

No ano de 2007, nossas fiscalizações foram executadas dentro da disponibilidade de Fiscais com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola que, no momento, estavam disponíveis para viagem de fiscalização, pois o universo das empresas abrange todo o estado do Rio Grande do Sul, havendo empresas desde Vacaria(Norte), Santa Vitória do Palmar(Sul), Capivari(Leste) e Uruguaiana(Oeste). Os fiscais que atuaram diretamente na fiscalização de campo foram : FFA Engº Agrº Ricardo D. Furtado, FFA Engº Agrº Osni Tadeu P. Lopes, FFA Engº Agrº Elói Jorge de Quadros, FFA Engº Agrº Givonaldo A. da Silva e o FFA Engº Agrº Edson Nadir Bergamo, a fiscalização cartorial na sede SFA contou com a atuação dos FFA Engº Agrº Ricardo D. Furtado e do FFA Engº Agrº Trajano Wilson M. Borges e FFA Engº Agrº José Luiz Mendes de Oliveira

Há falta de fiscais com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola (CCAA) pois muitos estão lotados em UVAGROs e sua presença nestas unidades os impedem de prestar serviços à fiscalização aeroagrícola. Há falta de equipamentos e softwares especializados, principalmente: software de sistemas de informações geográficas, máquina fotográfica digital, binóculos, pá, facão, cordas, correntes, etc. O setor ainda carece de um estagiário mais específico, pois há muito serviço a serem realizados e produtos a serem desenvolvidos.

4.1.12.3.4. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Plano Interno: FISFECOI

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.4.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEFAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco Motta Bicca

4.1.12.3.4.2 Resultados

O setor industrial e comercial destes insumos possui 52 estabelecimentos produtores de fertilizantes, corretivos ou inoculantes e aproximadamente 180 estabelecimentos comerciais.

A maior concentração de estabelecimentos industriais de fertilizantes minerais situa-se em Rio Grande e Região metropolitana de Porto Alegre – RS. Em Rio Grande concentra-se a maior quantidade de estabelecimentos produtores de fertilizantes minerais complexos e fertilizantes e de matéria prima para a fabricação de fertilizantes mistos. O município conta com um parque capaz de fabricar até 50% da necessidade de fertilizantes do estado. O segundo maior pólo de produção de fertilizantes, é a região de Porto Alegre e Canoas, contando com um grande parque industrial destinado a fabricação de fertilizantes denominados misturas de grânulos (mistura física de fertilizantes granulados importados ou produzidos no país).

Quase a totalidade da matéria prima utilizada na fabricação dos fertilizantes minerais é importada. A importação tem como principais pontos de ingresso os portos de Rio Grande e Porto Alegre – RS.

Os estabelecimentos produtores de corretivos agrícolas estão concentrados nas regiões da Depressão Central e sudoeste do Estado, Municípios de Rio Pardo, Pantano Grande, Caçapava do Sul, Bagé e Pinheiro Machado (RS) de acordo com a localização das jazidas de rocha calcária.

A produção de fertilizante mineral fluído situa-se em municípios localizados nas regiões central e norte/ nordeste do RS : Santa Maria, Canoas, Taquari, Caxias do Sul, Vacaria, Ijuí, Santa Bárbara do Sul e Cruz Alta.

A produção de inoculantes é realizada, atualmente, em apenas duas fábricas localizadas em Santa Maria e Cruz Alta, sendo o consumo estadual majoritariamente atendido por inoculantes importados de outros estados e dos países do MERCOSUL, em especial, Uruguai e Argentina.

A inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes, atividade obrigatória, é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto na Lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004.

O SEFAG é o segmento da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, responsável pela coordenação e execução desta atividade em nível regional, tendo como atribuições:

- programar, controlar, orientar e realizar a inspeção e a fiscalização de estabelecimentos produtores e comerciantes de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;
- orientar, controlar e avaliar a aplicação da legislação e normas complementares relativas a:
 - a) produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;
 - b) registro de estabelecimentos e produtos; e

c) aferição de padrões de identidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;

- instruir processos administrativos de fiscalização para o julgamento em 1^a Instância;
- definir e/ou encaminhar procedimentos sobre suspensão, cancelamento de registro e interdição temporária ou definitiva de estabelecimentos;
- analisar os pedidos de registro de produto novo sem antecedente de uso no País, remetendo-os à instância superior;
- organizar e divulgar dados estatísticos e materiais científicos sobre consumo, produção e importação de fertilizantes, corretivos e inoculantes, assim como sobre as ações da fiscalização e seus resultados;
- identificar a necessidade de capacitação e promover treinamento para os Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; e
- realizar auditorias técnico-fiscal e operacional nas unidades descentralizadas da DFA/RS e executoras da fiscalização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes.

No PPA 2004-2007, foi contemplada, dentro do **Programa Qualidade dos insumos e Serviços Agrícolas**, a Ação **Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e biofertilizantes**.

Os fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes constituem insumos básicos que, empregados de forma correta, proporcionam aumentos significativos na produção agrícola. A fiscalização sobre a produção torna-se extremamente necessária, de forma a inibir a existência, no mercado, de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometam a produtividade das culturas e a renda dos agricultores e, inclusive, acarretem o desestímulo dos estabelecimentos regulares quanto à conformidade de seus produtos, em virtude da concorrência desleal.

Destacam-se como objetivos desta Ação:

1 – Geral:

Garantir níveis adequados de conformidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

2 - Específicos:

Assegurar que as metas de fiscalização sejam cumpridas através de ações organizadas para o atingir o objetivo geral proposto.

EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO: A execução das ações de fiscalização é feita pela SFA, por meio dos Fiscais Federais Agropecuários lotados nos Serviços de Fiscalização Agropecuária e nas Unidades Regionais.

A fiscalização é concentrada em regiões e épocas do ano de maior volume de produção e consumo. O Atendimento prioritário é dado à apuração de denúncias sobre produtos não conformes, assim como tem prioridade a identificação da produção, importação e comercialização de produtos marginais e fraudados, adotando-se as medidas fiscais cabíveis a estas situações.

Durante a ação fiscal são verificadas as condições de armazenamento das matérias-primas e produtos acabados, o funcionamento adequado dos equipamentos de produção, o controle de qualidade adotado pelas empresas, além da conformidade dos rótulos, embalagens, emissão de documentos fiscais e material de propaganda e divulgação.

Consiste ainda, em importante meio de fiscalização, a coleta de amostras para realização de análises fiscais, visando verificação da conformidade da qualidade dos insumos.

As amostras são colhidas prioritariamente de lotes maiores, evitando assim amostrar lotes com pequenas quantidades de produto, excetuados os casos de apuração de denúncias ou de indícios de irregularidade. No ano 2007 a média de tamanho dos lotes amostrados foi de 100 toneladas para os fertilizantes minerais mistos (incremento de 31,50 % no tamanho de amostra em relação a 2.006).

As amostras colhidas pela fiscalização são analisadas por laboratório oficial, ligado à Coordenação de laboratório Vegetal – CLAV/DDIV/DAS e localizado em Porto Alegre – RS. Existem outros dois laboratórios credenciados pelo MAPA para realização de análises fiscais: Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO/RS, este último destinado exclusivamente a análise de inoculantes.

Visando melhor eficiência da ação fiscal, o SEFAG promove ações fiscais concentradas (blitz) nos principais pólos industriais de produção de fertilizantes.

Para o alcance das diretrizes relacionadas acima, foram coletadas 829 amostras de produtos e realizadas 1.043 fiscalizações (somatório da fiscalização realizada em estabelecimentos e em produtos).

(*) A condução dos processos administrativos de fiscalização, gerados por autuações, são de responsabilidade da SFA até a fase de julgamento em 1^a instância. Quando impetrado recurso administrativo, o processo passa a tramitar na sede do MAPA, para as fases de instrução e julgamento em 2^a instância.

CONCESSÃO DE REGISTRO: A análise dos requerimentos e concessão de registros de estabelecimentos e produtos são efetuados pelos SFFV.

No ano de 2007, em função do disposto no Decreto 4.954, de 2004, continuou-se a revalidação e o recadastramento de todos os registros de estabelecimentos e produtos, demandando consideravelmente os recursos humanos disponíveis.

LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO: Conforme dispõe a Instrução Normativa nº 67, de 2002 e a Instrução Normativa SARC nº 14, de 2003, a importação de fertilizantes e suas matérias-primas depende de autorização prévia ao embarque da mercadoria e de deferimento na sua chegada. A autorização dos licenciamentos de importação (LI) é feita pelo SEFAG, sendo efetuadas 1.450 autorizações via sistema SISCOMEX (incremento de 45% em relação ao ano anterior).

(*) Abrange a 1^a Instância (processo administrativo, defesa, relato, julgamento, notificação) e início de 2^a Instância (parecer e despacho administrativo); no caso de indeferimento do recurso em 2^a instância, tornasse alçada da sede do MAPA.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
FISCALIZAÇÃO REALIZADA (*)	1041	1043

(*) somatório das fiscalizações em produtos e estabelecimentos.

Fls.: ___
Rub: ___

Incorporamos, além desta, várias outras metas complementares que entendemos necessárias para alcançar a conformidade de produtos:

Metas complementares (elencadas pelo próprio serviço)

ESPECIFICAÇÃO		UNIDADE	PROGRAMADO	REALIZADO
Fiscalização em Estabelecimento Produtor	-	Nº	162	88
Fiscalização Estabelecimento Comercial	-	Nº	177	113
Quantitativo de produto amostrado	Fert Sólido	T	65.822	108.699
	Fert Líquido	L	125.000	84.790
	Corretivos	T	36.000	28.828
	Inoculantes	1.000 doses	30	195
Número de amostras coletadas	Fert Sólido	Nº	578	739
	Fert Líquido	Nº	49	47
	Corretivos	Nº	36	28
	Inoculantes	Nº	9	15

Atividades Extra-Metas Obrigatórias

Apesar de não programadas como metas, as atividades abaixo necessitam ser computadas, tendo em vista a obrigatoriedade determinada pela Legislação em vigor, ou as necessidades operacionais decorrentes, correspondendo a 70% da utilização da força de trabalho de fiscais da área de fertilizantes, corretivos e inoculantes:

- Registro (*) de empresas produtoras, importadoras, exportadoras, comerciantes e prestadores de serviços em fertilizantes, corretivos e inoculantes;
- registro de produtos (*)
- registro de atividades (atribuíveis a um mesmo estabelecimento)
- autorizações de embarque (SISCOMEX) para os insumos agrícolas pelo Ministério da agricultura também é atividade obrigatória (IN 67 e IN 14/2003 MAPA); no presente ano foram autorizadas 1.450 licenciamentos (incremento de 45% em relação a 2.006).
- vistorias em estabelecimentos
- coordenação das atividades no estado
- documentação e encaminhamento de amostras
- relatoria
- emissão dos boletos bancários de cobrança
- análise de proposições do Setor
- pareceres técnicos
- apuração de denúncias

(*) Comentários: a exemplo do registro de produtos, o registro de estabelecimento gera muito re-trabalho, devido a fatores como documentação incompleta, falta de documentos, erros de

Fls.: ___
Rub: ___

preenchimento, ausência de autenticações, fórmulas abaixo das garantias e/ou em desconformidade com a legislação, entre outros.

Outras Atividades

O Segmento presta apoio à ampla gama de atividades:

- Fomento e Desenvolvimento Agropecuário (suporte ao SEPDAG);
- Fiscalização de Transgênicos e sementes;
- Fiscalização de Agrotóxicos;
- Suporte ao DT;
- Reuniões Internas e Externas
- Elaboração de Plano Operativo Anual
- Elaboração do Relatório Anual de Gestão
- Orientações ao Pùblico – Clientes Diretos;
- Orientações ao VIGIAGRO/UTRAS;

Participação em Eventos:

Treinamento da Fiscalização – realizado treinamento em Santa Maria (RS), de 29/10/07 a 01/11/2007, carga horária de 30 horas (teórico e prático), sobre “Coleta de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes”, três FFA’s da Sede como Instrutores e 10 treinandos oriundos das UTRA’s e LANAGRO (embora fazendo parte do público-alvo, o sistema VIGIAGRO não disponibilizou treinandos).

IX Reunião Nacional da Fiscalização Federal de Fertilizantes e II Encontro Nacional do DEFIA – três FFA’s, período de 26 a 30/11/2007, em João Pessoa (PB);

Curso de Especialização em Tecnologia de Fabricação de Fertilizantes: três FFA’s, carga horária de 56:00 h, período de 23 a 27/07/2007, em Piracicaba (SP).

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	63.411,37	38.570,00	37.799,14
339030	28.720,00	21.200,00	21.038,23
339033	900,00	10.000,00	7.000,00
339036	-	-	-
339039	1030,23	51.700,00	51.700,00
449052	20.000,00	18.946,08	18.639,84
TOTAL	114.061,60	137.416,08	136.177,21

Obs . Para cálculo do custo realizado da atividade de fiscalização retirou-se os valores relativos a passagens aéreas (R\$ 7.900), diárias para realização de cursos (R\$ 5.000,00) e custo de Laboratórios (R\$ 35.000,00)= R\$ 47.900,00.

CR = 126.673,99-47.900 = R\$ 78.773,99

Da mesma forma, retiramos idêntico valor para estabelecer o custo programado da atividade-fiscalização: CP = 215.561,60 – 47.900,00 = R\$ 167.661,60

Indicadores

a) Indicadores Quantitativos: Economicidade: 26,54%; Eficiência: -53,14 %; Eficácia: 100,20%; Efetividade: 30,05%

ATRIBUTO	INDICADOR	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
PRODUTO	ECONOMICIDADE			
Número de Fiscalizações Realizadas (1.043)	Custo de fiscalização de 2007 em relação ao ano anterior.	Custo Unitário da Fiscalização em relação à estimativa inicial	Número de Fiscalizações Realizadas como um percentual do número de fiscalizações programado	Percentual de Fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos e produtos registrados no RS
Unidade de medida	R\$	R\$	Percentual	Percentual
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: $CR\ 2007 - CR\ 2006 = R\$ 78.773,99 - 62253,00$ R\$ 16.520,99 Variação percentual do custo realizado de 2007 para 2006: $[(CR\ 78.773,99 - 62253,00) : 100] = 26,54\%$ $CP = 215.561,60 - 136.787,61 / 1041 = 131,40$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: $CUR = (CR : NFR\ 2007)$ $CUR = (R\$ 78733,99 : 1043) = R\$ 75,48$ Variação percentual entre Custo Unitário realizado e programado em 2007: $[(CUR2007 : CUP2007) - 1]$ $[(R\$ 75,48 : 161,06) - 1] = - 53,14\%$	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2007: $(NFR2006 : NFP\ 2006) \cdot 100$ $(1043 : 1041) \cdot 100 = 100,20\%$	Relação percentual entre o Número de Fiscalizações Realizadas e o Número Total de Estabelecimentos e Produtos $(NFR\ 2007 : NTEP) \cdot 100$ $(1043 : 3470) \cdot 100 = 30,05\%$
CR = custo realizado	CP= Custo Programado	NFR= Número de Fiscalizações Realizadas	NFP=Número de Fiscalizações Programadas	NTPE= Número Total de Produtos e Empresas

b) Indicadores Qualitativos

O objetivo principal do Programa de Qualidade de Insumos – Plano interno de fiscalização e qualidade fertilizantes é garantir índices de conformidade dos insumos agrícolas compatíveis com as necessidades dos consumidores.

A metodologia de cálculo destes índices foi determinada pelo Órgão Central de Fiscalização (Coordenação de Fiscalização de Inoculantes, Fertilizantes e Corretivos) para todas as Unidades da Federação. Consiste na determinação, através dos resultados laboratoriais, da qualidade mínima estipulada pela legislação em vigor, calculada como um

percentual sobre a quantidade de produto amostrado dentro das garantias em relação a quantidade de produto amostrado fora das garantias. As amostras são coletadas nos estabelecimentos produtores, comerciantes e agricultores a cada mês do ano. O índice final é calculado como uma média dos índices mensais de qualidade.

Com base nos índices atingidos, é realizada a programação da fiscalização para o ano subseqüente objetivando maximizá-los para melhoria da qualidade dos insumos produzidos no estado.

(*) Os índices podem estar mascarados, uma vez que o laboratório apresentou apenas 25,45% dos resultados dos fertilizantes e corretivos coletados em 2007. Ocorre que os produtos mais problemáticos tendem a ter a sua análise repetida, provocando o atraso na entrega de resultados ou, mesmo, a perda do prazo de validade.

No entanto, como tal sistemática — resultados parciais das coletas — tem sido repetida nos últimos anos, os comparativos anuais apresentam relativa coerência entre si.

Evolução dos Índices de conformidade Obtidos no RS para os produtos amostrados nos anos 2005 e 2006 e 2007.

Produtos Fiscalizados	Índice de Conformidade Ano 2005	Índice de Conformidade Ano 2006	Índice de Conformidade Ano 2007
Fertilizante Mineral Complexo	88%	100 %	93%
Fertilizante Mineral Misto	93%	80 %	86%
Fertilizantes fluídos	92%	95 %	91%
Inoculantes	91 %	(**)	97%
Corretivos	36%	96%	77%

(**) Faltam dados disponíveis para análise (devido à sazonalidade de produção e indisponibilidade de fiscais para a ação em época oportuna).

Foi adotado, como Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do segmento, o Número de Fiscalizações Realizadas.

O indicador adotado pretendeu medir o somatório das fiscalizações em produtos e estabelecimentos, compreendendo a vistoria e/ou inspeção "in loco" (de instalações, equipamentos, processos, matérias-primas, embalagens, rotulagens), a auditoria (documental, das ordens de produção, do controle de qualidade), a coleta de amostras, entre outras atividades pertinentes, como a geração de documentos formais, de acordo com a situação encontrada : Termo de Inspeção e Fiscalização, Termo de Coleta de Amostra, Termo de Intimação, Laudo de Vistoria, Auto de Infração, Termo de Embargo, Termo de Liberação.

A meta principal (estipulada pela CFIC) foi superada em aproximadamente 0,20%.

As metas espontâneas (estipuladas pela equipe) foram parcialmente **atendidas** para a fiscalização de estabelecimentos produtores (54,32%) e de estabelecimentos comerciais (63,845). Com relação aos quantitativos, foram parcialmente atendidas com relação aos minerais fluídos (67,83%) e corretivos (80,07%), sendo superadas nos itens fertilizantes minerais sólidos (65%) e inoculantes (551%).

Verificou-se uma melhoria no índice de conformidade dos fertilizantes minerais mistos (insumos mais críticos quanto à conformidade) e dos inoculantes, porém com resultados inferiores aos anteriores no concernente aos minerais complexos, fluídios e corretivos.

Adotou-se, para elaboração dos indicadores, uma série evolutiva com início em 2004, em virtude da inadequação dos elementos anteriormente disponíveis.

Os índices são afetados por fatores externos à ação, como a estipulação de recursos pela DFIA, a oportunidade de aporte dos mesmos, as demandas extraordinárias e que, freqüentemente, tornam-se atividades prioritárias.

As metas relativas à fiscalização de estabelecimentos e ações visando produtos alternativos (como orgânicos, substratos, biofertilizantes) foram prejudicadas pelo evento de greve dos fiscais e também por indisponibilidade de recursos humanos à época oportuna.

O ano de 2007 marcou um cenário de crise no abastecimento de matérias primas importadas, com expressiva elevação de preços e dificuldade de acesso da indústria regional, refletindo-se na importação de insumos de fornecedores não tradicionais, o que poderá ter reflexo na qualidade dos mesmos.

As mudanças havidas na Legislação, em especial, traduzidas pela IN N° 05, de 23 de fevereiro de 2007, acarretaram flexibilização no concernente ao fabrico visando a tolerância e abrandamento das exigências quanto à granulometria, ocasionando dificuldades adicionais à tarefa de fiscalização (no primeiro caso) e minimizando a qualidade dos fertilizantes (aspectos de segregação e de aplicabilidade).

Avaliação global positiva, pela superação das metas institucionais e realização de metas complementares espontâneas, além das atividades previstas pela Legislação e demais atividades — rotineiras ou pontuais — exercidas pelo Segmento

A importância do Estado no contexto nacional remete a um dimensionamento de equipe mais compatível com o porte e complexidade das demandas setoriais.

Em 2007, o quadro técnico na Sede foi reforçado pela lotação de dois FFA's, a partir do 2º semestre, ocasionando um desafogamento na demanda reprimida e projetando uma melhoria sensível na capacidade de atendimento do amplo leque de atribuições, em especial, às operações de fiscalização, registro de produtos, registros de produtos/ estabelecimentos, relatos.

A necessidade atual de técnicos para desempenhar estas funções seria de, pelo mínimo, mais 03 fiscais, a serem lotados em postos do interior do estado do RS.

Em 2007 SEFAG/SFA/RS pode contar com um reduzido quadro técnico, equivalente a apenas 4,30 Fiscais Federais Agropecuários dedicados à ação, assim distribuídos:

Sede: 02 Fiscais (01 com 90% de tempo dedicado a ação; 01 com 75% do tempo dedicado a atividade); 2º semestre com 4 fiscais, sendo 2 em tempo integral;

Passo Fundo: Um fiscal com tempo integral para a atividade (aposentado ao final do ano) e 01 fiscal com 20% de dedicação a atividade.

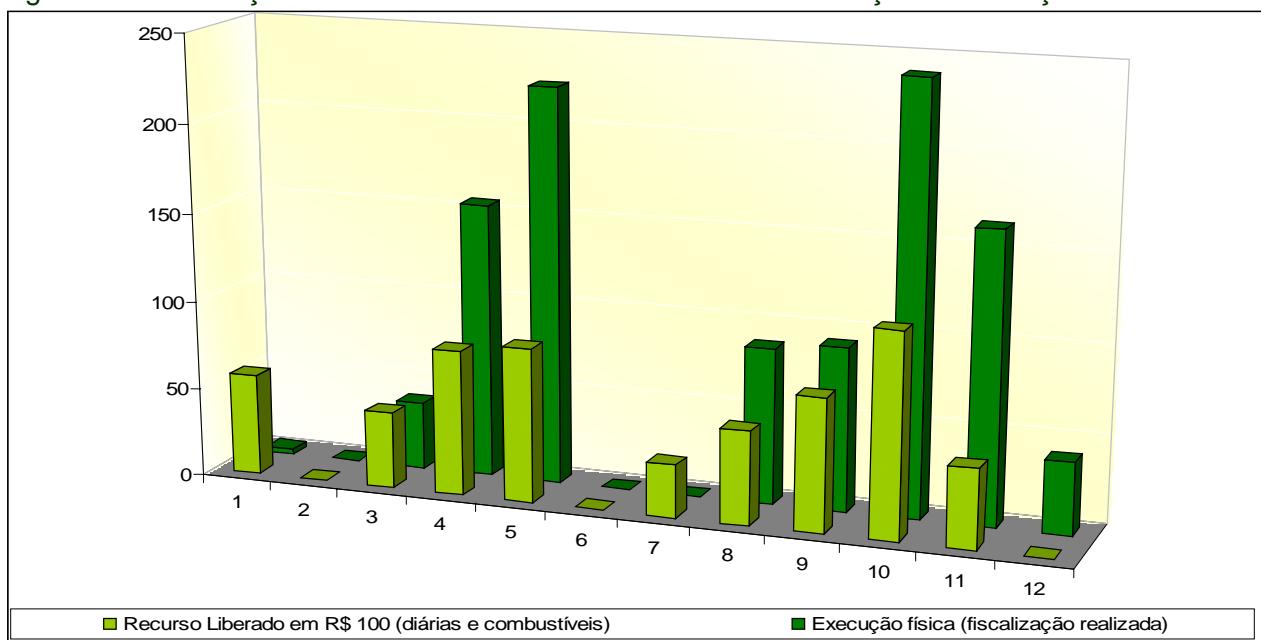
Santa Maria: Um fiscal com dedicação de 20% da atividade

Ijuí: Um fiscal com dedicação de 25% da atividade.

Ressalte-se que a aposentadoria do FFA Silvino Benedetti, 100% dedicado a coleta de fertilizantes (UTRA P. Fundo — região de grandes cooperativas), representa considerável perda na capacidade de coleta, uma vez que os demais colegas dividem-se no atendimentos dos demais Serviços e estes últimos têm aumentados os recursos disponibilizados, concorrendo internamente pela escassa mão-de-obra disponível.

O SEFAG/RS recebeu considerável atualização em sua frota de veículos, contudo, são necessários os demais investimentos, compreendendo diversos itens indispensáveis ao serviço de fiscalização — equipamentos de informática, como microcomputadores e impressoras e softwares.

Figura 1. Fiscalização realizada do PI FISFECOI em 2007 em função da liberação de recursos.



Observações:

Gráfico elaborado sob a ótica dos recursos de custeio (diárias e combustível) para conferir melhor visualização à liberação “versus” fiscalização realizada;

A intensidade de fiscalização procura acompanhar a sazonalidade das safras agrícolas — volumes de fabricação em torno de 30% no primeiro semestre e 70% no segundo semestre.

4.1.12.3.5. Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas

Plano Interno: FISCALSEM

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.5.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; e certificação da produção de sementes e mudas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEFAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Luiz Carlos Bhring Nasser
Responsável pela execução da ação no nível local	Odalniro Irineu Dutra

4.1.12.3.5.2. Resultados

A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos processos de: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador, laboratórios, amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos com vistas ao aprimoramento desses

Fls.: ___
Rub: ___

processos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA.

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores, principalmente as sementes e mudas, organismos responsáveis por toda a qualidade genética da produção agrícola.

Destacam-se como objetivos desta Ação:

- Fiscalizar a produção e a comercialização de sementes e mudas, para garantir a oferta destes insumos com qualidade para os produtores rurais;
- Certificar, através de Entidades de Certificação credenciadas, a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Registro de estabelecimentos	390	310
Fiscalização de estabelecimentos (produtores/comerciantes)	180	176
Supervisão atividades delegadas	8	6
Inspeções de campos – Semente Básica e Certificada	440	
- Semente S1 e S2	13.000	
Inspeção de viveiros (nº)	70	
Inspeção de mudas (mudas)	3.000	
Coleta de amostras	380	652
Autorização para importação	300	328
Autorização para exportação	370	314

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
335039		2.280,00	
339014	26.904,00	52.509,78	50.075,91
339030	7.200,00	11.700,00	11.247,95
339033	7.800,00	55.540,72	55.451,52
339036	27.360,00	20.576,97	20.576,97
339039	8.040,00	204.953,61	204.952,00
449052	133.500,00	3.000,00	2.700,00
TOTAL	210.804,00	352.841,08	345.004,35

OBS. No elemento de despesa 3490-39 foi liberado e executado para pagamento de despesas de outros PI.s o valor de R\$ 197.991,61, que foram excluídos deste relatório por não ser recurso utilizado no PI Fiscalsem. Também no elemento 3490-33 foi liberado o valor de R\$ 36.139,00 além do programado para pagamento de despesas de outros PI, valor este que igualmente não foi considerado neste relatório.

Indicadores

ATTRIBUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Descrição	Custo da fiscalização de estabelecimentos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização de estabelecimento em relação a estimativa inicial	Nº de estabelecimentos fiscalizados como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos registrados que foram fiscalizados
Unidade de Medida	R\$	R\$/fiscalização	Percentagem	Percentagem
Índice de Referência	-	-	-	-
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula do Cálculo	Variação absoluta do custo realizado de 2006 para 2007: $CR2007 - CR2006 = 83.708,78 - 11.218,72 = 72.490,06$ Variação percentual do custo realizado de 2006 para 2007 $[(CR2007 : CR2006) - 1] \times 100 = [(83.708,78 : 11.218,72) - 1] \times 100 = 646,15$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: $CUR = (CR2007 : FR2007) = (83.708,78 : 1.134) = 73,82$ $CUP = (CP2007 : FP2007) = (210.804,00 : 180) = 1.171,13$ Variação % entre o custo unitário realizado e programado em 2007: $[(CUR2007 : CUP2007) - 1] \times 100 = [(73,82 : 1.171,13) - 1] \times 100 = -93,69$	Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o nº de fiscalizações programadas $(FR2007 : FP2007) \times 100 = (1.134 : 180) \times 100 = 630,00$	Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o número total de estabelecimentos registrados $(FR2007 : ER2007) \times 100 = (1.134 : 1.707) \times 100 = 66,43$
CR=custo realizado; CP=custo programado; FR=fiscalizações realizadas; FP=fiscalizações programadas; ER=Estabelecimento registrado				

- 1. Metas Físicas:** Com a nova legislação de Sementes e Mudas foram credenciadas no Rio Grande do Sul, duas entidades certificadoras para as sementes de grandes culturas. A Fundação Pro Sementes, credenciada para certificar soja, trigo, milho, feijão, aveia, cebola, batata, cevada e o Instituto Riograndense do Arroz, credenciado para certificar sementes de arroz. Também foram credenciados diversos produtores de sementes para serem certificadores da própria produção, nas culturas de fumo, milho e olerícolas. Com isso a atividade do Ministério da Agricultura na certificação de sementes ficou, conforme prevê a legislação, limitada a auditorias desses certificadores. Já as sementes das categorias S1 e S2 estão sendo fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura em sua totalidade.

2. Necessidades: Considerando a legislação vigente do Sistema Nacional de Sementes e Mudas, e de organismos geneticamente modificados, especificamente a soja, reiteramos o quadro de insuficiência de recursos humanos, físicos e equipamentos, assim, colocamos algumas necessidades urgentes do setor para realização eficiente de todas as atividades previstas: Fiscais Federais Agropecuários, Servidores Nível Médio, Aparelho de Fax, Veículos, Maquina Fotográfica Digital, Microcomputadores, Notebook, Gerenciador para impressora laser, Impressoras.

Diagnóstico Atual da Situação no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	TOTAL
Comerciantes de sementes/mudas inscritos no RENASEM	Nº	447
Produtores de sementes/mudas inscritos no RENASEM	Nº	556
Beneficiador de Sementes inscritos no RENASEM	Nº	66
Armazenador de Sementes inscritos no RENASEM	Nº	51
Reembalador de Sementes	Nº	17
Total pessoas físicas e jurídicas inscritas		1.137
Amostrador de Sementes	Nº	9
Responsáveis Técnicos credenciados no RENASEM	Nº	519
Laboratórios de Análise de Sementes	Nº	29
Laboratório Analise de Mudas	Nº	1
Entidade Certificadora	Nº	2
Certificado da Própria produção	Nº	10
Total pessoas físicas e jurídicas credenciadas		570
Produção estadual de sementes – Safra 2006/2007- Estimativas das Principais espécies	t	-.-
Soja	t	225.725
Trigo	t	193.370
Milho	t	20.100
Arroz	t	89.189
Feijão	t	1.004
Batata	t	730
Triticale	t	2.429,4
Forrageiras	t	66.647
Aveia Branca	t	9.630
Cevada	t	8.662
Olerícolas	t	2.828
Centeio	t	585
Fumo	t	1,8
Importação estadual de sementes	t	2.902,79
Importação estadual de mudas, talos, porta - enxertos e estacas	Un.	1.370.117
Exportação estadual de sementes	t	4.490,22
Exportação estadual de mudas e talos	Un.	67.827.853

4.1.12.3.6 Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Plano Interno: FISCINAN

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.6.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuário em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica-DT/SFA/RS / SEFAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tacci
Responsável pela execução da ação no nível local	Roberto Schoreder

4.1.12.3.6.2. Resultados

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade no agro-negócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

O setor de alimentos para animais é elo fundamental da cadeia produtiva, estando diretamente vinculado à segurança sanitária com reflexo direto na saúde da população. O controle dos ingredientes utilizados, como farinhas de origem animal em rações de ruminantes e aditivos (antimicrobianos, coccidiostáticos, promotores de crescimento, etc...) é fundamental para garantia da saúde da população brasileira e dos mercados de exportação. A fiscalização da qualidade dos produtos e dos estabelecimentos produtores visa garantir a qualidade e a segurança em toda cadeia produtiva.

Destacam-se como objetivos principais desta Ação: salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores; e garantir a qualidade e inocuidade dos produtos utilizados em alimentação animal, para toda cadeia produtiva, do produtor até o consumidor final.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
fiscalização realizada (siplan)	154	183
amostra colhida*	278	117
amostra colhida para plano de ruminantes**	129	104
amostras colhidas para análises de salmonella	23	10
produtos fiscalizados		844
estabelecimentos registrados		25
pedidos de registro de produtos analisados		479
autos de infração aplicados		85
quantidade de advertências aplicadas		15
quantidade de multas aplicadas		28
valor de multas aplicadas		3.843,66
termos de suspensão de atividades aplicados		7
certificados de exportação expedidos		337
anuências de importação concedidas		347

* Não foram colhidas todas as amostras previstas devido a insuficiente e irregular liberação dos recursos, bem como a greve dos Fiscais Federais Agropecuários.

** Neste item não foram colhidas todas amostras previstas possíveis, pois muitas das empresas sorteadas para terem amostras colhidas não estavam produzindo rações de ruminantes, ou produziam um número de produtos menor que o sorteado. Todavia todos estabelecimentos sorteados foram fiscalizados e tiveram as amostras colhidas na quantidade prevista.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO *	LIBERADO *	EXECUTADO *
339014	25.200,00	26.301,06	26.276,61
339030	7.200,00	9.144,00	9.144,00
339033	0,00	8.608,80	8.608,80
339036	0,00	0,00	0,00
339039	2.400,00	4400,00	4400,00
449052	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL	44.800,00	48.453,86	48.429,41

* Dados da SFA/RS

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VA = 30.753,38 VR = 186,38 %	VA = - 43,42 VR = - 14,92 %	VA = 29 VR = 18,83 %	VA = - 309 VR = 37,20 %

ECONOMICIDADE

VA : VARIAÇÃO ABSOLUTA = CR 2007 – CR 2006

VR : VARIAÇÃO RELATIVA = (CR2007 / CR2006) x100 -100

CR : CUSTO REALIZADO

$$VA = 47.253,38 - 16.500,00 = 30.753,38$$

$$VR = (47.253,38 / 16.500,00) \times 100 - 100 = 186,38 \%$$

EFICIÊNCIA

CU: CUSTO UNITÁRIO

R: REALIZADO

P: PROGRAMADO

Q: QUANTIDADE

$$CUR = CR/QR = (47.253,38 / 183) = R\$ 247,29$$

$$CUP = CP/QP = (44.800,00 / 154) = R\$ 290,91$$

$$VA: CUR - CUP = 247,49 - 290,91 = - 43,42$$

$$VR: (CUR / CUP) \times 100 - 100 = (247,49 / 290,91 \times 100 - 100 = - 14,92\%)$$

EFICÁCIA

$$VA: QR - QP = 183 - 154 = 29$$

$$VR: (QR/QP)100-100 = (183 / 154) \times 100 - 100 = 18,83 \%$$

EFETIVIDADE

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO.

$$VA: QR - QT = 183 - 492 = - 309$$

$$VR: (QR/QT) \times 100 = (183 / 492) \times 100 = 37,20 \%$$

1) Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional sob exame nas contas;

EFETIVIDADE EM ESTABELECIMENTOS PRIORITÁRIOS

No ano de 2007, foi eleita a prioridade de se fiscalizar os estabelecimentos fabricantes de rações, concentrados, suplementos, aditivos e alimentos para animais, que são os de maior complexidade e importância. As graxarias anexas a frigoríficos com inspeção estadual, devido ao grau de risco destes estabelecimentos, também estavam nesta prioridade. Os outros fabricantes de ingredientes foram fiscalizados de acordo com necessidades mais prementes, mas os seus produtos, antes de chegarem ao consumidor, normalmente passam pelos estabelecimentos eleitos como prioritários.

O indicador selecionado visa medir a efetividade da atividade fiscal em estabelecimentos prioritários, sobre o total de estabelecimentos prioritários registrados no estado, mostrando o qual o percentual de estabelecimentos prioritários são fiscalizados durante o ano.

2.1) Fórmula de cálculo e método de medição;

$$\text{EEF} = \text{ETF/TEF} * 100$$

EEF : EFETIVIDADE EM ESTABELECIMENTOS PRIORITÁRIOS

ETF : ESTABELECIMENTOS PRIORITÁRIOS FISCALIZADOS

TEP : TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PRIORITÁRIOS

$$\text{EEF} : 159 / 164 * 100 = 96 \%$$

Nestes estabelecimentos foram realizadas 159 fiscalizações, em um total de 164 estabelecimentos eleitos como prioritários, dando uma efetividade de 96% neste tipo de estabelecimento.

Consideramos o resultado do indicador positivo, mas para o ano de 2008 pretendemos que o indicador tenha como meta 100% de efetividade.

No ano de 2007, nas atividades relativas ao PI FISCINAN, desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da fiscalização dos estabelecimentos e produtos destinados à alimentação animal, podemos destacar os seguintes aspectos :

A meta de fiscalizações de estabelecimentos foi cumprida na sua totalidade, apesar das greves e da falta de continuidade na liberação de recursos, que foram liberados em maior valor que a programação em alguns meses e não foram liberados em outros.

A prioridade do Serviço foi o Programa de Controle de uso de proteínas de origem animal em rações de ruminantes, que foi cumprido em sua totalidade. Em função de resultados positivos de análise de presença de proteína animal em rações de ruminantes, foram aplicados em 2007 **sete** termos de suspensão de fabricação de produtos para ruminantes. Constatamos um novo aumento no número de análises contaminadas, que tinha decrescido nos últimos 3 anos, chegando a 14,8% em 2006, e tornando a subir a 23,1% em 2007..

A meta de colheita de amostras para análise de conformidade não foi cumprida, mas o número de amostras colhidas em 2007 foi significativamente superior a 2006, 117 e 44, respectivamente. Com a publicação do novo Decreto que regulamenta esta atividade, que tornou as multas compatíveis com as infrações, deve ser priorizadas estas colheitas de amostras.

Em 2007 houve a inclusão no SEFAG de dois novos FFAs proveniente concurso, para a área de fiscalização de alimentos para animais, o que contribui muito para o cumprimento da meta de fiscalização.. Todavia, no final do ano houve a saída de um FFA por transferência, o que não foi compensado, e novamente deve prejudicar a atividade no ano que começa.

No ano de 2007 as fiscalizações se concentraram nos estabelecimentos fabricantes de rações, alimentos, suplementos e aditivos, que são os de maior complexidade e importância, assim como as graxarias que são de responsabilidade deste serviço. Além disto, foram priorizadas auditorias de conformidade em relação às Boas Práticas de Fabricação – BPFs, que demandam mais tempo. Foi também dado prioridade a verificação do cumprimento da Instrução Normativa 65/2006, que versa sobre uso de medicamentos via ração, o que deve ser priorizado também em 2008.

No quesito efetividade, no ano de 2007, foram realizadas 183 fiscalizações que relativas ao total de estabelecimentos alvo das fiscalizações 492, dá uma efetividade de 37,2%. Todavia, se observarmos somente os estabelecimentos fabricantes de rações, alimentos, suplementos aditivos e graxarias, que são de maior complexidade importância e risco, foram realizadas 159 fiscalizações num total de 164 estabelecimentos, o que dá uma efetividade sobre os estabelecimentos prioritários de 96%.

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
FABRICANTES INGREDIENTE	EMPRESAS	328
FABRICANTES RAÇÃO/CONCENTRADOS	EMPRESAS	115
FABRICANTES SUPLEMENTOS	EMPRESAS	29
FABRICANTES ALIMENTOS	EMPRESAS	15
FABRICANTES ADITIVOS	EMPRESAS	3
GRAXARIAS ANEXAS A FRIGORÍFICOS DE INSP. ESTADUAL	EMPRESAS	2
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS FABRICANTES*	EMPRESAS	492
EXPORTAÇÕES DE ALIMENTOS E INGREDIENTES PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL DO RS, CERTIFICADAS PELO SFFA/RS**	TONELADAS	12.266
DECLARAÇÕES PARA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL EMITIDAS PELO SEFAG/RS**	DECLARAÇÕES	337
AUTORIZAÇÕES DE EMBARQUE PARA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL REALIZADAS PELO SEFAG/RS.	AUTORIZAÇÕES	647

* Total de estabelecimento fabricantes, não estão computados comerciantes e distribuidores.

** Produtos para alimentação animal que tem Declarações Anexas aos Certificados Sanitários Internacionais emitidas pelo SEFAG/RS.

4.1.12.3.7. Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal

Plano Interno: FISCGENE

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.12.3.7.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização das atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal, e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade; encaminhar, para laboratórios oficiais, amostras coletadas de produtos terminados para análise fiscal de conformidade e, posteriormente, emitir os respectivos pareceres técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SEFAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local	Alejandra Muller

4.1.12.3.7.1.2. Resultados

A produção animal é o reflexo da qualidade dos produtos ofertados no mercado. A qualidade destes produtos se deve a ações de registro e fiscalização realizadas nos estabelecimentos de multiplicação animal visando as ações de biossegurança que comprometem os serviços e produtos destinados ao mercado consumidor.

Destaca-se como objetivo principal desta Ação: melhorar a qualidade dos produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
fiscalização realizada (siplan)*	63	63
estabelecimento produtor de sêmen/embrião registrado	1	1
estabelecimentos de aves (avozeiros, matrizeiros e incubatórios) registrados	29	29
estabelecimentos de avestruzes (granjas e incubatórios) registrados	9	9
treinamento realizado	---	4

* Valor constante no SIPLAN como “somatório previsto corrigido”, estipulado pelo SEFAG-RS.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO *	LIBERADO */**	EXECUTADO **
339014	14000	12.149,83	12.101,54
339030	4600	3.028,00	3.028,00
339033	8100	8.413,60	8.413,60
339036	5400	-----	-----
339039	3000	1.270,00	1.270,00
449052	-----	-----	-----
TOTAL	35100	24.861,43	24.813,14

* dados do SIOR

** dados da SFA/RS

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VR = 44,22%	VR = -13,34%	VR =0%	VR =15,14%
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VA= R\$ 8369,93	VA= -66,71	VA=0	VA=-352

ECONOMICIDADE

VA: VARIAÇÃO ABSOLUTA: 2007/2006=CR2007-CR2006

VR : VARIAÇÃO RELATIVA = (CR2007/CR2006) x 100-100

CR : CUSTO REALIZADO

VA :R\$27297,60-R\$18927,07=8369,93

VR = (27297,60/18927,07)x 100 – 100 = 44,22%

EFICIÊNCIA

CU: CUSTO UNITÁRIO

R: REALIZADO

P: PROGRAMADO

Q: QUANTIDADE

CUR = CR/QR = (27297,60/63) = R\$ 433,29

CUP = CP/QP = (35100/63) = R\$500,00

VA2007=CUR2007-CUP2007= R\$433,29-500,00=R\$-66,71

VR: (CUR/CUP)x100-100 = (433,29/ 500) x 100 – 100 = -13,34%

EFICÁCIA

VA2007 = QR2007-QP2007 =63-63=0

VR: (QR/QP)100-100 = (63/63) x 100 – 100 = 0%

EFETIVIDADE

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO.

VA:2007 = QR2007-QT2006=63-415= 352

VR: (QR/QT)x100 = (63 /415) x 100 = 15,18%

Em 2007 na área de fiscalização de material genético animal, no Estado do Rio Grande do Sul, pode-se salientar os seguintes aspectos:

As metas físicas foram estipuladas pelo DMG/DFIP/SDA/MAPA (Divisão de Material Genético do Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários) diretamente no SIPLAN. Dentro do item PROGRAMADO CORRIGIDO, foram inseridas as metas relativas ao PI feitas pelo SEFAG-RS de acordo com as demandas agendadas.

Para o ano de 2007 o DMG/DFIP continuou com o sistema de auditorias nos estabelecimentos de produção de sêmen em todo o país. A meta foi a de alcançar 100% dos estabelecimentos de produção de sêmen de caprinos e ovinos e dar início aos de suínos. Dentro deste sistema, no RS sofreram auditorias 85 % dos estabelecimentos desta categoria em funcionamento (somente suínos), estando dentro do programado pela DMG.

O sistema de auditoria estipulado envolve a presença de um técnico do Estado e dois técnicos de outros Estados, ocorrendo uma troca de FFA's em todo Brasil. Devido a este movimento, os FFA's do RS envolvidos no Serviço tiveram um grande volume de viagens com o intuito de atingir a meta estipulada pelo DMG/DFIP da prioridade de fiscalização dos estabelecimentos de sêmen ovino/caprino e suíno. Por esse motivo, somente 85 % do previsto das fiscalizações do RS para o ano de 2007 foi realizado, deixando alguns estabelecimentos de outras espécies para o exercício de 2008; onde serão, então, priorizadas as auditorias em estabelecimentos de suíno e eqüinos.

Quanto ao programado na área de multiplicação avícola, esta foi realizada na sua totalidade, com vistorias para fins de registros de estabelecimentos de multiplicação de aves e ratitas. Aqueles que não cumpriram com os requisitos de documentação do processo, tiveram suas vistorias programadas para o exercício de 2008, quando da finalização da análise dos documentos.

Dentro do que havia sido preconizado pela DMG/DFIP os objetivos foram alcançados na sua totalidade, com a realização das auditorias e o atendimento de todas as solicitações de registro de novos estabelecimentos de multiplicação animal.

Com os resultados obtidos pelo Setor concluímos que o MAPA executa um excelente controle nos sistemas de produção de material genético animal no Estado do Rio Grande do Sul.

A participação em treinamentos se deu de forma prática com o acompanhamento de auditores experientes como líderes nas ações realizadas no Estado e em outros Estados; além da participação em dois Eventos na área de Reprodução Animal e dois cursos de atualização na área de reprodução animal com a inclusão de novos fiscais para o treinamento.

Fls.: ___
Rub: ___

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos para 2008 dentro do programado, esperamos cumprir as metas na totalidade, salientando sempre que são necessários mais fiscais e veículos pois as atividades são realizadas de maneira conjunta com outros Setores do MAPA.

COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS DOS INDICADORES

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VR = 44,22%	VR = -13,34%	VR =0%	VR =15,14%
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VA= R\$ 8369,93	VA= -66,71	VA=0	VA=-352

- Economicidade**- O aporte de recursos foi maior em relação a 2006, sendo compatível com o número de ações programadas e realizadas.
- Eficiência**- O custo programado para atendimento das metas incluiu recurso para contratação de estagiários, o que não foi disponibilizado. Com isso, o custo programado foi levemente superior ao realizado, ficando ainda assim, bastante elevado em relação ao ano anterior. Cabe salientar, porém, que durante as fiscalizações realizadas pelo PI FISCGENE, muitas vezes foram atendidos estabelecimentos relacionados ao PI FISCINAN, visto que são realizados pelos mesmos Fiscais. Dessa forma, justifica-se o custo alto da unidade de fiscalização.
- Eficácia**: As metas foram cumpridas em sua totalidade, conforme o estipulado no SIPLAN (CORRIGIDO). Durante os meses de greve, houve fiscalizações pendentes que foram cumpridas nos meses subseqüentes.
- Efetividade**: Apesar dos índices terem sido inferiores ao ano anterior, os resultados alcançados estão dentro do previsto, uma vez que foram vistoriados estabelecimentos novos, que são computados dentro do total de estabelecimentos. O preconizado pela DMG é que sejam realizadas fiscalizações anuais em estabelecimentos produtores de material genético de mamíferos e somente vistorias para registro de novos estabelecimentos no caso de estabelecimentos avícolas, sendo realizados em sua totalidade. Como o cálculo utiliza o número total de estabelecimentos, este índice acaba sendo prejudicado.

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
estabelecimentos produtores de sêmen / embriões	estabelecimento	14
estabelecimento de multiplicação de aves (matrizeiros, avozeiros e incubatórios)	estabelecimento	353
estabelecimento de multiplicação de avestruzes (granjas e incubatórios)	estabelecimento	48

4.1.13. Programa 0356 - QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS**4.1.13.1. Dados gerais****Tabela 1 – Dados gerais do programa**

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Ângela Pimenta Peres
Indicadores ou parâmetros utilizados	Fiscalização Realizada
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

4.1.13.2. Principais Ações do Programa

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura.

Ressalta-se ainda a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

4.1.13.3. Gestão das ações

4.1.13.3.1. Ação 2487 – Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade

Plano Interno: RASTREAB

Indicador: Certificado emitido

4.1.13.3.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Detectar e identificar problemas sanitários e sua origem, a qualquer momento do processo de produtivo, atendendo ainda aos compromissos internacionais para a manutenção e ampliação das exportações brasileiras.
Descrição	Certificação de origem dos animais, gestão da movimentação e controle dos produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo – SDC
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismos – SDC / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Luis Carlos Bhring Nasser
Responsável pela execução da ação no nível local	Roberto Schoreder

4.1.13.3.1.2. Resultados

Desenvolvimento e implantação de processos de controle e certificação de origem dos animais para elaboração do cadastro rural; desenvolvimento de sistema informatizado de identificação, mediante trabalho de campo; e inspeção nos pontos de consumo, com o envolvimento das autoridades regionais.

Fls.: ___
Rub: ___

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade no agro-negócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade Dos serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas prestadoras de serviço, como as certificadoras e empresas fabricantes de elementos de identificação.

Destaca-se como principal objetivo desta Ação: garantir a credibilidade do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, a fim de salvaguardar as garantias fornecidas nos certificados sanitários internacionais e aos mercados internos que se utilizam deste serviço de rastreabilidade.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
auditoria de sede e escritório local de certificadora sisbov		7
fiscalizações de sede e escritório local de certificadora sisbov		2
auditorias de propriedades eras	100	5
total de auditorias e fiscalizações		14

Havia sido programado apenas programação de auditorias de propriedades ERAS, todavia por orientação da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade – CSR/DEPROS/SDC/MAPA, foram feitas somente auditorias em Certificadoras e as auditorias de propriedades certificadas ERAS foram realizadas durante as auditorias de certificadoras. Portanto, o alvo das auditorias foram as sedes e escritórios locais de certificadoras

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
	*	*	*
339014	18.554,40	8.140,44	8.140,44
339030	7.000,00	2.000,00	2.000,00
339033	500,00	3.900,00	3.900,00
339036	0,00	450,00	450,00
339039	2.200,00	200,00	200,00
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	28.254,40	14.690,44	14.690,44

* Dados da SFA/RS

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDAE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VA = VR =	VA = 101,42 VR = 35,89%	VA = - 86 VR = - 86 %	VA = 9 VR = 128 %

ECONOMICIDADE

VA : VARIAÇÃO ABSOLUTA = CR 2007 – CR 2006

VR : VARIAÇÃO RELATIVA = (CR2007 / CR2006) x100 -100

CR : CUSTO REALIZADO

PI NÃO DESCENTRALIZADO EM 2006

EFICIÊNCIA

CU: CUSTO UNITÁRIO

R: REALIZADO

P: PROGRAMADO

Q: QUANTIDADE

CUR = CR/QR = (5.375,44 / 14) = R\$ 383,96

CUP = CP/QP = (28.254,40 / 100) = R\$ 282,54

VA: CUR – CUP = 383,96 – 282,54 = 101,42

VR: (CUR / CUP)x100 - 100 = (383,96 / 282,54 x 100 – 100 = 35,89 %

EFICÁCIA

VA: QR – QP = 14 – 100 = - 86

VR: (QR/QP)100-100 = (14 / 100) x 100 – 100 = - 86 %

EFETIVIDADE

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO.

Estes valores foram calculados pelo total de auditorias e fiscalizações em sedes e escritórios locais de certificadoras em relação o número total destes estabelecimentos no RS. As auditorias em propriedades foram excluídas deste cálculo, por não terem sido alvo principal da atuação fiscal.

VA: QR – QT = 9 – 7 = 0

VR: (QR/QT)x100 = (9 / 7) x 100 = 128 %

No ano de 2007 se previa que seria realizadas pela SFA/RS as auditorias de propriedades certificadas de acordo com a programação do estado e que as auditorias de certificadoras seriam programadas pela Coordenação. Por orientação da Coordenação foi dado enfoque somente nas auditorias de certificadoras, ficando a programação realizada no início do ano desvinculada da execução. No ano de 2008, devido as alterações que estão ocorrendo na estrutura do SISBOV, a programação dependerá de definições tomadas pela Coordenação.

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
empresa certificadoras com sede no rs*	empresas	3
escritórios locais de certificadoras*	escritórios	4
empresas fabricantes de elementos de identificação*	empresas	3
número de propriedades certificadas*	propriedades	546
número de animais certificados*	bovinos e bubalinos	521.000

* Número de empresa atuando e propriedades certificadas em 01/01/2008.

4.1.13.3.2. Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Plano Interno: FISCORGEN

Indicador: Fiscalização realizada

4.1.13.3.2.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco dos Santos Nogueira Gama

4.1.13.3.2.2 Resultados

De acordo com a Lei de Biossegurança, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA a fiscalização das atividades e produtos que utilizem organismos geneticamente modificados e seus derivados destinados a uso animal, na agricultura, pecuária, agroindústria e áreas afins, observando a legislação pertinente.

Destacam-se como objetivos desta Ação: a) coibir o plantio comercial no estado do Rio Grande do Sul de produtos agrícolas geneticamente modificados que não tenham sua produção autorizada pela legislação vigente; b) acompanhar e fiscalizar experimentos científicos com Autorização Técnica de Experimentação de Campo com OGM – ATEC; c) fiscalizar as atividades com OGM's desenvolvidas em laboratórios de pesquisa.

Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Fiscalização realizada (amostras coletadas)	240	172
Fiscalização de experimentos a campo	0	34
Fiscalização de laboratórios	0	1

Um comentário a ser feito é que o não atingimento da meta de amostras coletadas deveu-se principalmente pela falta de fiscais disponíveis nos períodos em que havia lavouras de milho produzindo. Os recursos disponibilizados foram suficientes para a execução dos trabalhos de fiscalização.

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
3390.14	6.092,94	9.168,31	7.255,00
3390.30	2.100,00	2.686,00	2.686,00
3390.33	3.300,00	8.000,00	8.000,00
3390.36	0,00	200,00	200,00
3390.39	1.200,00	2.200,00	2.200,00
339093	120,00	120,00	
4590.52	80.000,00	0,00	0,00
TOTAL	92.692,94	22.374,31	20.341,00

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Descrição	Custo da fiscalização de estabelecimentos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização de estabelecimento em relação a estimativa inicial	Nº de estabelecimentos fiscalizados como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos que foram fiscalizados em relação ao total
Unid. de Medida	R\$	R\$/fiscalização	Percentagem	Percentagem
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2006 para 2007 CR2007 - CR2006 = 13.430,42 – 9.796,40 = <u>3.634,02</u> Variação percentual do custo realizado de 2006 para 2007 [(13.430,42: 9.796,40) - 1] x 100 = <u>37,09%</u>	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2007: CUR = 13.430,42 : 172 = <u>78,08</u> CUP = 92.692,94: 240= <u>386,22</u> Variação % entre o custo unitário realizado e programado em 2007. [(78,08 : 386,22) – 1] x 100 = <u>- 79,78%</u>	Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o nº programado (172 : 240) x 100 = <u>71%</u>	Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o nº de estabelecimentos sujeitos a fiscalização. (172 : 310.000) x 100 = <u>0,05%</u>

Demonstrativo de recursos liberados mensalmente e metas físicas programadas e executadas

MÊS	RECURSOS LIBERADOS (R\$)	METAS FÍSICAS PROGRAMADAS			METAS FÍSICAS EXECUTADAS		
		Fiscalizações			Fiscalizações		
		Plantios comerciais	Experimentos	Laboratórios	Plantios comerciais	Experimentos	Laboratórios
JAN	1.620,42	0	0	0	0	0	0
FEV	0,00	40	0	0	0	0	0
MAR	0,00	40	0	0	46	5	0
ABR	4.403,16	40	0	0	0	0	1
MAI	0,00	0	0	0	5	7	0
JUN	2.571,44	0	0	0	0	0	0
JUL	0,00	0	0	0	0	0	0
AGO	6.579,81	0	0	0	0	19	0
SET	4.487,76	0	0	0	0	0	0
OUT	200,00	40	0	0	13	3	0
NOV	0,00	40	0	0	108	0	0
DEZ	2.391,72	40	0	0	0	0	0
TOTAL	22.254,31	240	0	0	172	34	1

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

As atividades relativas ao PI FISCORGEN no estado do Rio Grande do Sul estão restritas às fiscalizações de plantios comerciais de milho para verificação da existência de cultivares geneticamente modificadas, de experimentos de pesquisa de liberação controlada e de laboratórios que trabalham com OGM's.

Este ano foi encaminhada à Superintendência Federal de Agricultura no estado uma denúncia da existência de sementes de arroz transgênico contrabandeadas do Uruguai. A Superintendência, através do SEFAG/DT-RS, providenciou prontamente o atendimento da denúncia, deslocando dois Fiscais até a propriedade do denunciado, no município de Arroio Grande, onde realizaram a coleta de 13 amostras de diferentes lotes de sementes de arroz que estavam armazenadas na propriedade. As amostras foram encaminhadas ao laboratório da SGS e os laudos não confirmaram a presença de OGM em nenhuma das amostras.

No que diz respeito a experimentos de liberação controlada, existem ensaios desenvolvidos pelas empresas Monsanto do Brasil Ltda., no município de Não-Me-Toque, e pela empresa Du Pont do Brasil S/A – Divisão Pioneer Sementes, no município de Santa Rosa. Foram fiscalizados todos os experimentos relativos aos processos encaminhados pela Coordenação de Biossegurança ao SEFAG/DT-RS. O trabalho de fiscalização foi realizado em ação conjunta entre o SEFAG/DT-RS e o SEDESA/DT-RS, não sendo constatada nenhuma inconformidade em todos os experimentos instalados. Apesar do PI FISCORGEN estar localizado no SEFAG/DT-RS, as atividades de pesquisa de liberação controlada estão mais sob a responsabilidade do SEDESA/DT-RS.

Fls.: __

Rub: __

Quanto a fiscalização de laboratórios, foram encontradas inconformidades no laboratório da Universidade Federal de Pelotas, tendo sido emitido auto de infração que após julgamento gerou pena de advertência.

Não é do conhecimento da fiscalização do MAPA a existência de plantio de outras culturas geneticamente modificadas no estado do Rio Grande do Sul, além da soja e possivelmente milho.

4.1.13.3.3. Ação 2120 – Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal

Plano Interno: CONTROPOA

Indicador: Estabelecimento qualificado

4.1.13.3.3.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados animais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos de origem animal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas e princípios padrões de higiene operacional - BP e PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SDA / SIPAG / SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Ari Crespin dos Anjos
Responsável pela execução da ação no	Marco Antônio Rodrigues dos Santos

nível local

4.1.13.3.3.2. Resultados

Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos de origem animal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC -Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas e procedimentos padrão de higiene operacional - BP's e PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT's e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva);

Destaca-se como principal objetivo desta Ação: melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados animais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo.

Os recursos repassados, em 2007, atenderam a 75% do programado para execução dos objetivos a fim de atender as metas do SIPA/RS, metas estas, que muitas vezes foram emergenciais, tais como, acompanhamento de missões estrangeiras que mudaram de roteiro, incluindo o RS, ou auditorias para reinclusões de estabelecimentos em listas de exportadores, enfim houve várias emergências que fizeram com que alterássemos o programa de 2007.

Sendo que tivemos a cada mês, fazer nova programação pleiteando recursos para atendimento das metas do próximo mês.

Outra dificuldade enfrentada foi a convocação dos FFA's do SIPAG/RS (supervisores) pelo DIPOA para realização de auditorias, o que prejudicou o atendimento das metas de supervisões.

Quanto a recursos humanos, temos deficiência de 49 FFA's e de 886 AISIPOA, para uma lotação ideal.

Cabe-nos salientar que o Rio Grande do Sul possui um faturamento de 10,5 bilhões de reais destinados ao mercado interno, e 1,003 bilhões de dólares destinados ao mercado de exportação internacional.

O número de trabalhadores nos estabelecimentos com SIF, envolvidos diretamente é de 261.890 pessoas e indiretamente é de 1.594.500 pessoas.

Utilizamos o financeiro deste PI nas diversas ações de inspeção e fiscalização do SIPAG/SFA/RS.

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
PLANO APPCC E PPHO APROVADO	154	84
SERVIDOR CAPACITADO	186	154

Metas Financeiras

Fls.: ___
Rub: ___

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	110.000,00	0,00	0,00
339030	0,00	16.500,00	16.500,00
339033	9.000,00	0,00	0,00
339036	2.400,00	0,00	0,00
339039	45.000,00	2.500,00	1.400,00
339037			1.100,00
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	166.400,00	19.000,00	19.000,00

¹ DADOS DA SFA/RS

Indicadores

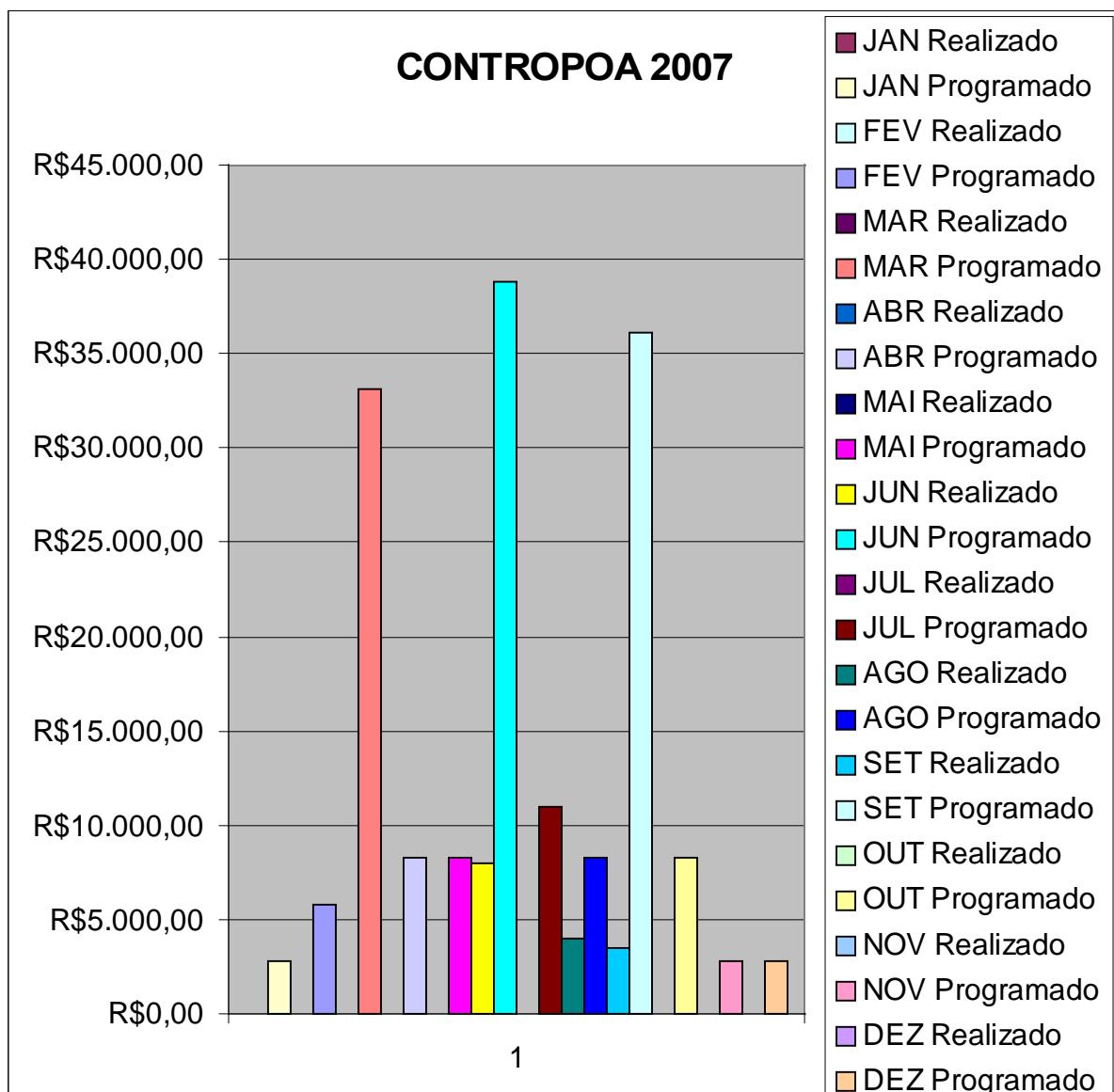
ATRIBUTO	INDICADOR			
	PPRODUTO	ECONOMICIDAD E	PRODUTO	ECONOMICID ADE
Plano APPCC e PPHO aprovado	VA= 8.034,19 VR=107,61%	Plano APPCC e PPHO aprovado	VA= 8.034,19 VR=107,61%	Plano APPCC e PPHO aprovado

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Agente Administrativo		2
Agente de Atividade Agropecuário		2
Agente de Insp. Sanit. de Prod. de Origem Animal		247
Auxiliar de Inspeção (Conveniado)		7
Agente de Inspeção CDT (com vencimento em 2006)		5
Agente de Inspeção cedido (art. 102)		1043
Auxiliar Operacional Agropecuário		6
Datilografa		1
Fiscal Federal Agropecuário		116
Medico veterinário (conveniado)		28
Auxiliar de Laboratório		1

Obs: Distribuídos nas Unidades Técnicas e Vigilância Agropecuária da SFA/RS

Gráfico referente à programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



4.1.13.4.1. Ação 4780 – Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária

Plano Interno: FISCFRAUDE

Indicador: fiscalização realizada

4.1.13.4.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Combater a falsificação de produtos de origem animal e vegetal e a fraude de ordem econômica.
Descrição	Fiscalização do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Marcius Ribeiro de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local	Marco Antônio Rodrigues dos Santos

4.1.13.4.1.2. Resultados

Os recursos repassados, em 2007, atenderam a 75% do programado para execução dos objetivos a fim de atender as metas do SIPA/RS, metas estas, que muitas vezes foram emergenciais, tais como, acompanhamento de missões estrangeiras que mudaram de roteiro, incluindo o RS, ou auditorias para reinclusões de estabelecimentos em listas de exportadores, enfim houve várias emergências que fizeram com que alterássemos o programa de 2007.

Sendo que tivemos a cada mês, fazer nova programação pleiteando recursos para atendimento das metas do próximo mês.

Outra dificuldade enfrentada foi a convocação dos FFA's do SIPAG/RS (supervisores) pelo DIPOA para realização de auditorias, o que prejudicou o atendimento das metas de supervisões.

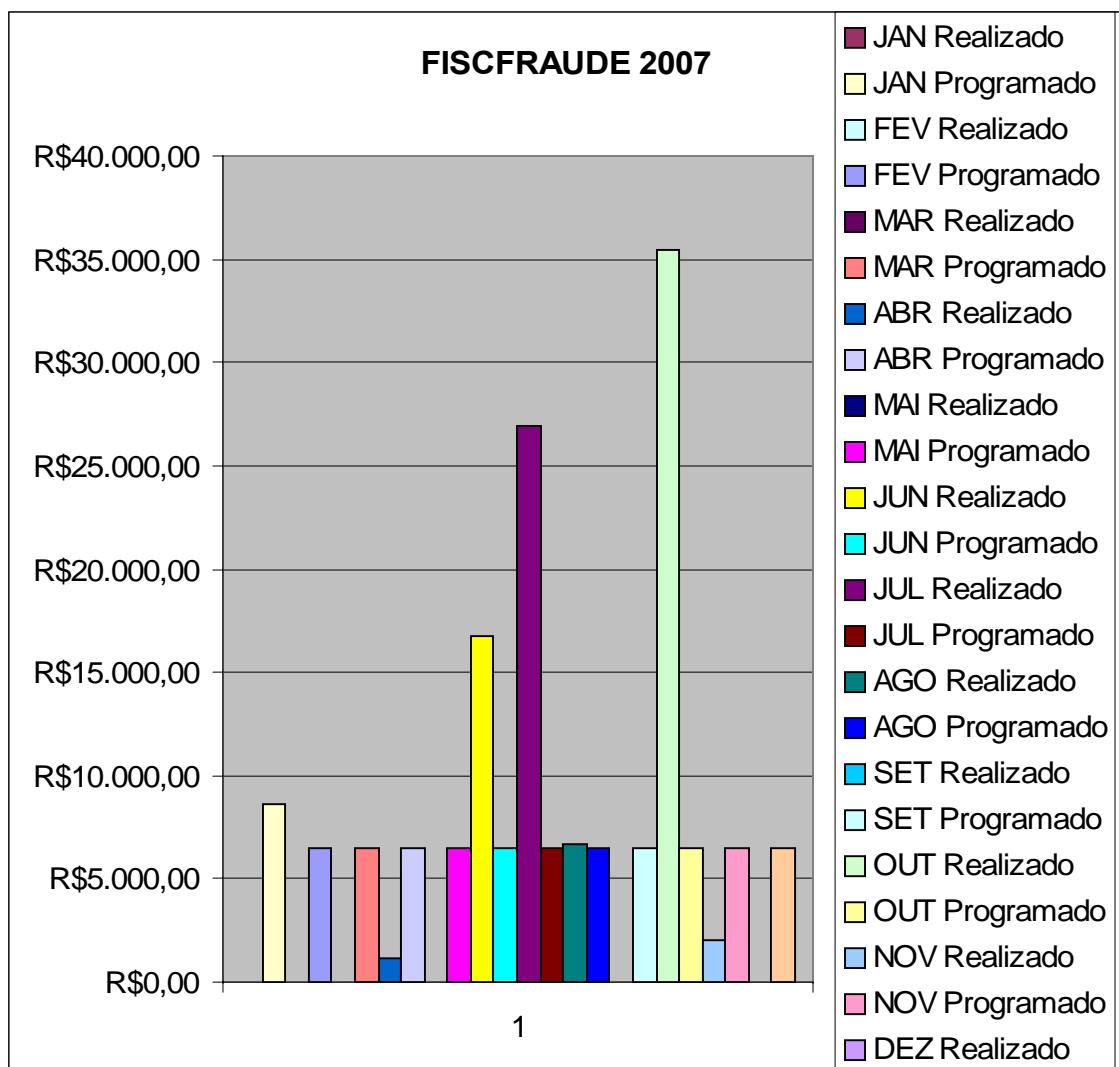
Quanto a recursos humanos, temos deficiência de 49 FFA's e de 886 AISIPOA, para uma lotação ideal.

Cabe-nos salientar que o Rio Grande do Sul possui um faturamento de 10,5 bilhões de reais destinados ao mercado interno, e 1,003 bilhões de dólares destinados ao mercado de exportação internacional.

O número de trabalhadores nos estabelecimentos com SIF, envolvidos diretamente é de 261.890 pessoas e indiretamente é de 1.594.500 pessoas.

Utilizamos o financeiro deste PI nas diversas ações de inspeção e fiscalização do SIPAG/SFA/RS.

Gráfico referente à programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
PRODUTO FISCALIZADO	180	36

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	42.000,00	63.913,97	63.821,94
339030	36.000,00	0,00	0,00
339033	0,00	23.218,60	22.678,20
339036	0,00	4.600,00	4.217,87
339039	25.200,00	0,00	0,00
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	103.200,00	91.732,57	90.718,01

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDAD E	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDAD E
Produto Fiscalizado	VA= 49.970,44(-) VR= 119,75%(-)	VA= 1.973,80 VR= 344,27%	VA= 144(-) VR= 20%(-)	VA= 144(-) VR= 80%

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Agente Administrativo		2
Agente de Atividade Agropecuário		2
Agente de Insp. Sanit. de Prod. de Origem Animal		247
Auxiliar de Inspeção (Conveniado)		7
Agente de Inspeção CDT (com vencimento em 2006)		5
Agente de Inspeção cedido (art. 102)		1043
Auxiliar Operacional Agropecuário		6
Datilografa		1
Fiscal Federal Agropecuário		116
Medico veterinário (conveniado)		28
Auxiliar de Laboratório		1

4.1.13.5.1. Ação 2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal

Plano Interno: INSPANIMAL2

Indicador: Estabelecimento inspecionado

4.1.13.5.1.1 Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Marcius Ribeiro de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local	Marco Antônio Rodrigues dos Santos

4.1.13.5.1.2 Resultados

Para garantir os padrões de qualidade e conformidade dos produtos e serviços é indispensável a realização de inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.

Os recursos repassados, em 2007, atenderam a 75% do programado para execução dos objetivos a fim de atender as metas do SIPA/RS, metas estas, que muitas vezes foram emergenciais, tais como, acompanhamento de missões estrangeiras que mudaram de roteiro, incluindo o RS, ou auditorias para reinclusões de estabelecimentos em listas de exportadores, enfim houve várias emergências que fizeram com que alterássemos o programa de 2007.

Sendo que tivemos a cada mês, fazer nova programação pleiteando recursos para atendimento das metas do próximo mês.

Outra dificuldade enfrentada foi a convocação dos FFA's do SIPAG/RS (supervisores) pelo DIPOA para realização de auditorias, o que prejudicou o atendimento das metas de supervisões.

Quanto a recursos humanos, temos deficiência de 49 FFA's e de 886 AISIPOA, para uma lotação ideal.

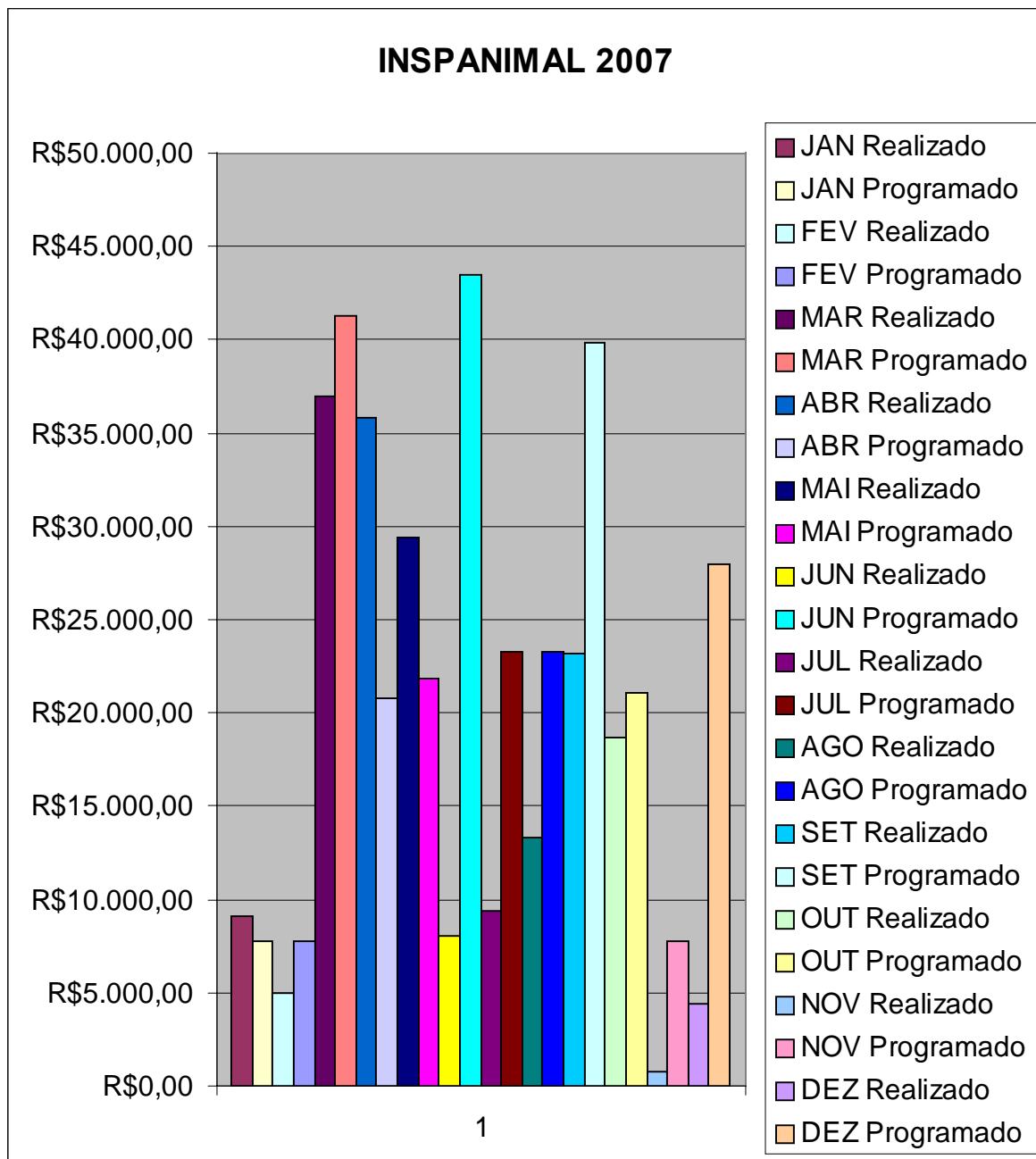
Cabe-nos salientar que o Rio Grande do Sul possui um faturamento de 10,5 bilhões de reais destinados ao mercado interno, e 1,003 bilhões de dólares destinados ao mercado de exportação internacional.

O número de trabalhadores nos estabelecimentos com SIF, envolvidos diretamente é de 261.890 pessoas e indiretamente é de 1.594.500 pessoas.

Utilizamos o financeiro deste PI nas diversas ações de inspeção e fiscalização do SIPAG/SFA/RS.

Sugerimos trabalhar apenas com um PI.

Gráfico referente à programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Estabelecimento Inspecionado	292	292
Acompanhamento de Missão Estrangeira Realizado	25	25
Reunião Nacional Realizado	160	160
Supervisão Realizada	584	328
Autos de Infração Aplicados	-	190
Produto Registrado	-	1250
Amostras Realizadas	-	4086

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	143.200,00	129.875,38	129.884,70
339030	50.400,00	20.000,00	20.000,00
339033	45.200,00	30.800,00	30.800,00
339036	0,00	1.000,00	996,10
339039	47.800,00	17.600,00	17.600,00
449052	150.000,00	44.297,90	44.294,90
TOTAL	436.600,00	243.573,28	243.535,70

4.1.13.6.1. Ação 2146 – Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal

Plano Interno: TIPPRODUTO

Indicador: Produto tipificado/classificado

4.1.13.6.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o atendimento das qualidades requeridas para produtos com atributos de qualidade diferenciada, que agregam valor em sua comercialização nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de normas, verificação de carcaças de animais no ponto de abate e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Ari Crespin dos Anjos
Responsável pela execução da ação no nível local	Marco Antônio Rodrigues Santosa

4.1.13.6.1.2. Resultados

Os recursos repassados, em 2007, atenderam a 75% do programado para execução dos objetivos a fim de atender as metas do SIPA/RS, metas estas, que muitas vezes foram emergenciais, tais como, acompanhamento de missões estrangeiras que mudaram de roteiro, incluindo o RS, ou auditorias para reinclusões de estabelecimentos em listas de exportadores, enfim houve várias emergências que fizeram com que alterássemos o programa de 2007.

Sendo que tivemos a cada mês, fazer nova programação pleiteando recursos para atendimento das metas do próximo mês.

Outra dificuldade enfrentada foi a convocação dos FFA's do SIPAG/RS (supervisores) pelo DIPOA para realização de auditorias, o que prejudicou o atendimento das metas de supervisões.

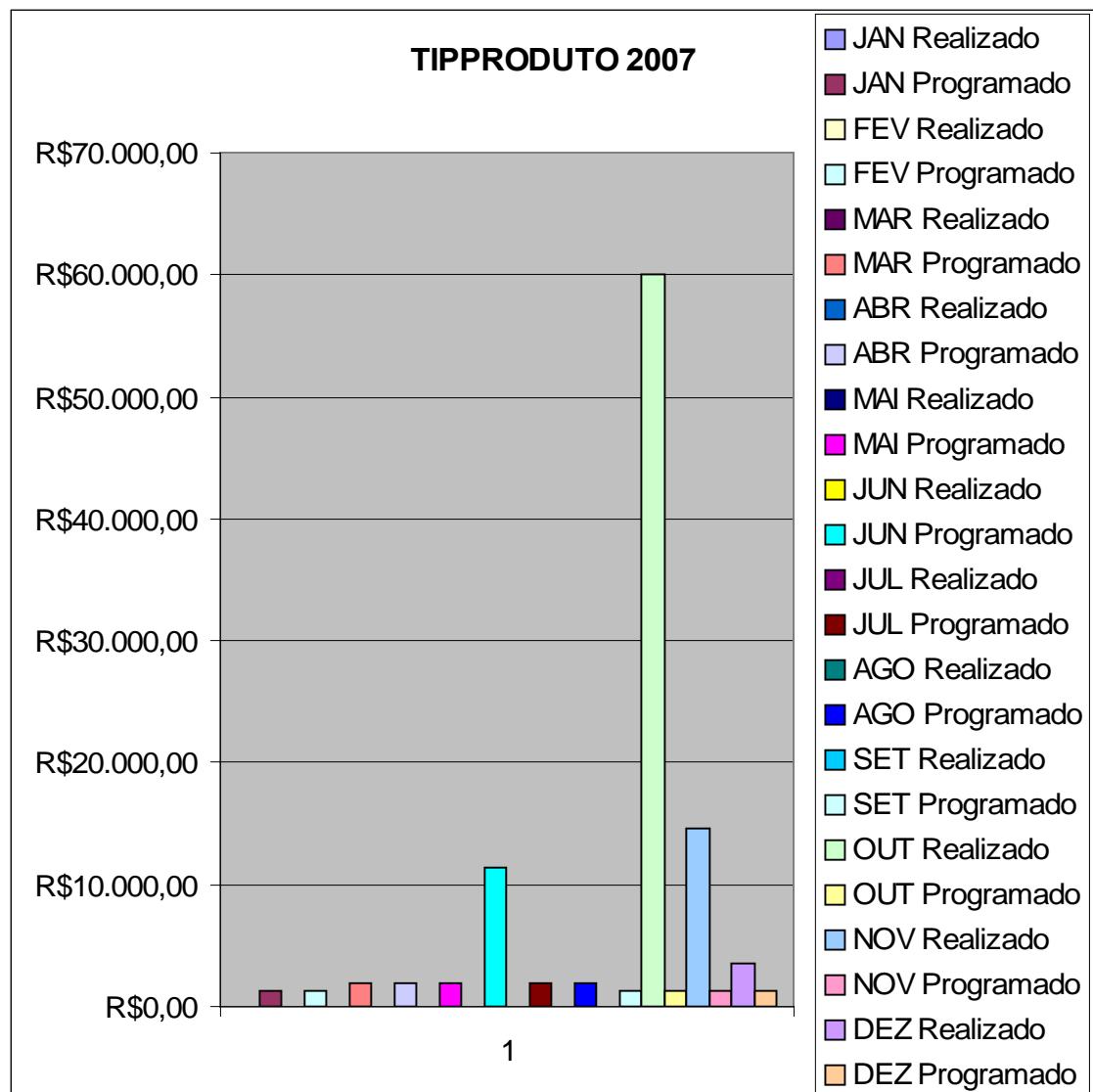
Quanto a recursos humanos, temos deficiência de 49 FFA's e de 886 AISIPOA, para uma lotação ideal.

Cabe-nos salientar que o Rio Grande do Sul possui um faturamento de 10,5 bilhões de reais destinados ao mercado interno, e 1,003 bilhões de dólares destinados ao mercado de exportação internacional.

O número de trabalhadores nos estabelecimentos com SIF, envolvidos diretamente é de 261.890 pessoas e indiretamente é de 1.594.500 pessoas.

Utilizamos o financeiro deste PI nas diversas ações de inspeção e fiscalização do SIPAG/SFA/RS.

Gráfico referente à programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
PRODUTO TIPIFICADO	30	0
SERVIDOR CAPACITADO	10	0

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	14.200,00	0,00	0,00
339090	0,00	44.550,00	44.550,00
339033	500,00	0,00	0,00
339036	0,00	0,00	0,00
339039	14.000,00	30.000,00	30.000,00
339037		5.000,00	5.000,00
449052	0,00	0,00	0,00
TOTAL	28.700,00	79.550,00	79.550,00

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
	PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA
PRODUTO TIPIFICADO	VA= VR=	VA= VR=	VA= VR=	VA= VR=

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Agente Administrativo		2
Agente de Atividade Agropecuário		2
Agente de Insp. Sanit. de Prod. de Origem Animal		247
Auxiliar de Inspeção (Conveniado)		7
Agente de Inspeção CDT (com vencimento em 2006)		5
Agente de Inspeção cedido (art. 102)		1043
Auxiliar Operacional Agropecuário		6
Datilografa		1
Fiscal Federal Agropecuário		116
Medico veterinário (conveniado)		28
Auxiliar de Laboratório		1

Obs: Distribuídos nas Unidades Técnicas e Vigilância Agropecuária da SFA/RS

4.1.13.7.1. Ação 2131 – Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Plano Interno: IPVEGETAL

Indicador: Estabelecimento inspecionado

4.1.13.7.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal ofertados à população..
Descrição	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de vinagres e bebidas de origem vegetal, bem como, análise prévia à importação desses produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local	Marco Antônio Rodrigues dos Santos

4.1.13.7.1.2. Resultados

A atividade de fiscalização de produtos de origem vegetal, especificamente na área de bebidas e vinagres, envolve reflexos em três segmentos da sociedade:

- **Consumidores:** pela garantia da produção de produtos genuínos e seguros à saúde humana
- **Produtores rurais:** na medida em que se assegura a genuinidade dos produtos, se cria obrigatoriamente demanda de maior produção de matéria-prima de origem vegetal, gerando emprego e renda para a atividade rural, contribuindo para a fixação do homem ao campo.

Indústrias: a ação da fiscalização, pela obrigação do cumprimento das normas legais a todas as indústrias, estabiliza o mercado, evitando a concorrência desleal predatória..

O projeto IPVEGETAL tem previsto, no PPA, apenas um produto: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO.

Este produto constitui-se, efetivamente, no principal objetivo da fiscalização que, no entanto, desenvolve uma série de outras atividades na área de bebidas e vinagres.

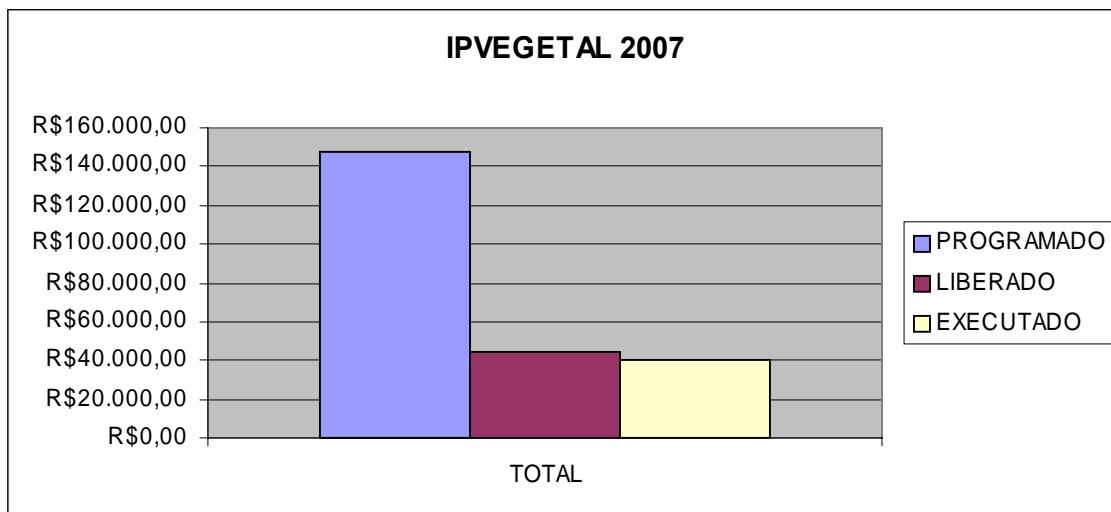
Desta forma, os indicadores calculados acima apresentam resultados não significativos. Quantificando-se apenas o realizado relativamente a este produto não se pode avaliar a atividade do serviço.

A situação real é que o serviço não dispõe de quadro de pessoal suficiente para garantir a inspeção periódica de todos os estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres do estado do Rio Grande do Sul, além das outras atividades que lhe são inerentes e obrigatórias.

A situação do serviço vem se agravando gradativamente a partir publicação da Port 300/2005, com a junção dos SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEGETAL e SERVIÇO DE INSPEÇÃO ANIMAL no atual SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS criando uma estrutura de difícil gerenciamento pelo seu tamanho.

Apesar de duplicar sua área de atuação com a incorporação da classificação vegetal e do monitoramento de resíduos vegetais, o quadro de pessoal diminuiu em 2007. Dois funcionários que deveriam ser incorporados ao serviço em função do concurso de remoção interno não o foram. Outro funcionário egresso de concurso externo foi cedido a outro órgão federal e um funcionário que já era do quadro foi transferido para outro estado sem reposição. O resultado final é que o quadro atual deveria ser de 8 fiscais mas está reduzido a apenas 4 o que prejudica sensivelmente o desempenho das atividades.

Gráfico referente a programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Estabelecimento inspecionado	231	277
Produtos fiscalizados	430	602
Produtos importados fiscalizados	3.300	4.204
Vistorias para registro	70	89
Registros de estabelecimentos	40	42
Alterações, renovações e cancelamento de registros de estabelecimentos	200	212
Produtos registrados	1.200	1.045
Alterações, renovações e cancelamento de registros de produtos	3.500	2.890
Participação de reuniões do setor produtivo, seminários, congressos, etc	67	45
Curso de especialização	2	2

OUTRAS INFORMAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO
Intimações	135
Autos de Infração	92
Fechamento de estabelecimento	2
Termo de apreensão	12
Termo de liberação	5
Termo de inutilização	3
Relatório de 1 ^a instância	88
Julgamento de 1 ^a instância	86
Advertência aplicada	28
Multa aplicada	42
Valor das multas aplicadas (R\$ x 1000)	291,2
Encaminhamento à dívida ativa da União	18
Encaminhamento ao MP	28
Representação ao conselho técnico	30

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
3390-14	39.582,72	22.412,54	19.392,42
3390-30	13.972,00	8.739,00	7.699,00
3390-33	9.200,00	3.800,00	3.800,00
3390-36	0,00	0,00	0,00
3390-39	19.840,00	12.040,00	12.040,00
3350-39	27.456,00	4.716,00	
3490-52	38.020,00	51707,54	46.991,54

Fls.: ___
Rub: ___

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	Variação relativa + 277,22 variação absoluta + 29.345,95	Custo Unitário realizado 74,01 custo unitário programado 177,92 variação absoluta - 103,91 variação relativa - 58,40	Variação absoluta + 65 variação relativa + 21,59%	Variação absoluta - 821 variação relativa 30,85 %

Diagnóstico Atual da Situação no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
Indústrias registradas	Estabelecimento	1.187
Importadores registrados	Estabelecimento	220
Produtos registrados	Produto	12.790

4.1.13.8.1. Ação 4746 – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais

Plano Interno: PADCLASSIF

Indicador: Produto fiscalizado

4.1.13.8.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos produtos vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores; e fiscalização da identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica-DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Karina Fontes Coelho
Responsável pela execução da ação no nível local	Marco Antônio Rodrigues dos Santos

4.1.13.8.1.2. Resultados

A Classificação vegetal é a atividade que tem a finalidade de determinar as características intrínsecas e extrínsecas de um produto vegetal. A realização da classificação vegetal pode apresentar as seguintes vantagens:

- Possibilita a seleção de produtos para diferentes usos, em função da qualidade, com diferenciação de preços e redução de despesas de embalagens, armazenamento, seguro, transporte, aumentando a eficiência do manuseio do produto nas diversas etapas da comercialização;
- Possibilita a comercialização sem a presença física do produto, mediante a apresentação do Certificado de Classificação;
- Facilita a rápida comparação de preços dos produtos em diferentes mercados;

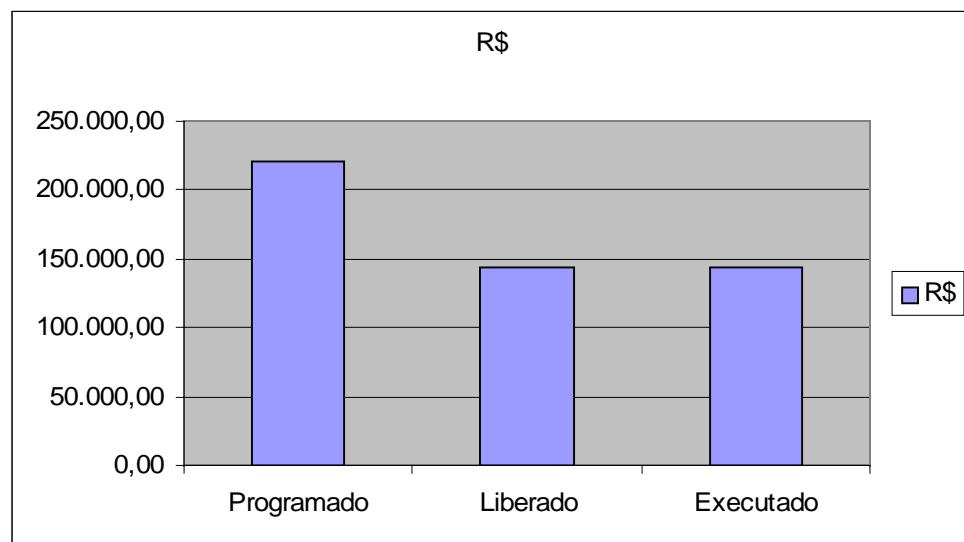
- Identifica os produtos inadequados ao consumo humano;
- Auxilia na proteção à saúde pública quando analisa produtos para salvaguardar a saúde humana;
- Auxilia no combate à sonegação de impostos, quando subsidia aos órgãos do fisco;
 - Resguarda a economia nacional dos riscos de importação de produtos inadequados ao consumo;

Destacam-se como principais objetivos desta Ação: a) impedir a comercialização de produtos vegetais em desacordo com os padrões oficiais; b) retirar do mercado produtos vegetais que possam prejudicar a saúde humana

A previsão de lotação de FFA na área da Classificação Vegetal no RS para 2007 era de 03, com a transferência de um para o SIPAG/PR, que não foi substituído, e a vaga destinada à remoção interna não sendo preenchida, o número se reduziu a um.

Soma-se a esta situação a demanda de tempo para montar um Laboratório Oficial para a Classificação de Produtos de Origem Vegetal junto ao LANAGRO, através da aquisição de equipamentos por Pregão Eletrônico.

Gráfico referente à programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Fiscalização de estabelecimentos (unidade)	84	110
Fiscalização da classificação (tonelada)	2.100	3.650,5
Classificação da importação (tonelada)	1.179.356,21	54.118.850,02
Total de produto fiscalizado	1.181.456,21	54.122.500,52
Fiscalização de empresas credenciadas	20	13
Inspeção para credenciamento	-	02
Cursos de classificação	03	03
Treinamento em fiscalização	15	10
Formação e habilitação de classificadores	--	10

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO R\$	LIBERADO R\$	EXECUTADO R\$
339014	64.281,83	32.259,15	32.250,04
339030	19.332,00	12.003,75	12.003,75
339033	14.400,00	12.600,00	12.600,00
339036	13.544,79	5.705,44	5.705,44
339039	15.940,00	307.890,00	307.890,00
335039	6.864,00		
449052	87.228,00	81.655,97	81.353,97
	221.590,62	452.114,31	451.803,20

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR
PRODUTO	ECONOMICIDADE
PRODUTO FISCALIZADO	<p>Variação Absoluta (VA) do custo realizado de 2006 para 2007</p> <p>VA= CR2007-CR2006 114.375,59-18.437,62 = 95.937,97</p> <p>Variação Relativa (VR) percentual do custo realizado de 2006 para 2007</p> <p>{(114.375,59 : 18.437,62)x100}-100 = 520,33%</p>
	<p>Custo Unitário realizado(CUR)</p> <p>CUR= 114.375,59 : 54.122.500,52= <u>0,0021</u></p> <p>Custo Unitário Programado(CUP)</p> <p>CUP = 221.590,62 : 1.181.456,21 = <u>0,1875</u></p> <p>Variação Absoluta = 0,0021 - 0,1875 = <u>0,1854</u></p> <p>Variação percentual entre o custo unitário realizado e programado em 2007</p> <p>{(0,0021 : 0,1875).100}-100 = <u>-98,88</u></p>

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

Pela falta de obrigatoriedade de registro no MAPA das empresas embaladoras de produtos vegetais, não se sabe ao certo quantos seriam os estabelecimentos que estariam sujeitos a fiscalização por parte do setor de Classificação Vegetal. Este fato dificulta de certa forma o planejamento das ações de fiscalização e também não permite que se tenha uma melhor avaliação da abrangência da mesma. Muitas empresas podem ficar longos períodos sem fiscalização.

Atualmente a classificação vegetal no Rio Grande do Sul é realizada por 23 empresas devidamente credenciadas no MAPA que somadas tem 70 Postos de Classificação.

A verificação da conformidade dos produtos importados que são internalizados pelas UVAGRO's é feita pela EMATER/RS-ASCAR, através do Contrato de Prestação de Serviço nº 12/03, firmado com a SFA/RS. Até o mês de novembro de 2006 foi classificado nas fronteiras um total de 54.122.500,52 toneladas de produtos vegetais, gerando ao Ministério da Agricultura um retorno de R\$ 203.866,42, referente ao repasse de 20% da taxa que é arrecadada pela EMATER.

No mês de dezembro de 2007 foi realizado o Pregão Eletrônico nº 17/07 para a aquisição de equipamentos (02 Balanças eletrônicas de precisão, 01 placa polarizadora, 01 Paquímetro digital, 01 refratômetro digital, 01 Medidor de umidade de grãos e cereais, 10 caladores de sacaria, 02 classificador de renda, 04 jogo de peneira, 04 peso padrão, 01 provador de arroz, 01 quarteador de cereais 16 canais, 01 quarteador de cereais de 32 canais e 01 mesa antivibratória) que serão destinados a fiscalização da classificação e ao Laboratório de Classificação Vegetal do LANAGRO, em substituição aos equipamentos cedidos pela EMATER. Através de pregão eletrônico também foram adquiridos vários equipamentos eletrônicos para auxiliar a fiscalização, bem como equipamentos para o escritório.

Reiteramos que neste ano a força de trabalho de fiscalização da área de classificação vegetal se reduziu em 50% com a transferência do FFA Marcelo de Paula Segatto para o SIPAG/PR, que não foi substituído e que a vaga destinada à remoção interna não foi preenchida. Onde deveria ter três fiscais, temos hoje somente um.

4.1.13.9.1. Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal

Plano Interno: RESIDUOS

Indicador: Análise laboratorial realizada

4.1.13.9.1.1. Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA / Divisão Técnica – DT/SFA/RS / SIPAG/DT/SFA/RS
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela execução da ação no nível local	Marco Antônio Rodrigues dos Santos

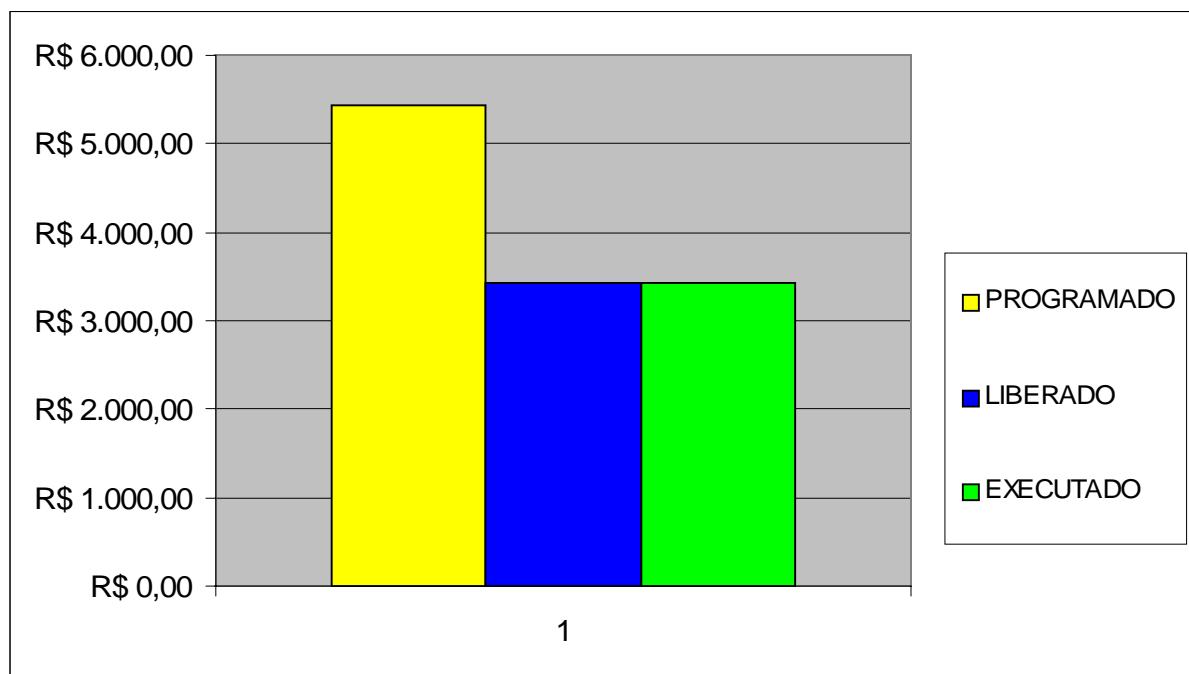
4.1.13.9.1.2. Resultados

A atividade de monitoramento de resíduos e agrotóxicos envolve basicamente a questão de Segurança (inocuidade) alimentar, bem como por ser uma exigência consolidada internacionalmente para fins de comércio internacional de produtos agrícolas.

O programa teve origem na exigência de controles e garantias oficiais por parte do governo brasileiro para a manutenção das exportações de frutas para os países da Comunidade Européia.

Destacam-se como objetivos desta Ação: a) contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos; b) assegurar a inocuidade alimentar de produtos de origem vegetal, especialmente frutas, no que se refere à contaminação de resíduos e agrotóxicos para os produtos destinados à exportação para países da Comunidade Européia.

Gráfico referente a programação financeira de 2007 e Liberação e Execução financeira de 2007.



Fls.: ___
Rub: ___

Metas Físicas

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
Amostras coletadas/analisadas	120	109

Metas Financeiras

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO
339014	3.298,56	6.382,14	6.382,14
339030	2.145,00	1.306,25	1.306,25
339033		3.085,00	3.085,00
339036			
339039			
449052		120.406,00	120.404,80
TOTAL	5443,56	131.179,39	131.178,19

Indicadores

ATRIBUTO	INDICADOR			
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Análise Laboratorial Realizada	Variação relativa 0 Variação Absoluta 0 *	Custo Unitário Realizado 31,38 Custo Unitário Programado 45,36 Variação Absoluta -13,98 Variação Relativa -30,82	Variação Absoluta -11 Variação Relativa -9,17	Variação Absoluta -11 Variação Relativa 90,83%

*O Programa teve início ao final do ano de 2006, portanto os indicadores de economicidade não podem ser analisados, por falta de parâmetros de comparação

O projeto RESÍDUOS tem previsto, no PPA, apenas um produto: ANÁLISE LABORATORIAL REALIZADA.

A meta física realizada ficou abaixo da meta física programada em razão do programa de monitoramento ser realizado ao longo do ano durante todos os meses. No entanto, nos meses de dezembro e janeiro muitas empresas que participam do monitoramento não possuem em depósito produto para ser amostrado, em razão do término da safra, o que ocasiona a diminuição dos valores da meta física realizada.

Fls.: ____
Rub: ____

Diagnóstico Atual da Atividade no Estado

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TOTAL
estabelecimentos produtores de sêmen / embriões	estabelecimento	14
estabelecimento de multiplicação de aves (matrizeiros, avozeiros e incubatórios)	estabelecimento	353
estabelecimento de multiplicação de avestruzes (granjas e incubatórios)	estabelecimento	48

5. Desempenho Operacional

O desempenho operacional da SFA/RS pode ser visualizado na tabela abaixo, onde se verifica o valor dos recursos recebidos e executados, e o percentual de aplicação dos mesmos.

Programa	Serv	Plano Interno	ND	Recebido	Executado	Indice %
750	DAD	MANUTRS	335039	189.000,00	189.000,00	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339014	56.716,56	56.716,56	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339030	57.805,56	57.523,65	99,50%
750	DAD	MANUTRS	339036	25.995,10	25.995,10	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339037	1.669.850,46	1.669.850,46	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339039	1.391.248,54	1.385.583,27	99,50%
750	DAD	MANUTRS	339047	3.932,04	3.932,04	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339092	15.012,88	15.012,88	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339139	30.136,00	30.136,00	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339147	1.100,00	1.100,00	100,00%
750	DAD	MANUTRS	339192	12.382,33	12.382,33	100,00%
750	DAD	MANUTRS	449051	50.000,00	50.000,00	100,00%
1169	STC	GAPCOOP	339014	10.500,00	10.378,74	98,00%
1169	STC	GAPCOOP	339030	5.000,00	5.000,00	100,00%
1169	STC	GAPCOOP	339039	12.000,00	12.000,00	100,00%
1169	STC	GAPCOOP	339033	1.200,00	1.200,00	100,00%
1169	STC	GAPCOOP	339036	381,41	381,41	100,00%
6003	STC	FISCONTRATO	339014	8.039,76	8.039,76	100,00%
6003	STC	FISCONTRATO	339030	4.840,00	4.840,00	100,00%
6003	STC	FISCONTRATO	339039	1.600,00	1.600,00	100,00%
359	SEDESA	FEBREAFTOSA	339014	28.051,63	28.051,63	100,00%
359	SEDESA	PCEBOV1	339014	15.125,68	15.125,68	100,00%
359	SEDESA	TUBERBRUCE	339014	14.877,83	14.875,83	99,90%
359	SEDESA	VACALOUCA	339014	12.446,71	12.446,71	100,00%
				70.501,85	70.499,85	99,90%
359	SEDESA	FEBREAFTOSA	339030	19.631,00	19.631,00	100,00%
359	SEDESA	PCEBOV1	339030	7.476,00	7.442,00	99,50%
359	SEDESA	TUBERBRUCE	339030	7.219,60	7.219,60	100,00%
359	SEDESA	VACALOUCA	339030	6.560,00	6.560,00	100,00%
TOTAL				40.886,60	40.852,60	99,90%
359	SEDESA	FEBREAFTOSA	339033	4.936,24	4.936,24	100,00%
359	SEDESA	PCEBOV1	339033	3.600,00	3.600,00	100,00%
359	SEDESA	VACALOUCA	339033	2.000,00	2.000,00	100,00%
TOTAL				10.536,24	10.536,24	100,00%
359	SEDESA	FEBREAFTOSA	339036	20.430,38	20.430,38	100,00%
359	SEDESA	PCEBOV1	339036	12.270,40	12.270,40	100,00%
359	SEDESA	TUBERBRUCE	339036	3.263,12	3.263,12	100,00%
359	SEDESA	VACALOUCA	339036	32.050,92	32.050,92	100,00%
TOTAL				68.014,82	68.014,82	100,00%

Fls.: ____
Rub: ____

359	SEDESA	PCEBOV1	339037	816,24	816,24	100,00%
359	SEDESA	VACALOUCA	339037	478,94	478,94	100,00%
TOTAL				1.295,18	1.295,18	100,00%
359	SEDESA	FEBREAFTOSA	339039	38.535,00	38.031,00	98,60%
359	SEDESA	PCEBOV1	339039	917.326,14	917.326,14	100,00%
359	SEDESA	TUBERBRUCE	339039	2.050,00	1.954,11	95,30%
359	SEDESA	VACALOUCA	339039	4.029,24	4.029,24	100,00%
TOTAL				961.940,38	961.340,49	99,90%
359	SEDESA	VACALOUCA	339093	8.090,96	8.090,96	100,00%
371	SEDESA	PCEAVE	339014	27.222,50	27.210,52	99,90%
371	SEDESA	PCEAVE	339030	15.784,00	15.784,00	100,00%
371	SEDESA	PCEAVE	339033	11.150,00	11.150,00	100,00%
371	SEDESA	PCEAVE	339036	30.956,83	30.956,83	100,00%
371	SEDESA	PCEAVE	339037	1.730,43	1.730,43	100,00%
371	SEDESA	PCEAVE	339039	13.042,85	13.042,85	100,00%
354	SEDESA	CPFRUTI1	335030	201.000,00	201.000,00	100,00%
354	SEDESA	CPFRUTI1	335039	999.000,00	999.000,00	100,00%
354	SEDESA	ERRADICC	339014	15.592,32	13.086,44	83,90%
354	SEDESA	SIGATOKA	339014	2.464,04	2.464,04	100,00%
354	SEDESA	CPFRUTI1	339014	15.494,62	15.465,38	99,80%
TOTAL				33.550,98	31.015,86	92,40%
354	SEDESA	ERRADICC	339030	4.500,00	4.500,00	100,00%
354	SEDESA	SIGATOKA	339030	2.190,00	2.190,00	100,00%
354	SEDESA	CPFRUTI1	339030	6.812,50	6.812,50	100,00%
TOTAL				13.502,50	13.502,50	100,00%
354	SEDESA	ERRADICC	339033	2.700,00	2.700,00	100,00%
354	SEDESA	SIGATOKA	339033	938,24	938,24	100,00%
354	SEDESA	CPFRUTI1	339033	2.240,00	2.240,00	100,00%
TOTAL				5.878,24	5.878,24	100,00%
354	SEDESA	ERRADICC	339036	9.998,76	9.998,76	100,00%
354	SEDESA	SIGATOKA	339036	1.855,44	1.847,47	99,50%
354	SEDESA	CPFRUTI1	339036	2.783,16	2.783,16	100,00%
TOTAL				14.637,36	14.629,39	99,90%
354	SEDESA	ERRADICC	339039	5.150,00	5.150,00	100,00%
354	SEDESA	CPFRUTI1	339039	600,00	600,00	100,00%
TOTAL				5.750,00	5.750,00	100,00%
357	SEDESA	VIGIFITO	339014	28.644,76	28.644,76	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCPLANTA1	339014	101.571,28	101.567,89	99,90%
357	VIGIAGRO	FISCANIMAL1	339014	31.545,12	30.452,27	96,50%
TOTAL				161.761,16	160.664,92	99,30%
357	SEDESA	VIGIFITO	339030	9.410,18	9.410,18	100,00%

Fls.: ___
Rub: ___

357	VIGIAGRO	FISCPLANTA1	339030	59.250,00	59.250,00	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCANIMAL1	339030	36.672,93	36.672,93	100,00%
TOTAL				105.333,11	105.333,11	100,00%
357	SEDESA	VIGIFITO	339033	20.402,00	20.402,00	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCPLANTA1	339033	51.300,00	51.300,00	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCANIMAL1	339033	6.700,00	6.700,00	100,00%
TOTAL				78.402,00	78.402,00	100,00%
357	SEDESA	VIGIFITO	339036	18.946,62	18.647,41	98,40%
357	VIGIAGRO	FISCPLANTA1	339036	1.200,00	1.200,00	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCANIMAL1	339036	848,84	848,84	100,00%
TOTAL				20.995,46	20.696,25	98,50%
357	SEDESA	VIGIFITO	339039	51.550,00	51.550,00	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCPLANTA1	339039	154.892,87	153.792,87	99,20%
357	VIGIAGRO	FISCANIMAL1	339039	481.098,31	481.098,31	100,00%
TOTAL				687.541,18	686.441,18	99,80%
357	SEDESA	VIGIFITO	449052	39.320,00	39.320,00	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCPLANTA1	449052	349.865,88	349.865,88	100,00%
357	VIGIAGRO	FISCANIMAL1	449052	252.750,00	252.296,00	99,80%
TOTAL				641.935,88	641.481,88	99,90%
363	SEDESA	PCPOPLAN	339014	6.033,62	6.033,62	100,00%
363	SEDESA	PCPOPLAN	339030	1.775,00	1.775,00	100,00%
363	SEDESA	PCPOPLAN	339033	3.875,00	3.875,00	100,00%
363	SEDESA	PCPOPLAN	339036	6.648,66	6.597,52	99,20%
363	SEDESA	PCPOPLAN	339039	750,00	750,00	100,00%
369	SEDESA	PCPHORT	339014	1.343,08	1.343,08	100,00%
369	SEDESA	PCPHORT	339030	420,00	420,00	100,00%
369	SEDESA	PCPHORT	339033	2.060,00	2.060,00	100,00%
369	SEDESA	PCPHORT	339036	515,40	515,40	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	335039	2.280,00	0,00	0,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	335039	2.280,00	0,00	0,00%
375	SEFAG	FISAGROTOX	339014	10.541,61	8.682,84	82,30%
375	SEFAG	FISPROVET1	339014	18.237,00	18.237,00	100,00%
375	SEFAG	FISCAGRIC1	339014	10.550,00	9.945,37	94,20%
375	SEFAG	FISCAGRIC1	339014	5.300,00	5.300,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339014	12.670,00	12.670,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339014	25.900,00	25.129,14	97,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339014	9.006,00	9.006,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339014	43.503,78	41.069,91	94,40%
375	SEFAG	FISCGENE	339014	12.149,83	12.101,54	99,60%
375	SEFAG	FISCINAN	339014	26.301,06	26.276,61	99,90%
TOTAL				174.159,28	168.418,41	96,70%
375	SEFAG	FISAGROTOX	339030	3.940,00	3.940,00	100,00%
375	SEFAG	FISPROVET1	339030	9.865,00	9.865,00	100,00%
375	SEFAG	FISCAGRIC1	339030	6.100,00	6.088,00	99,90%

Fls.: ___
Rub: ___

375	SEFAG	FISCAGRIC1	339030	1.100,00	1.100,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339030	5.100,00	5.100,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339030	16.100,00	15.938,23	98,90%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339030	1.800,00	1.800,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339030	9.900,00	9.297,94	93,90%
375	SEFAG	FISCGENE	339030	3.028,00	3.028,00	100,00%
375	SEFAG	FISCINAN	339030	9.144,00	9.144,00	100,00%
TOTAL				66.077,00	65.301,17	98,80%
375	SEFAG	FISAGROTOX	339033	6.740,00	6.740,00	100,00%
375	SEFAG	FISPROVET1	339033	10.200,00	10.200,00	100,00%
375	SEFAG	FISCAGRIC1	339033	2.800,00	2.800,00	100,00%
375	SEFAG	FISCAGRIC1	339033	5.600,00	5.600,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339033	200,00	200,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339033	6.800,00	6.800,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339033	1.950,00	1.950,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339033	53.590,72	53.501,52	99,80%
375	SEFAG	FISCGENE	339033	8.413,60	8.413,60	100,00%
375	SEFAG	FISCINAN	339033	8.608,80	8.608,80	100,00%
TOTAL				104.903,12	104.813,92	99,90%
375	SEFAG	FISPROVET1	339036	500,03	448,23	89,60%
375	SEFAG	FISCAGRIC1	339036	3.000,00	3.000,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339036	2.280,00	2.280,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339036	18.296,97	18.296,97	100,00%
				24.077,00	24.025,20	99,70%
375	SEFAG	FISAGROTOX	339039	200,00	200,00	100,00%
375	SEFAG	FISPROVET1	339039	1.800,00	1.800,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339039	500,00	500,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	339039	51.200,00	51.200,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339039	2.010,00	2.010,00	100,00%
375	SEFAG	FISCALSEM1	339039	202.942,00	202.942,00	100,00%
375	SEFAG	FISCGENE	339039	1.270,00	1.270,00	100,00%
375	SEFAG	FISCINAN	339039	4.400,00	4.400,00	100,00%
375	SEFAG	FISAGROTOX	339139	4.500,00	4.500,00	100,00%
				268.822,00	268.822,00	100,00%
375	SEFAG	FISPROVET1	449052	8.641,00	8.641,00	100,00%
375	SEFAG	FISFECOI	449052	18.946,08	18.639,84	98,30%
375	SEFAG	FISCALSEM1	449052	3.000,00	2.700,00	90,00%
				30.587,08	29.980,84	98,00%
356	SEFAG	RASTREAB	339014	8.140,44	8.140,44	100,00%
356	SEFAG	FISCORGGEN	339014	9.168,31	7.255,00	79,13%
356	SIPAG	FISCFRAUDE	339014	63.913,97	63.821,94	99,80%
356	SIPAG	INSPANIMAL2	339014	129.875,38	129.844,70	99,90%
356	SIPAG	IPVEGETAL	339014	22.412,54	22.412,54	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	339014	32.250,04	32.250,04	100,00%
356	SIPAG	RESIDUOS	339014	6.382,14	6.382,14	100,00%
TOTAL				272.142,82	270.106,80	99,20%
356	SEFAG	RASTREAB	339030	2.000,00	2.000,00	100,00%

Fls.: ___
Rub: ___

356	SEFAG	FISCORGEN	339030	2.686,00	2.686,00	100,00%
356	SIPAG	CONTROPOA	339030	16.500,00	16.500,00	100,00%
356	SIPAG	INSPANIMAL2	339030	20.000,00	20.000,00	100,00%
356	SIPAG	TIPPRODUTO	339030	44.550,00	44.550,00	100,00%
356	SIPAG	IPVEGETAL	339030	8.739,00	8.739,00	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	339030	12.003,75	12.003,75	100,00%
356	SIPAG	RESIDUOS	339030	1.306,25	1.306,25	100,00%
TOTAL				107.785,00	107.785,00	100,00%
356	SEFAG	RASTREAB	339033	3.900,00	3.900,00	100,00%
356	SEFAG	FISCORGEN	339033	8.000,00	8.000,00	100,00%
356	SIPAG	FISCFRAUDE	339033	22.678,20	22.678,20	100,00%
356	SIPAG	INSPANIMAL2	339033	30.800,00	30.800,00	100,00%
356	SIPAG	IPVEGETAL	339033	3.800,00	3.800,00	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	339033	12.600,00	12.600,00	100,00%
356	SIPAG	RESIDUOS	339033	3.085,00	3.085,00	100,00%
TOTAL				84.863,20	84.863,20	100,00%
356	SEFAG	RASTREAB	339036	450,00	450,00	100,00%
356	SEFAG	FISCORGEN	339036	200,00	200,00	100,00%
356	SIPAG	FISCFRAUDE	339036	4.600,00	4.217,87	91,60%
356	SIPAG	INSPANIMAL2	339036	997,00	996,10	99,90%
356	SIPAG	PADCLASSIF	339036	5.705,44	5.705,44	100,00%
TOTAL				11.952,44	11.569,41	96,70%
356	SIPAG	CONTROPOA	339037	1.100,00	1.100,00	100,00%
356	SIPAG	TIPPRODUTO	339037	5.000,00	5.000,00	100,00%
TOTAL				6.100,00	6.100,00	100,00%
356	SEFAG	RASTREAB	339039	200,00	200,00	100,00%
356	SEFAG	FISCORGEN	339039	2.200,00	2.200,00	100,00%
356	SIPAG	CONTROPOA	339039	1.400,00	1.400,00	100,00%
356	SIPAG	FISCFRAUDE	339039	540,00	0,00	0,00%
356	SIPAG	INSPANIMAL2	339039	17.600,00	17.600,00	100,00%
356	SIPAG	TIPPRODUTO	339039	30.000,00	30.000,00	100,00%
356	SIPAG	IPVEGETAL	339039	12.040,00	12.040,00	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	339039	7.890,00	7.890,00	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	339039	300.000,00	300.000,00	100,00%
TOTAL				371.870,00	371.330,00	99,80%
356	SEFAG	FISCORGEN	339093	120,00	0,00	0,00%
356	SIPAG	INSPANIMAL2	449052	44.297,90	44.294,90	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	449052	1.350,00	1.350,00	100,00%
356	SIPAG	PADCLASSIF	449052	80.003,97	80.003,97	100,00%
356	SIPAG	RESIDUOS	449052	120.404,80	120.404,80	100,00%
TOTAL				246.056,67	246.053,67	100,00%

As informações relativas aos indicadores de desempenho e ao atingimento das metas programadas estão disponibilizadas nos itens 4.1.1 a 4.1.13, onde os Coordenadores Estaduais de Ação apresentam o desenvolvimento das atividades realizadas no

Fls.: ____
Rub: ____

exercício de 2007, com informações referentes ao resultado das ações, metas físicas, metas financeiras, indicadores de desempenho e ao diagnóstico atual da atividade no Estado.

Fls.: ____
Rub: ____

6. Previdência Complementar Patrocinada

Na Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, não foram realizados gastos com Previdência Complementar Patrocinada, no ano de 2007.

Fls.: ____
Rub: ____

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

Não houve, durante o ano de 2007, instituições beneficiadas por renúncia fiscal.

Fls.: ____
Rub: ____

8. Operações de fundos

Não houve durante o ano de 2007, a realização de operações de fundos, pela SFA/RS.

Fls.: ____
Rub: ____

9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU 85/2007) (Incluída pela Portaria CGU n.º 328/2008)

Fls.: ____
Rub: ____

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não foram realizadas Tomadas de Contas Especiais durante o ano de 2007.

Fls.: ____
Rub: ____

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não houveram perdas, extravios ou outras irregularidades conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU.

Fls.: ____
Rub: ____

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item 08 do anexo II da DN TCU-85/2007 e item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .

Tabela X – Cartão de Crédito Corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Não foram efetuadas despesas pagas mediante fatura nos anos de 2005 a 2007.

2005	2006	2007

Tabela X – Cartão de Crédito Corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Não foram efetuadas despesas pagas mediante fatura no exercício de 2007.

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor

Tabela X – Cartão de Crédito Corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
R\$ 36.613,00	R\$ 27.540,00	R\$ 20.300,00

Tabela X – Cartão de Crédito Corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Despesas pequenas na Sede	Equipar trailer para monitoramento de aves migratórias	Ana Lúcia Stepan	R\$ 1.000,00
Despesas pequenas na Sede	Monitoramento de aves migratórias	Bernardo Todeschini	R\$ 800,00
Despesas pequenas na Sede	Monitoramento de aves migratórias	Jairo João Carbonari	R\$ 500,00
Despesas pequenas na Sede	Trabalho de Campo	Taís Oltramari Bernasque	R\$ 500,00
Serviço de Terceiros	Serviço de roça no Quarentenário	Carlos Dutra Marques	R\$ 500,00
Despesas de pequenas na Sede	Material de Expediente	Luiz Carlos Weber	R\$ 500,00
Despesas de Pedágio	Servidores em viagem	Francisco Gama	R\$ 600,00
Despesas de Pedágio	Servidores em viagem	Lauri dos Santos Feula	R\$ 1.000,00
Serviços de Terceiros	Montagem e Desmontagem de Prateleiras	Luiz Carlos Weber	R\$ 500,00
Despesas Pequenas na Sede	Abastecimento do trator para roçada	Carlos Dutra Marques	R\$ 500,00
Despesas Pequenas na Sede	Lâmpadas e Diesel	Cláudio Nelson Echeverria	R\$ 350,00
Serviço de Terceiros	Serviços hidráulicos e chaveiro	Cláudio Nelson Echeverria	R\$ 250,00
Despesas pequenas na	Frascos para amostras	Francisco Motta Bicca	R\$ 500,00

Fls.: ___
Rub: ___

Sede			
Despesas de Pedágio	Servidores em Viagem	José Ricardo de Mattos Cunha	R\$ 1.000,00
Despesas pequenas na Sede	Diesel para trator	Carlos Dutra Marques	R\$ 700,00
Serviço de Terceiros	Conserto no transformador	Carlos Dutra Marques	R\$ 700,00
Despesas pequenas na Sede	Material de expediente e consumo	Luiz Carlos Weber	R\$ 1.000,00
Despesas pequenas na Sede	Material de consumo	Roberto Schoroeder	R\$ 1.000,00
Despesas pequenas na Sede	Diesel para trator lâmpadas	Cláudio Nelson Echeverria	R\$ 500,00
Despesas pequenas na Sede	Frascos e tampas lacre	Bernardo Todeschini	R\$ 600,00
Despesas de Pedágio	Servidores em viagem	Airlene Pinho Vargas	R\$ 800,00
Serviço de terceiros	Troca de bateria em veículo	Luciana Gusmão	R\$ 150,00
Serviço de terceiros	Desmontagem e montagem de prateleiras	Airlene Pinho Vargas	R\$ 1.500,00
Despesas pequenas na Sede	Material para trabalho de campo	Bernardo Todeschini	R\$ 1.500,00
Serviço de terceiros	Conserto de pneus de trator e conserto de hidráulica	Cláudio Nelson Echeverria	R\$ 600,00
Despesas pequenas na Sede	Material de consumo	Airlene Pinho Vargas	R\$ 1.500,00
Serviço de terceiros	Conserto aparados de grama e geladeira	Carlos Dutra Marques	R\$ 1.000,00
Despesas pequenas na Sede	Diesel para trator	Carlos Dutra Marques	R\$ 500,00
Despesas pequenas em viagem	Material para trabalho de campo	Luciana Gusmão	R\$ 500,00
Despesas pequenas na Sede	Reatores e lâmpadas	Airlene Pinho Vargas	R\$ 400,00

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. Tribunal de Contas da União

ACÓRDÃO N.º 908/2007 – Segunda Câmara

TC 007.616/2006-4

Exercício: 2005

Determinações:

3.- À Delegacia Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul:

3.1.-incluir, em seus Relatórios de Gestão referentes às próximas contas anuais, todos os itens exigidos na IN/TCU nº 47/2004 e na Decisão Normativa do TCU específica para o exercício base que estará sendo abordado;

Manifestação SFA/RS: estamos buscando atender corretamente o Disposto na IN/TCU n.º 47/2004 e na DN TCU n.º 85/2008, alterada pela DN TCU n.º 88/2007.

3.2.- instaurar nova sindicância, se ainda não o fez, para apurar os fatos relatados pela Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 037, de 20/03/2001 (Processo 21042.001375/2001-60), contemplando, inclusive, o acompanhamento das investigações no âmbito criminal (Inquérito Policial nº 173/99 da Delegacia da Polícia Federal de Uruguaiana/RS, Processo 2000.71.03.000014-6), e, caso constatado dano ao Erário, instaurar a competente tomada de contas especial;

Manifestação SFA/RS: através da Portaria SE n.º 03, de 10 de janeiro de 2005, publicada no Boletim de Pessoal n.º 02, de 20 de janeiro de 2005, foi instaurada nova comissão de PAD – processo 21000.000698/2005-56.

Em 20/06/2005, no Boletim de Pessoal n.º 17, foi publicado o Termo de Julgamento do processo n.º 21000.000698/2005-56.

3.3.- utilizar sempre da modalidade pregão, em respeito ao art. 4º do Decreto nº 5.450/2005; nas licitações para aquisições de bens e serviços comuns, nas próximas contas, informar a este Tribunal sobre as providências adotadas para a regularização das prestações de contas dos convênios com prazos vencidos, em obediência ao art. 15, inciso II, alínea “f”, da IN/TCU nº 12/96;

Manifestação SFA/RS: está sendo observada a norma.

3.4.- em relação ao Convênio nº 367180, firmado com a Prefeitura de São Gabriel, que reabra a prestação de contas, para apuração e cobrança do valor devido pela conveniente e a instauração, caso haja necessidade, da competente tomada de contas especial, dando pleno cumprimento aos arts. 22 e 31 da IN/STN nº 01/97;

Manifestação SFA/RS:

3.5.- abster de realizar despesas que não sejam previamente empenhadas, em obediência ao art. 60 da Lei nº 4.320/64 c/c os arts. 24 e 30, § 1º, do Decreto nº 93.872/86;

Manifestação SFA/RS: está sendo observada a norma

3.6.- nas próximas licitações na modalidade convite que vier a realizar, obedecer ao prazo mínimo previsto no art. 21, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, de cinco dias úteis entre a divulgação do certame e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas dos licitantes;

Manifestação SFA/RS: estamos observando o prazo mínimo previsto no art. 21, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, de cinco dias úteis entre a divulgação do certame e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas dos licitantes, quando da realização de licitação na modalidade convite.

3.7.- planejar de forma adequada às contratações que realizará no curso de cada exercício, tomando como base as contratações realizadas nos exercícios anteriores, de modo a evitar o fracionamento de despesas vedado pelo art. 23, §§ 2º e 5º, da Lei nº 8.666/93;

Manifestação SFA/RS: estamos planejando as contratações, de forma que não há nesta SFA fracionamento de despesas.

3.8.- adequar os controles estimativos de forma a evitar discrepâncias entre o valor estimado para a contratação, publicado no Diário Oficial, e a efetiva realização das despesas contratuais, em observância ao disposto ao art. 3º e art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

Manifestação SFA/RS: está sendo observada a norma.

3.9.- orientar os responsáveis pela fiscalização dos contratos no sentido de atestarem despesas somente após a verificação de sua compatibilidade com os serviços efetivamente prestados, examinando cuidadosamente a documentação apresentada pelos prestadores, evitando pagamentos indevidos e desembolsos desnecessários, de forma a dar pleno cumprimento ao art. 66 da Lei nº 8.666/93; e

3.10.- designar fiscais para acompanhar a execução de todos os contratos, em obediência ao disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Manifestação SFA/RS: está sendo observada a norma

2. Sistemas de Controle Interno

Unidade jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul

Relatório nº: 189404

1. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (021)

1.1 Recomendação:

Considerando o que preceitua o art. 14 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Anexo I da Portaria MAPA nº 300, de 16/06/05), recomendamos que a Unidade demande junto ao Serviço ou Seção de Planejamento e Acompanhamento (SPA/SFA/RS) para que aquele órgão, após a análise detalhada das atividades desenvolvidas por cada unidade organizacional, adote as providências necessárias

visando à padronização dos procedimentos relativos à composição dos valores de cada PI no âmbito da SFA/RS.

Recomendamos, ainda, que, dentre as medidas cabíveis, seja exigido, junto a cada unidade operacional, a elaboração de demonstrativo contemplando todos os dados relevantes acerca do cálculo dos recursos necessários para o atingimento dos resultados almejados, em nível de especificação que possibilite a avaliação dos parâmetros utilizados, a fim de viabilizar a implementação de alterações e/ou medidas corretivas durante a execução de suas atividades, bem como de permitir o cotejamento entre o que foi planejado e os resultados obtidos, não só em termos monetários, mas também com indicadores físicos, com clara delimitação dos elementos que contribuíram de forma positiva ou negativa para sua consecução.

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

1.3 Providências a serem Implementadas

Encaminhamos no último dia 13 de agosto, a todos os Chefes de Serviços desta SFA, os Memorandos que seguem em anexo, acompanhados do demonstrativo acumulado da execução de despesas, detalhado por PI e ND, no período de janeiro a julho de 2007, solicitando que, até o próximo dia 31 seja informado a este Gabinete:

1º) demonstrativo especificando todos os dados relevantes acerca do cálculo dos recursos necessários para o atingimento dos resultados pretendidos por PI, não só em termos monetários, mas também com indicadores físicos, com clara delimitação dos elementos que contribuíram de forma positiva ou negativa para sua consecução;

2º) demonstrativo da determinação de metas para os indicadores de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade referentes aos Planos Internos; No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Com base nessas informações, iniciaremos os procedimentos necessários para a padronização dos procedimentos relativos à composição dos valores de cada PI.

1.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

2. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (022)

2.1 Recomendação:

Conforme asseverado na "Proposta de Indicadores de Desempenho" disponibilizada pela Unidade, "um conjunto de dados isolados mostrando os resultados atingidos por uma instituição não diz nada a respeito do desempenho da mesma, a menos que seja confrontado com metas ou padrões preestabelecidos, ou realizada uma comparação com os resultados atingidos em períodos anteriores, obtendo-se, assim, uma série histórica para análise".

Isso posto, recomendamos que a SFA atente para a necessidade de prévia definição das metas a serem buscadas para cada unidade organizacional que a compõe, de forma a permitir que, ainda durante o exercício, seja possível detectar desvios ou variações indesejáveis no desenvolvimento das atividades operacionais da organização. Tal procedimento viabilizaria a adoção tempestiva de medidas corretivas, bem como possibilitaria que, ao

final do exercício, fossem confrontados os resultados obtidos com as metas planejadas, permitindo, assim, a avaliação do desempenho da Unidade.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(x) Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

2.3 Providências a serem Implementadas

O atendimento desta constatação, guarda relação direta com o atendimento do Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (022), sobre o qual já nos manifestamos acima.

2.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

3.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1. INFORMAÇÃO: (025)

3.1 Recomendação:

Diante do exposto, cumpre reiterar as recomendações já proferidas anteriormente, no sentido de que a Unidade aperfeiçoe seus procedimentos administrativos concernentes à realização das conformidades diária, de suporte documental e contábil, a fim de evitar a falta de registro de conformidade ou a ocorrência de restrições, em observância às orientações contidas nas macrofunções SIAFI 02.03.14 (Conformidade Diária), 02.03.15 (Conformidade Contábil) e 02.03.23 (Conformidade de Suporte Documental), bem como ao disposto na INC - STN/SFC n.º 4, de 10/05/00, e na IN STN n.º 3, de 23/05/01.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

3.3 Providências a serem Implementadas

Anexamos a Conformidade Documental e Diária do período de janeiro a julho de 2007, onde se comprova que não há restrições.

Quanto à Conformidade Contábil, encaminhamos ao Sr. Chefe do DAD a relação das restrições geradas no período de janeiro à julho de 2007, solicitando informações quanto as medidas adotadas para a regularização das mesmas.

3.4 Prazo limite de implementação: imediato

4.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.2 INFORMAÇÃO: (010)

4.1 Recomendação:

A falta de apresentação de processo administrativo instruído com os documentos necessários para a concessão de adicional de periculosidade inviabiliza a verificação da legalidade de concessão do benefício.

Diante disso, recomendamos que a Unidade dê andamento às providências necessárias para regularizar a situação, de forma que somente seja concedido o pagamento de adicional de periculosidade mediante a comprovação documental de que os beneficiários preenchem as condições legais.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

A atualização dos laudos de Periculosidade e Insalubridade está providenciada, uma vez que houve a contratação de Perito para este fim, através do processo n.º 21042.005145/2006-84, e que o mesmo encontra-se vistoriando os locais de trabalho, para posterior elaboração de laudo.

4.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

5.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (002)

5.1 Recomendação:

Recomendamos que, doravante, a Unidade abstenha-se de indicar, nos instrumentos convocatórios de procedimentos licitatórios e em seus anexos, marcas, características ou especificações exclusivas que possam restringir a competitividade do certame, salvo nos casos em que a medida for tecnicamente justificável, devendo os motivos ensejadores do ato estarem objetivamente motivados, para que fique evidenciado nos autos ser aquele o produto que melhor atende ao interesse público, em consonância com o que estabelecem o inc. I do § 7º do art. 15 e o § 5º do art. 7º da Lei n.º 8.666/93.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

5.3 Providências a serem Implementadas

Reiteramos a justificativa apresentada de que: "emulação dos padrões: HP Laser Jet 4 (PCL 5e)' esta especificação se refere a um padrão de linguagem de programação para transferência de dados do computador para impressoras, consagrado no mercado e utilizado por diversos fabricantes, além da própria Hewlett Packard (HP), não caracterizando nenhum equipamento específico ou de alguma marca ou modelo em especial. Sobre esta questão ainda é possível fazer uma analogia com o padrão de computadores pessoais que é IBM-PC, fabricado por diversas empresas além da própria IBM que foi quem criou o padrão."

Entretanto, acatamos a recomendação e conforme análise da justificativa por parte dessa CGU, adotamos as providências para supressão da impropriedade.

5.4 Prazo limite de implementação: imediato

6.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.2 CONSTATAÇÃO: (004)

6.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade redija seus instrumentos convocatórios de forma pragmática e racional, de modo que os mesmos contenham apenas os requisitos necessários e úteis para a seleção da proposta mais vantajosa, em observância ao que dispõem as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e o Decreto n.º 5.450/05, sendo evitada a inclusão de exigências meramente ritualísticas.

Adicionalmente, recomendamos que seja dado integral cumprimento a todas as exigências fixadas em edital, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º do Decreto n.º 5.450/2005 e no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, bem como em atendimento ao comando ínsito no art. 41 do mesmo diploma legal.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

6.3 Providências a serem Implementadas

Foi corrigida a impropriedade apontada, e providenciado nos outros editais a exigência da apresentação de toda a documentação no momento determinado pela legislação.

6.4 Prazo limite de implementação: imediato

7.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.3 CONSTATAÇÃO: (028)

7.1 Recomendação:

Inicialmente destaquemos o conteúdo do Despacho NAJ/AGU n.º 1942/2005, por meio do qual o Advogado da União fundamenta a coerência que deve haver entre o entendimento daquele Núcleo e os atos administrativos da Unidade:

"A função do Núcleo de Assessoramento Jurídico, conforme mandamento constitucional, é o de assessorar as autoridades do Poder Executivo e, conforme o art. 11, V, da Lei Complementar n.º 73, de 1993, de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados."

Ao proceder de forma contrária ao parecer do NAJ, sem questioná-lo ou apresentar razões para sua discordância, ou ainda, consultar outra instância com vistas a se assegurar de estar procedendo em conformidade com a lei, a Unidade não só descumpriu o disposto no inciso VII do art. 50 da Lei n.º 9.784/99, como também afrontou a lei de Licitações.

Impende salientar que o descumprimento da orientação da consultoria jurídica, sem a motivação do ato, foi agravado pela supressão do parecer jurídico que integrava os autos, sem a apresentação de justificativa.

Observamos que, quanto à ausência de justificativas, a Unidade é reincidente na falha, a qual foi apontada no subitem 7.2.1.1 do Relatório n.º 175554 desta CGURS referente à Avaliação da Gestão 2005.

Desta forma, recomendamos que a Unidade abstenha-se de proceder contrariamente à orientação do seu Órgão de Assessoramento Jurídico, buscando esclarecer junto a este suas eventuais divergências, com vistas a balizar seus atos no princípio da legalidade, dentre outros, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Recomendamos, ainda, que, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, a autoridade promova a sua apuração imediata, em conformidade com o disposto no art. 143 da Lei n.º 8.112/90.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

A questão nuclear do problema está sedimentada na suposta prática de atos administrativos de autoria de servidores desta SFA, entendidos inicialmente pelo NAJ-RS como ilegais, em procedimentos de dispensa de licitação para contratação de entes públicos para prestação de serviços de urgente necessidade pública.

O NAJ/RS, em síntese, invoca a existência de irregularidades pelo fato do não encaminhamento das minutas de editais e contratos para seu exame prévio e conclusivo, a suposta, mas não comprovada na sindicância administrativa promovida, supressão/substituição de parecer de sua lavra, com posição contrária as contratações nos moldes pretendidos pela SFA/RS.

A SFA/RS necessitou contratar serviços para realização de análises laboratoriais para detecção de pragas não quarentenárias e quarentenárias.

Na época, mostrava-se manifesta a importância da contratação de um laboratório de reconhecida excelência técnica para realização de análises fitossanitárias e emissão de laudos oficiais, em razão da importância e urgência para as atividades do Ministério, na prevenção de pragas que pudesse afetar as áreas sob análise.

Assim que, em 2004, para análise fitossanitária de alguns itens, dentro da listagem de laboratórios credenciados oficialmente pela Diretoria do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, buscou-se a execução dos serviços necessários, através dos dois únicos laboratórios credenciados no Estado do Rio Grande do Sul, quais sejam, o Laboratório de Diagnóstico Fitossanitário da UFRGS e o Laboratório de Fitopatologia - Sessão Nematologia, da EMBRAPA.

Cumpre adiantar, a fim de se tomar prévia ciência da repercussão financeira que o valor de tais essenciais serviços importaram ao erário, que para a execução dos necessários serviços, foram gastos simbólicos R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais) junto a EMBRAPA, enquanto que, junto a UFRGS, o custo foi inexistente, já que, ao final, nada foi cobrado. Logo, aponta-se que, para os serviços que foram efetivamente prestados pelos laboratórios credenciados no Rio Grande do Sul, pagou-se R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais), certamente, valor muito inferior ao custo com a sindicância já promovida e o custo que o Processo Administrativo Disciplinar ainda demandará aos cofres da União !

E isto, reprise-se, para serviços que foram efetivamente prestados por entes ligados a Administração Pública Federal no Rio Grande do Sul, credenciados e oficializados para tal atividade.

Logo, há que se ter em mente, muito presente, que toda a irresignação do NAJ/RS e que originou sindicância e poderá, ainda, originar um dispendioso processo administrativo disciplinar, se dá pelo suposto "prejuízo" de R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais) visualizado pelo NAJ/RS, por força da forma de contratação promovida pela SFA/RS, que nenhum suposto prejuízo gerou ao erário, já que o valor foi revertido para a própria Administração Pública Federal, uma vez que o ente prestador dos serviços é ligado à mesma.

Insista-se que não houve prejuízo e dano de qualquer espécie ao erário, na medida que o irrisório valor de R\$ 2.080,00 despendido pela SFA/RS frente à elevada gama de serviços efetivamente prestados e recebidos, retornou em prol de ente ligado à própria Administração Pública Federal.

A irresignação que levou à denúncia pelo NAJ/RS e instituição da comissão sindicante decorre dos procedimentos e forma de contratação promovida pela SFA/RS, não corroborada pelo NAJ/RS, bem como questões indiretas de ordem formal, tal como, remessa das minutas de edital e contrato para aprovação do NAJ/RS e questões de ordem administrativa, relativa a problemas com recepção, protocolo e autuação de documentos dentro da SFA/RS.

Sob a ótica do NAJ/RS, as dispensas de licitação promovidas pela SFA/RS mostraram-se ilegais.

A SFA/RS, para contratação dos dois laboratórios citados, pertencentes a entes da própria Administração Pública Federal, únicos credenciados no RS para a prestação dos essenciais serviços de análise fitossanitária de inequívoco interesse público (emergência sanitária), promoveu duas dispensas de licitação.

Para a prestação dos serviços por parte do Laboratório Fitossanitário da UFRGS, por mero vício formal, constou no instrumento a contratação com base no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/93,

quando, na verdade, o Ordenador de Despesa e ora requerente Del. Fed. Agr. Francisco Natal Signor, autorizou a despesa (que não houve) e dispensa de licitação com base no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 (doc. 02 - despacho autorizando a dispensa de licitação).

Vejamos o teor dos referidos artigos legais:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - (...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez."¹

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado."

O serviço buscado junto ao laboratório da UFRGS foi visualizado pelo ordenador de despesas da SFA/RS com fundamento na regra da possibilidade de dispensa de licitação com base no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, que autoriza a dispensa de licitação para serviços e compras de valor até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), já que a despesa com os serviços, vindo a ocorrer, por sua singeleza, ficaria enquadrada dentro deste limite de valor.

A SFA/RS, entretanto, ao formalizar o contrato, por solicitação da própria UFRGS, acabou firmando-o fazendo constar no instrumento contratual, no pólo contratado, a Fundação de Apoio a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, ao que se sabe, para efeitos de mero registro de anotação técnica pelos serviços, em nome da Fundação (registro de atestado de qualificação técnica pelo serviço executado). O serviço prestado, finalidade da contratação buscada pela SFA/RS, foi prestado pelo Laboratório Fitossanitário da UFRGS, dentro de sua reconhecida excelência técnica, pouco importando para a finalidade do serviço que se mostrava necessário, e suprimento da emergência, o nome do pólo contratado.

Os serviços, como visto, sequer foram objeto de pagamento, ou seja, foram prestados a custo zero para SFA/RS, que conseguiu sanar a emergência sanitária existente e atingir o interesse público, sem qualquer ônus para a DFA/RS, consequentemente, para o próprio erário.

A contratação da EMBRAPA, por sua vez, também se deu nos mesmos moldes justificadores do inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, conforme se depreende ante a simples visualização da autorização firmada pelo Ordenador de Despesas, havendo para a DFA/RS, para atendimento aos serviços efetivamente prestados, o pagamento do valor de R\$ 2.080,00 (dois mil reais e oitenta centavos), sendo este, o único dispêndio de valores para os serviços prestados, e que acabou sendo revertido em prol da própria Administração Pública Federal.

O NAJ/RS entendeu que a contratação dos entes que prestaram os serviços a SFA/RS, não poderia ter sido feita através de dispensa de licitação, mas sim, através da firmatura de convênios entre os órgãos. Entretanto, a impossibilidade de se poder aguardar, por largo lapso temporal, todos os trâmites burocráticos necessários para que se formalizasse entre a SFA/RS, a UFRGS e a Embrapa, os convênios visualizados pelo NAJ/RS, para que se promovesse a contratação dos mesmos nos moldes que o NAJ/RS entende correto, sob a ótica da SFA/RS colocaria em risco a atividade maior da Superintendência, engessando a gestão e prática das atividades operacionais e funções públicas do órgão.

Ante a divergência de entendimentos técnicos entre a SFA/RS, esta, desamparada de assessor jurídico interno, e o NAJ/RS, que ora manifestava em seus pareceres, posições meramente orientadoras, ora taxativas, na análise dos processos que lhe eram levados à análise, a falta de consenso técnico entre as partes gerou os desentendimentos havidos, criando entraves

operacionais junto a SFA/RS, fazendo com que a mesma, a fim de priorizar o saneamento das emergências sanitárias, buscassem outra forma de contratação dos serviços a serem executados pelos laboratórios credenciados (dispensa de licitação com base no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93), de forma diversa da orientada pelo NAJ/RS (convênio).

Nas contratações promovidas pela SFA/RS não houve superfaturamento, contratou-se sem prejuízo isonômico de terceiros (os únicos laboratórios oficialmente credenciados foram os contratados), as partes contratadas são plenamente idôneas e ligadas à própria Administração Pública Federal, os serviços foram efetivamente prestados e realizados, o interesse público maior foi atingido e nenhum prejuízo sofreu a União. Muito pelo contrário, a União recebeu serviços de forma gratuita por um dos executores e a preços abaixo de mercado, quase irrisórios, por outro. Houve, quando muito, mero vício de forma nos atos administrativos promovidos, inexistindo conduta dolosa por parte dos servidores, que tenha gerado ofensa ao patrimônio público.

Entendemos que por vezes, o NAJ avoca para si, funções de gestão, adentrando na seara do juízo de oportunidade e conveniência que compete ao gestor.

Não há por parte do NAJ, sensibilidade para analisar contra-argumentos e revisar pareceres. O que há, é um entendimento padrão, não considerando as particularidades de cada órgão.

Efetuamos contratações, nos moldes propostos pela NAJ e observamos que as mesmas restaram excessivamente onerosas para a administração. Como exemplo aqui, citamos a contratação de oficinas para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais desta SFA, que quando realizada por uma única empresa, nos moldes do cartão magnético (Ticket Car) através de oficinas credenciadas, os orçamentos eram inferiores aos preços praticados na contratação proposta pelo NAJ.

Tentamos reiteradamente, justificar a contratação de empresa nos moldes da Ticket Car para manutenção de veículos, apresentando ao NAJ editais e pareceres de outros órgãos da Administração Pública Federal direta, mas não logramos êxito.

Há no NAJ o entendimento consolidado de que tal contratação é ilegal. E nesse ponto refletimos, será que no Rio Grande do Sul, a legislação que regra as contratações públicas difere, por exemplo, do estado do Paraná, onde, o Ministério Público Federal realizou contratação nos moldes por nós pretendida?

A resposta sabemos: é claro que não! O que ocorre, é que provavelmente o órgão consultivo do MPF/PR, tenha maior sensibilidade e boa vontade em analisar os argumentos do órgão consultante e busque prestar seu serviço de forma à auxiliar a administração a buscar soluções legais, econômicas e viáveis.

Há casos em que o NAJ adentra em questões de administração e gestão do órgão, e em outras situações, quando instada a manifestar-se sobre a conveniência de determinada contratação, o NAJ informa que tal análise desbordava da seara jurídica.

Nesse caso, o exemplo recai sobre o pregão que objetivava a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial. Que, embora realizada em estrita observância ao orientado pelo NAJ, obteve parecer pela revogação da mesma por parte do Ministério Público Federal do RS e da Justiça Federal, ao analisar Mandado de Segurança interposto pela empresa segunda colocada no certame.

Ou seja, se houvessemos firmado o contrato com a empresa vencedora da licitação, certamente recairia sob esta Administração a responsabilidade pela mesma, servindo-se nesse caso o NAJ do posicionamento de que os pareceres jurídicos são orientativos e não vinculativos.

Todos esses argumentos já foram apresentados em outras auditorias, e de nada serviram. Sabemos que qualquer manifestação desta Administração não guarda guarita junto aos órgãos de controle, que tão somente observam e aceitam as manifestações do NAJ, restando-nos apenas a possibilidade do desabafo.

Por fim, voltando ao caso das dispensas de licitação com a FAURGS e a EMBRAPA, informamos, conforme já manifestado em nossa justificativa quando da Auditoria por parte dessa CGU, que o ano de 2004 foi um ano peculiar nessa questão de análises laboratoriais, citando como exemplo um caso amplamente divulgado pela imprensa que foi o rechaço da soja brasileira pelo governo chinês. Por conta desta ação, tramita na Justiça Federal da 4ª Região o processo n.º 2007.71.00.017568-6, que objetiva a condenação da União ao ressarcimento de R\$ 10.406.250,00 (dez milhões, quatrocentos e seis mil, duzentos e cinqüenta reais) à empresa prejudicada com o rechaço, à época dos fatos.

7.4 Prazo limite de implementação: imediato

8.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.4 CONSTATAÇÃO: (052)

8.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade providencie a correta formalização dos instrumentos legais referentes ao Contrato n.º 1/2006. Relativamente às futuras licitações, recomendamos que a Unidade proceda em conformidade com as normas aqui citadas (§ 7º do art. 22 e inciso II do art. 48 da Lei n.º 8.666/93 e § 1º do artigo 22 da Lei nº 9.784/99), buscando dar cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União constante do item 1.18 do Acórdão 738/2005.

8.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

8.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação e estamos observando a mesma nos processos de licitação na modalidade convite.

8.4 Prazo limite de implementação: imediato

9.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (005)

9.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade atente para a necessidade de planejamento adequado das ações concernentes à aquisição de produtos e contratação de serviços indispensáveis à execução de suas atividades, bem como que adote medidas eficientes e tempestivas no tocante ao acompanhamento dos contratos relativos ao suprimento de bens e serviços, de forma a garantir a não configuração de situações que impeçam que as referidas atividades sejam contratadas mediante o adequado procedimento licitatório.

9.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(X) Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

9.3 Providências a serem Implementadas

Estamos observando a recomendação.

9.4 Prazo limite de implementação: imediato

10. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.1 CONSTATAÇÃO: (017)

10.1 Recomendação:

Recomendamos à SFA/RS que:

- a) no desempenho da função gerencial fiscalizadora dos convênios firmados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, proceda ao acompanhamento da execução e análise das prestações de contas em conformidade com o clausulado nos respectivos termos, bem como no art. 31, § 1º da IN STN 01/97, e cumpra as determinações do TCU constantes dos subitens 1.21 e 1.27 do Acórdão 738/2005;
- b) se abstenha de repassar recursos a convenente em situação de inadimplência, incidindo na vedação do art. 5º, inciso I, bem como no descumprimento do estabelecido no inciso I, § 4º, art. 21 da IN 01/97;
- c) exija do convenente a devida identificação nas notas fiscais apresentadas, com referência ao título e número do Convênio, dando cumprimento ao disposto no art. 30 da IN STN 01/97; e d) proceda à tempestiva análise das prestações de contas de convênios, suspendendo imediatamente a liberação de recursos e notificando o convenente, nos casos em que sejam detectadas irregularidades ou em que ocorrer ausência de sua apresentação, fixando prazo máximo de 30 (trinta) dias para implementação das medidas saneadoras cabíveis, em observância ao comando ínsito no art. 35 da IN STN 01/97.
- e) proceda tempestivamente às atualizações das informações no SIAFI, em atendimento ao disposto no art. 16 da IN STN 01/97

10.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

Concordo Concordo parcialmente Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

10.3 Providências a serem Implementadas

Segue em anexo cópia do Memo Gab/SFA/RS n.º 456/2007, que solicita ao Sr. Chefe do SEDESA/DT/SFA/RS o encaminhamento do processo 21042.003788/2005-11, que trata de análise da prestação de contas parcial ao Convênio n.º 003/2004 - SIAFI 522193, com urgência ao SEO/FAD/SFA/Rs para análise financeira do mesmo.

Segue também, cópia do MEMO GAB/SFA/RS n.º 457/2007, que solicita ao Sr. Chefe da Seção de Suporte Técnico-Operacional e de Comunicação Social (STC), que oriente e acompanhe os processos de prestação de contas em observância ao disposto na IN/STN 01/97.

Destacamos aqui, que conforme o disposto no artigo 15 da Portaria 300 de 16 de junho de 2005, a elaboração de termos de convênios, acordos, ajustes ou contratos com órgãos e entidades públicas e privadas, visando à execução de atividades de responsabilidade da SFA/MAPA, é competência da Seção de Suporte Técnico-Operacional e de Comunicação Social.

10.4 Prazo limite de implementação: imediato

11.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.2 CONSTATAÇÃO: (023)

11.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade mantenha controle sobre as obrigações conveniadas, no caso em questão o acompanhamento da execução e análise das prestações de contas do Convênio, buscando dar cumprimento aos prazos legais para apresentação e análise das mesmas, contidos nos artigos 28 e 31 da IN STN 01/97.

11.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

11.3 Providências a serem Implementadas

Orientamos a Seção de Suporte Técnico-Operacional e de Comunicação Social (STC), para que acompanhe os processos de prestação de contas em observância ao disposto na IN/STN 01/97.

11.4 Prazo limite de implementação: imediato

12.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.3 CONSTATAÇÃO: (026)

12.1 Recomendação:

Recomendamos à SFA/RS a adoção imediata de providências com vistas ao cumprimento dos normativos (Portaria MPOG nº 08/2001 e IN STN 01/97) referentes às prestações de contas do Convênio por parte do CIEE, procedendo à suspensão dos pagamentos ao conveniente em caso de desatendimento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades pelo descumprimento da função gerencial fiscalizadora por parte da concedente, em desconformidade com o art. 23 da IN 01/97.

12.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(X) Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

12.3 Providências a serem Implementadas

Segue em anexo documentação que comprova o atendimento dessa recomendação.

12.4 Prazo limite de implementação: imediato

13.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.4 CONSTATAÇÃO: (036)

13.1 Recomendação:

Priorizar as análises das prestações de contas dos convênios cujos prazos encontram-se vencidos, considerando que as entidades com as quais os convênios 003/2004 e 002/2005 foram firmados são destinatárias de recursos referentes a novos convênios, a fim de não incidir no descumprimento da vedação contida no inciso I do artigo 5º da IN STN 01/97.

Fls.: ____
Rub: ____

13.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

13.3 Providências a serem Implementadas

Quanto ao convênio 003/2004, solicitamos ao responsável pela elaboração do parecer técnico que conclua o mesmo e encaminhe o processo ao SEOF para análise financeira da prestação de contas parcial.

Relativamente ao convênio 002/2005, informamos que após análise financeira prévia por parte do SEOF, foi solicitado à entidade conveniente a comprovação das despesas efetuadas como contrapartida.

13.4 Prazo limite de implementação: imediato

14. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.5 CONSTATAÇÃO: (037)

14.1 Recomendação:

Recomendamos que a SFA/RS observe com maior rigor os prazos estabelecidos na IN STN nº 01/97, de forma a conferir maior eficácia a sua função fiscalizadora relativamente aos convênios nos quais figure como concedente e, após exauridas as cobranças administrativas, caso não logre êxito, proceda à instauração da competente tomada de contas especial, conforme previsto na IN/TCU nº 13/96, alterada pelas Instruções Normativas 35/2000; 38/2000 e 41/2002.

14.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

14.3 Providências a serem Implementadas

Quanto ao convênio da FECOVINHO, informamos que a entidade procedeu ao recolhimento do valor relativo ao saldo remanescente, conforme documento em anexo.

Quanto ao convênio com a FAMURS, segue a tramitação do processo.

14.4 Prazo limite de implementação: imediato

15. Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (027)

15.1 Recomendação:

Considerando as atividades finalísticas da SFA/RS, as quais demandam viagens, entendemos que a suspensão de toda e qualquer concessão de suprimento de fundos possa vir a inviabilizar em parte a realização das mesmas; no entanto, recomendamos que a Unidade proceda de forma criteriosa ao concedê-lo, restringindo-o às situações que se enquadrem nos normativos, quais sejam, despesas eventuais em viagem e despesas de pequeno vulto, observando, para esta última em especial, o disposto no subitem 3.3.4 da Macrofunção SIAFI 02 11 21, segundo o qual:

"A despesa executada por meio de suprimento de fundos, procedimento de excepcionalidade dentro do processo normal de aplicação do recurso público, deverá, na mesma forma que no processo licitatório, observar os princípios básicos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade e da igualdade, além de garantir a aquisição mais vantajosa para a administração pública."

Recomendamos também que a Unidade oriente o suprido acerca da importância do cumprimento do prazo assinalado pelo Ordenador de Despesas para prestação de contas, procedendo à tomada de contas se não o fizer, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposições estabelecidas pelos Decretos n.º 2.289, de 04/08/97, e n.º 3.639, de 23/10/2000.

15.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

15.3 Providências a serem Implementadas

A concessão de suprimento de fundos é realizada após análise criteriosa do pedido, sendo que atualmente encontram-se em aberto apenas 06 processos.

15.4 Prazo limite de implementação: imediato

16. Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (046)

16.1 Recomendação:

Recomendamos que a SFA/RS promova o saneamento dos materiais constantes do almoxarifado do órgão, em observância aos subitens 7.1 e 7.2 da IN/SEDAP n.º 205/98, bem como ao mencionado nos arts. 3º e 15 do Decreto n.º 99.658/1990, para o caso de doação desses bens.

16.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

16.3 Providências a serem Implementadas

Informamos que foi providenciada, através da Portaria n.º 127 de 22 de maio de 2007 Comissão específica para promover o saneamento dos materiais constantes no Almoxarifado/SFA/RS, conforme cópia que segue em anexo.

16.4 Prazo limite de implementação: imediato

17. Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (040)

17.1 Recomendação:

Recomendamos que a SFA aprimore os controles internos relativos à gestão patrimonial, somente procedendo à movimentação de materiais mediante a prévia realização dos

registros apropriados, bem como que mantenha os termos de responsabilidade de bens móveis e o sistema de controle patrimonial devidamente atualizados, atentando para o disposto nos itens 6.1; 7.3, "b"; 7.11; 7.12; 7.13.4; e 8.2, "d" da IN/Sedap 205/88, bem como observando o que prescrevem os arts. 3º e 15 do Decreto n.º 99.658/90 e aos itens 7.12 e 8.2, "d" da IN/SEDAP 205/98.

17.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

17.3 Providências a serem Implementadas

Esclarecemos que foi elaborada uma relação de bens selecionados para baixa, e que os mesmos estão depositados em uma sala existente nas dependências desta SFA, tendo em vista não haver espaço físico nos Serviços, Seções e Setores para mantê-los em seus locais de origem.

Foi constituída, através da Portaria n.º 127, de 22 de maio de 2007, Comissão objetivando dar seguimento às doações de bens.

17.4 Prazo limite de implementação: imediato

18.Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (041)

18.1 Recomendação: 001

Diante do exposto, cumpre formular à SFA/RS as seguintes recomendações:

Que só permita a movimentação de materiais mediante a realização dos registros competentes nos controles patrimoniais, em observância ao disposto nos itens 6.1,

Recomendação: 002

Que os equipamentos integrantes de seu acervo patrimonial sejam guardados em local apropriado que permita sua utilização sempre que houver necessidade de serviço, atentando-se para o princípio da impensoalidade, insculpido no art. 37 da Constituição Federal.7.13.4 e 7.13.5 da IN/SEDAP n.º 205/98; e

18.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

18.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, e buscaremos, dentro do possível, dar atendimento integral à mesma.

18.4 Prazo limite de implementação: imediato

19.Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (042)

19.1 Recomendação:

Diante do exposto, cumpre recomendar à SFA/RS que:

- a) oriente os agentes consignatários de bens móveis quanto à importância de que a Seção de Patrimônio seja tempestivamente notificada acerca de qualquer irregularidade de funcionamento ou danificação nos materiais sob sua responsabilidade, possibilitando que sejam adotadas as medidas administrativas de sua competência, em cumprimento aos itens 7.13.7, 10.1, 10.2 da IN/SEDAP N.º 205/98;
- b) atente para a necessidade de que a descrição do bem consignada no termo de responsabilidade e no sistema de controle patrimonial reflita com fidedignidade as características efetivas do bem adquirido;
- c) providencie a tempestiva atualização da situação física do bem nos controles internos relativos ao sistema patrimonial, em observância à alínea "b" do item 7.3 da IN/SEDAP n.º 205/98;
- d) designe comissão especial para exame do bem patrimonial em referência, buscando evidenciar se a perda de suas características ou avaria decorreu do uso normal ou de outros fatores que independem da ação do consignatário, atentando para o disposto nos itens 6.5 e 10 (e respectivos subitens) da IN/SEDAP n.º 205/98.

19.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

Concordo Concordo parcialmente Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

19.3 Providências a serem Implementadas

Estamos providenciando o atendimento da presente recomendação, bem como a nomeação de comissão especial para exame do bem patrimonial há que se refere o apontamento.

19.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

20. Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (044)

20.1 Recomendação:

Recomendamos a SFA/RS que:

- a) instrua os membros da comissão designada para a realização dos procedimentos de inventário acerca da necessidade de que, ao término dos trabalhos, seja emitido relatório conclusivo com os resultados dos exames realizados, atestando a existência física dos bens arrolados e apontando eventuais impropriedades que porventura tenham sido identificadas durante as inspeções conduzidas;
- b) atente para que os documentos emitidos pela Comissão Inventariante estejam assinados por todos os seus membros; e
- c) envide esforços no sentido de que os termos de responsabilidade emitidos estejam adequadamente formalizados com o preenchimento de todos os campos pertinentes.

Fls.: ____
Rub: ____

20.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

20.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, e informamos que estamos providenciando o atendimento da mesma.

20.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

21.Item do Relatório de Auditoria: 3.1.2.5 CONSTATAÇÃO: (045)

21.1 Recomendação:

Recomendamos que a SFA/RS aprimore os controles internos relativos à área patrimonial, atentando para a necessidade de que todos os termos de responsabilidade dos bens móveis integrantes de seu acervo sejam tempestivamente formalizados e mantidos em arquivo sob a guarda da Seção de Patrimônio, em observância aos itens 7.3, "b"; 7.11 e 7.12 da IN/SEDAP n.º 205/98.

21.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

21.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, entretanto, esclarecemos que os Termos de Responsabilidade são emitidos ao final de cada exercício e encaminhados aos responsáveis, para conferência e assinatura dos mesmos, sendo após, restituídos ao Setor de Patrimônio.

Porém, como as auditorias ocorrem normalmente no início do ano seguinte, nem sempre estes termos estarão disponíveis, não só pela exigüidade do tempo, como também por coincidir com um período em que tradicionalmente os servidores encontram-se em gozo de férias, o que acaba por acarretar atraso nas devoluções. Desta forma, mesmo existindo cobrança efetiva do Setor de Patrimônio, o retorno dos termos de responsabilidade coincidirá com a época eleita para as auditorias da CGU.

21.4 Prazo limite de implementação: imediato

22.Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (007)

22.1 Recomendação:

Considerando a constatação do subitem 5.1.2.1 do Relatório n.º 175554 desta CGURS, referente à Avaliação da Gestão 2005 da SFA/RS, que aponta fragilidades no sistema de controle de utilização dos veículos da Unidade, destacando a necessidade de asseverar este controle, procedendo de forma sistemática à verificação dos dados informados pelos usuários no sentido de assegurar sua fidedignidade.

Considerando as seguintes determinações do TCU constantes do Acórdão nº 1.544/2004 (tratadas no Relatório n.º 161244 desta CGURS referente à Avaliação da Gestão 2004):

"1.2. Reiterar, para fins do art. 16, § 1º, e art. 57, inciso VII, da Lei nº 8.443/92, as determinações da Decisão nº 764/2000 - Plenário - TCU (Ata nº 36) relativas à utilização e manutenção de veículos:

(...)

8.2.6. reduzir os gastos com a manutenção de veículos terrestres, orientando os condutores e usuários quanto à utilização racional das viaturas, adotando medidas que permitam controle mais efetivo da frota, bem como dotando o Setor de Transportes de suficientes recursos humanos e materiais, inclusive de informática, com vistas à eficiência."

(...)

8.2.10. unificar a guarda e controle dos veículos localizados em Porto Alegre, centralizando as atividades no Setor de Transportes da Delegacia; 8.2.11. implantar controle interno eficiente no referido Setor, de conformidade com o art. 13 do Decreto-lei nº 200/67, organizando, em especial, pastas individuais de controle dos veículos da Unidade, reunindo nas mesmas a documentação de cada viatura, inclusive cópias da Ficha de Cadastro de Veículo Oficial e do Mapa de Controle Anual de Veículo Oficial, conforme prevê a IN/MARE nº 9/94;"

Considerando, ainda, que as providências até então adotadas pela SFA/RS relativamente aos meios de controle utilizados, em que pese terem demonstrado alguma melhora relativamente ao exercício anterior, não lograram elidir as falhas apontadas.

Recomendamos priorizar o atendimento às determinações constantes dos subitens 8.2.6 e 8.2.10 do Acórdão TCU nº 1.544/2004, centralizando a guarda, administração e o controle dos veículos sob responsabilidade da SFA/RS localizados em Porto Alegre no Setor de Transportes da Unidade, conforme dispõe o Art. 32, inciso I, do Anexo I da Portaria N.º 300, de 16/06/2005, do Gabinete do Ministro do MAPA, a qual aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Relativamente ao Escritório Estadual do RS da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, recomendamos que a SFA/RS faça gestão junto à SEAP/PR com vistas ao cumprimento do disposto no Decreto nº 4.939, de 29/12/2003, sob pena de responsabilização daquele que der causa ao seu descumprimento, com base no disposto nos incisos III e IV do art. 116, bem como art. 121 da Lei nº 8.112/90.

22.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo (x) Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

22.3 Providências a serem Implementadas

Quanto à recomendação de que seja providenciada a centralização da guarda, da administração e do controle de veículos junto ao Setor de Transportes, entendemos não ser possível, pois não há nesta SFA número de servidores suficientes para realizar tal centralização. Não dispomos em nosso quadro de pessoal de motoristas.

Fls.: ____
Rub: ____

Quanto aos apontamentos relativos aos veículos da SEAP, informamos que procedemos a abertura do processo 21042.000550/2007-97, e encaminhamos o mesmo àquela Secretaria, para que se manifeste acerca das recomendações dessa CGU.

22.4 Prazo limite de implementação: imediato

23. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (008)

23.1 Recomendação:

Recomendamos a adoção imediata das providências necessárias à identificação dos veículos da SFA/RS.

23.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

23.3 Providências a serem Implementadas

Está sendo providenciada a identificação da frota de veículos desta SFA, sendo que, em comemoração aos 147 anos do MAPA, os veículos oficiais ganharam um adesivo alusivo à data.

23.4 Prazo limite de implementação: imediato.

24. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (013)

24.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade abstenha-se de autorizar despesas desta natureza, procedendo à retirada dos acessórios elencados nos itens 1, 2 e 3 do veículo de placas IMB 2827, uma vez que os mesmos atentam contra os princípios da moralidade e economicidade da Administração Pública, imputando ao responsável a restituição dos valores daí decorrentes. Quanto ao veículo de placas JFP 8286, itens 2, 3 e 5, impute ao responsável a restituição dos respectivos valores, uma vez que a retirada dos mesmos poderá acarretar prejuízo em razão dos estragos que porventura possa causar no veículo.

Recomendamos também à SFA/RS solicitar ao Escritório Estadual do RS da SEAP/PR que dê cumprimento ao disposto no inciso II do art. 1º do Decreto nº 4.939, de 29/12/2003, sujeitando suas ações administrativas ao processo normal de realização da despesa executado pela SFA/RS, Unidade responsável pela manutenção das atividades da SEAP neste Estado do Rio Grande do Sul.

24.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

24.3 Providências a serem Implementadas

Informamos que através do processo 21042.000550/2007-97, encaminhamos a recomendação dessa CGU à SEAP/PR, para conhecimento e manifestação.

24.4 Prazo limite de implementação: imediato.

25.Item do Relatório de Auditoria: 3.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (039)

25.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade faça constar, nos processos relativos à doação de bens móveis, o critério utilizado para seleção dos beneficiários, de forma a evidenciar a observância ao disposto no inciso II do art. 15 do Decreto n.º 99658/90.

25.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

25.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação e informamos que iremos adotar as medidas necessárias para o cumprimento da mesma.

25.4 Prazo limite de implementação: imediata.

26.Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (014)

26.1 Recomendação:

Os exames realizados evidenciam que o servidor matrícula SIAPE n.º 0421108 auferiu, no exercício sob exame, proventos de aposentadoria compulsória, oriundos de vínculo com a SFA/RS, cumulativamente com proventos de aposentadoria voluntária, referentes a vínculo mantido com a FUFPEL. Destarte, recomendamos que a Unidade proceda à imediata notificação da FUFPEL acerca da opção realizada pelo servidor em 08/05/06, conforme expediente constante na fl. 15 do Processo n.º 21042.004444/2005-11, para que aquela entidade adote as providências que julgar necessárias para regularizar a situação.

26.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

26.3 Providências a serem Implementadas

Segue em anexo cópia do processo 21000.002535/2007-70, que demonstra o atendimento da recomendação dessa CGU.

26.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

27.Item do Relatório de Auditoria: 4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (012)

27.1 Recomendação:

As impropriedades relatadas configuram reincidência em falhas já consignadas nos relatórios de auditoria referentes às avaliações das gestões 2004 e 2005. Assim, evidencia-se que permanece a deficiência dos controles concernentes à verificação e acompanhamento da

entrega de declarações de bens e rendas por parte dos servidores ocupantes de cargos comissionados ou funções de confiança, o que enseja a adoção de medidas corretivas para seu aprimoramento.

Isso posto, recomendamos que a SFA dê integral cumprimento à Instrução Normativa TCU n.º 05/94, adotando as providências administrativas cabíveis para garantir que:

- a) todos os agentes indicados apresentem suas declarações de bens e rendas no prazo fixado pelo § 1º do art. 2º da IN/TCU n.º 05/94;
- b) as declarações estejam devidamente formalizadas, contendo a assinatura dos declarantes;
- c) conste, no corpo de cada declaração, protocolo com registro da data em que cada agente entregou-a à Unidade, a fim de possibilitar a verificação precisa do cumprimento do prazo legal.

Recomendamos, ainda, que os servidores que, em infringência ao comando ínsito no art. 2º da IN/TCU n.º 05/94, não entregarem sua declaração no prazo fixado no § 1º daquele dispositivo, sejam formalmente notificados do fato, sob pena de apuração de responsabilidade, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto n.º 5.483/05 e no § 3º do art. 13 da Lei n.º 8.429/92.

27.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

27.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, e informamos que estamos adotando os procedimentos necessários para sanar a impropriedade.

27.4 Prazo limite de implementação: imediato

28. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (006)

28.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade, no exercício das atribuições inerentes ao controle administrativo e em consonância com o princípio da verdade material, efetue as diligências necessárias para verificar se o servidor fez jus, no exercício sob exame, à concessão de auxílio-transporte no montante em que o mesmo foi auferido, providenciando o resarcimento dos valores que porventura tenham sido pagos a maior, atentando, ainda, para o disposto no art. 143 da Lei n.º 8.112/90 e no § 3º do art. 4º do Decreto n.º 2.880/98.

28.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

28.3 Providências a serem Implementadas

Segue em anexo formulário encaminhado pelo servidor, juntamente com comprovante de residência, regularizando a situação da concessão de vale-transporte.

28.4 Prazo limite de implementação: imediato.

29. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (015)

29.1 Recomendação:

Cumpre salientar que a inadequação dos valores pagos aos servidores de matrícula SIAPE n.º 0013431, 0013113 e 0013201 já havia sido objeto de apontamento no item 9 do Plano de Providências n.º 166156/001/2005, relativo aos trabalhos de acompanhamento da gestão do exercício de 2005, fato que demonstra a reincidência na impropriedade. Isso posto, recomendamos que a Unidade revise os valores pagos aos seus servidores relativos à vantagem prevista no inciso II do art. 192 da Lei n.º 8.112/90 (Rubrica 00356) a fim de que sejam procedidas as adequações necessárias.

29.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

29.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, e informamos que estamos determinando à Seção de Recursos Humanos que revise os valores pagos aos servidores relativos à vantagem prevista no inciso II do art. 192 da Lei n.º 8.112/90 (Rubrica 00356) a fim de que sejam procedidas as adequações necessárias.

29.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007.

30. Item do Relatório de Auditoria: 4.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (047)

30.1 Recomendação: 001

Considerando que o Decreto n.º 343/91, foi revogado pelo Decreto n.º 5.992, de 19/12/06, recomendamos a SFA/RS que: Observe o art. 5º do Decreto n.º 5.992/06, de modo que as diárias sejam pagas antecipadamente, de uma só vez, atentando para as exceções consignadas nos incisos I e II desse artigo.

Recomendação: 002

Envide esforços no sentido de que as Propostas e Concessão de Diárias estejam adequadamente formalizadas, com o preenchimento de todos os campos dos formulários.

30.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

30.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, informando que, dentro do possível, estamos observando o cumprimento da mesma.

30.4 Prazo limite de implementação: imediato

31.Item do Relatório de Auditoria: 4.4.1.1 CONSTATAÇÃO: (016)

31.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade atente para a necessidade de que os atos de concessão de aposentadoria sejam cadastrados no SISAC e encaminhados ao controle interno no prazo de 60 dias contados da data de sua publicação, em cumprimento ao que prescreve o inc. I do art. 8º da IN TCU n.º 44/02.

31.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

31.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, e informamos que estamos providenciando o cumprimento da mesma.

31.4 Prazo limite de implementação: imediato.

32.Item do Relatório de Auditoria: 4.4.2.1 CONSTATAÇÃO: (051)

32.1 Recomendação:

Reiteramos a recomendação constante no item 9.4.2.1 do Relatório n.º 161244, no sentido de que a Seção de Recursos Humanos da DFA/RS focalize sua ação, relativamente a este procedimento, buscando a celeridade da instrução processual a fim de não dar razões ao descumprimento do prazo legal a partir do recebimento da documentação das unidades do interior do Estado, sem prejuízo de buscar, junto a estas, meios de minimizar o decurso temporal entre o recebimento e o envio da documentação completa.

32.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

() Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

32.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, e informamos que estamos providenciando o atendimento da mesma.

32.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

33.Item do Relatório de Auditoria: 4.5.1.1 CONSTATAÇÃO: (049)

33.1 Recomendação:

Recomendamos que a Unidade atente para o prazo previsto no art. 152, caput, da Lei 8.112/90, para conclusão dos processos disciplinares instaurados, em cumprimento ao determinado pelo Tribunal de Contas da União no item 1.30 do Acórdão n.º 738/2005 - 1ª Câmara.

Fls.: ____
Rub: ____

33.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

33.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação, informando que não há processos administrativos disciplinares pendentes de conclusão.

33.4 Prazo limite de implementação: imediato.

34. Item do Relatório de Auditoria: 4.5.1.2 CONSTATAÇÃO: (050)

34.1 Recomendação:

Recomendamos que Unidade adote as medidas necessárias para a conclusão da apuração de responsabilidades com vistas ao resarcimento ao Erário, nos termos do art. 84 do Decreto-Lei 200/67, no tocante ao Processo administrativo 21042.003257/2000-13 - acidente ocorrido com o veículo da Unidade, marca Gol, placa IGY 7593, em atendimento à determinação constante no item 1.31 do Acórdão n.º 738/2005 - 1ª Câmara.

34.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

34.3 Providências a serem Implementadas

Objetivando atender os reiterados apontamentos, e considerando as inúmeras dificuldades enfrentadas para a localização do processo 21042.003257/2000-13, procedemos à abertura do processo n.º 21042.000800/2007-99 e solicitamos orientação ao NAJ/CGU/AGU/RS sobre os procedimentos a serem adotados.

Com base na orientação do NAJ encaminhamos através do Ofício n.º 222/2007, o processo 21042.000800/2007-99 ao Sr. Secretário de Defesa Agropecuária e Cooperativismo, para conhecimento do Parecer do NAJ, bem como do inteiro teor do Acórdão 1921/2004 – Segunda Câmara do TCU, e adoção das medidas necessárias.

Em 08/08/2007, reiteramos através do Ofício GAB/SFA/RS n.º 515/2007 o Ofício n.º 222/2007, e, em 09/08/2007 fomos informados de que o processo 21042.003257/2000-13 foi localizado, e que o mesmo está sendo encaminhado a esta SFA.

34.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

35. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (053)

35.1 Recomendação:

Recomendamos o atendimento tempestivo às solicitações do Controle Interno a fim de viabilizar a atuação deste Órgão e o consequente cumprimento de sua função institucional.

35.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concorde parcialmente () Discordo

Fls.: ____
Rub: ____

35.3 Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

35.4 Prazo limite de implementação: imediato

36. Item do Relatório de Auditoria: 5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (038)

36.1 Recomendação:

Recomendamos que a SFA/RS atente para o princípio da segregação de funções, em consonância com o que estabelece a IN/SFC 01/2001 – item IV - Princípio de controle interno administrativo, da Seção VIII - Normas relativas aos controles internos administrativos, do Capítulo VII - Normas Fundamentais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, evitando que um mesmo servidor seja detentor de habilitações em situação de concomitância no SIAFI.

36.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(x) Concordo () Concordo parcialmente () Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

36.3 Providências a serem Implementadas

Acatamos a recomendação e informamos que iremos providenciar a correção da impropriedade.

36.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

Francisco Signor
Superintendente Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul

Fls.: ____
Rub: ____

ANEXO F- Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do anexo II da DN-TCU-85/2007) (incluída pela Portaria CGU n.º328/2008)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC (Quantidade)
Admissão	25	Atos de admissão são executados no SISAC pela Coordenação Geral de Recursos Humanos em Brasília
Desligamento	01	Atos de desligamento são executados no SISC pela Coordenação Geral de Recursos Humanos em Brasília
Aposentadoria	06	06
Pensão	26	26

Destacamos que o controle dos julgamentos do TCU sobre os atos de admissão, desligamento, aposentadorias e pensões é realizado pela coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH/MAPA

Fls.: ___
Rub: ___

Relatório emitido pelo órgão de correição com descrição sucinta das Comissões de inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período, com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupções.

1.

Número do processo:		21042.005826/2006-42						
Tipo de processo:	X	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória			
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar			
Ato instaurador	X	Portaria	Ordem de Serviço		Outros (especificar)			
Número e data do Ato	N.º: 300.21/12/2006			Data:				
Fato sob apuração (descrição suscinta)	Apurar responsabilidade de servidor em acidente de trânsito							
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório		
		Processo encaminhado para julgamento em: 10/01/2007				Processo julgado		
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD		
		Penalidade prescrita				Arquivamento		
Pena Aplicada:								
Remessa dos Autos		MPF			X	AGU		
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$) 1.368,00						

2.

Número do processo:		21042.005352/2006-39						
Tipo de processo:	X	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória			
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar			
Ato instaurador	X	Portaria	Ordem de Serviço		Outros (especificar)			
Número e data do Ato	N.º: 021			Data: 25/01/2007				
Fato sob apuração (descrição suscinta)	Apurar responsabilidade de servidor em acidente de trânsito							
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório		
		Processo encaminhado para julgamento em: 31/03/2007				Processo julgado		
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD		
		Penalidade prescrita				Arquivamento		
Pena Aplicada:								
Remessa dos Autos		MPF			AGU			
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)						

Fls.: ___
Rub: ___

3.

Número do processo:		21042.005315/2004-69				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória	
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato		N.º: 033			Data: 06/02/2007	
Fato sob apuração (descrição suscinta)		Apurar as circunstâncias e possíveis responsabilidades sobre furto de tacógrafo do ônibus, placas IAY 8734, pertencente ao LANAGRO/RS.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 26/03/2007				Processo julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos		MPF				AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

4.

Número do processo:		21042.005588/2004-75				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória	
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato		N.º: 065			Data: 20/03/2007	
Fato sob apuração (descrição suscinta)		Apurar acidente de trânsito envolvendo servidor do MAPA/SFA-RS.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 18/04/2007				Processo julgado
Julgamento:		Absolvição		<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD
		Penalidade prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos		MPF				AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$) 618,15				

Fls.: ___
Rub: ___

5.

Número do processo:		21042.007750/2007-40					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória		
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)	
Número e data do Ato		N.º: 071			Data: 30/03/2007		
Fato sob apuração (descrição suscinta)		Apurar acidente de trânsito ocorrido com veículo oficial Ford Ranger, placas IKZ 8983, do MAPA/SFA-RS.					
Situação do processo:		Instrução			Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 26/05/2007				<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição			A penação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita					Arquivamento
Pena Aplicada:							
Remessa dos Autos		MPF					AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)					

6.

Número do processo:		21042.002015/2007-71					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória		
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)	
Número e data do Ato		N.º: 017			Data: 20/06/2007		
Fato sob apuração (descrição suscinta)		Apurar acidente de trânsito ocorrido com veículo oficial da SEAP/RS.					
Situação do processo:		Instrução			Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 15/08/2007				<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição			A penação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita					Arquivamento
Pena Aplicada:							
Remessa dos Autos		MPF					AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)					

Fls.: ___
Rub: ___

7.

Número do processo:		21042.002508/2007-19					
Tipo de processo:		Sindicância investigativa			X	Sindicância acusatória	
		Sindicância patrimonial				Processo administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)	
Número e data do Ato		N.º: 171			Data: 05/07/2007		
Fato sob apuração (descrição suscinta)		Apurar denúncias apresentadas para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Lajeado/RS, contra Fiscal Federal Agropecuário do MAPA/SFA-RS.					
Situação do processo:		Instrução			Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 31/08/2007					Processo julgado
Julgamento:	X	Absolvição			A penação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita					Arquivamento
Pena Aplicada:							
Remessa dos Autos		MPF					AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)					

8.

Número do processo:		21042.004418/2006-73					
Tipo de processo:		Sindicância investigativa			X	Sindicância acusatória	
		Sindicância patrimonial				Processo administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)	
Número e data do Ato		N.º: 227			Data: 21/08/2007		
Fato sob apuração (descrição suscinta)		Apurar possível procedimento inadequado de servidora do SEDESA/DT-SFA/RS.					
Situação do processo:		Instrução			Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 29/09/2007					Processo julgado
Julgamento:	X	Absolvição			A penação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita					Arquivamento
Pena Aplicada:							
Remessa dos Autos		MPF					AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)					

Fls.:
Rub:

9.

Número do processo:		21042.006897/2003-10					
Tipo de processo:		Sindicância investigativa			<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância acusatória	
		Sindicância patrimonial			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)	
Número e data do Ato		N.º: 283			Data: 18/10/2007		
Fato sob apuração (descrição suscinta)	Apurar furto de veículo oficial do MAPA/RS, em Passo Fundo/RS.						
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução			Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em:					Processo julgado
Julgamento:		Absolvição			Apenação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita					Arquivamento
Pena Aplicada:							
Remessa dos Autos		MPF					AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)					

10.

Número do processo:		21042.005061/2007-21				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa			Sindicância acusatória	
		Sindicância patrimonial			Processo administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato		N.º: 308			Data: 30/11/2007	
Fato sob apuração (descrição suscinta)	Apurar acidente de trânsito ocorrido com veículo oficial do MAPA/RS.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em: 01/02/2008				Processo julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD
		Penalidade prescrita				Arquivamento
Pena Aplicada:						
Remessa dos Autos		MPF				AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)				